



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**COMERCIÁRIOS DE JOÃO PESSOA: NOVO
SINDICALISMO, CONFLITOS DE CLASSE E CULTURA POLÍTICA
(1986 – 1993)**

VALDENISIO ALVES CABRAL

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Tavares da Silva

Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB

Agosto – 2014

**COMERCIÁRIOS DE JOÃO PESSOA: NOVO
SINDICALISMO, CONFLITOS DE CLASSES E CULTURA
POLÍTICA (1986 – 1993)**

VALDENISIO ALVES CABRAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento as exigências para a obtenção do título de Mestre em História, Área de concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Tavares da Silva

Linha de Pesquisa: História Regional

C117c Cabral, Valdenisio Alves.

*Comerciários de João Pessoa: novo
sindicalismo, conflitos de classes e cultura política
(1986-1993) / Valdenisio Alves Cabral.-- João
Pessoa, 2014.*

186f.

Orientador: Gustavo Tavares da Silva

**COMERCIÁRIOS DE JOÃO PESSOA: NOVO SINDICALISMO,
CONFLITOS DE CLASSES E CULTURA POLÍTICA (1986 – 1993)**

VALDENISIO ALVES CABRAL

Dissertação de Mestrado avaliada em __/__/__ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

_Prof. Dr. Gustavo Tavares da Silva (PPGH-UFPB)

Orientador

_Prof. Dr. Roberto Veras de Oliveira (PPCS-UFPB)

Examinador Externo

_Prof.. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (PPGH-UFPB)

Examinador Interno

Prof.(a). Dr(a). Jaldes Reis de Menezes (PPGSS/UFPB)

Suplente Externo/a

Prof(a). Dr(a). Serioja Rodrigues Cordeiro (PPGH-UFPB)

Suplente Interno/a

JOÃO PESSOA - PARAÍBA

2014

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras no
comércio do Estado da Paraíba

Agradecimentos

Neste momento, ao expressar os meus sentimentos de gratidão e, que me pareça uma tarefa fácil, torna-se espinhosa e difícil na medida em que provavelmente poderemos cometer injustiça em não mencionar pessoas que foram por demais importantes em diferentes momentos e setores tanto do trabalho acadêmico no mestrado, quanto na vida profissional e nas relações pessoais. No entanto, não posso deixar de mencionar algumas pessoas sem as quais não conseguiria êxito neste trabalho, mas, desde já, externo meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas envolvidas direta e indiretamente neste trabalho.

Agradeço a Deus pela força superior durante toda esta longa caminhada. Aos diretores e ex-diretores do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, devo os meus sinceros agradecimentos devido à presteza no atendimento durante toda a pesquisa. Suas disponibilidades para as entrevistas, a confiança no acesso aos arquivos da entidade e as informações precisas durante os questionamentos levantados. Com certeza este trabalho não responderá as suas questões e indagações necessárias para solucionar os conflitos de classe entre patrões e empregados no comércio paraibano. Entretanto, é um pouco da contribuição que espero dar no sentido de, inserir na historiografia paraibana, um pouco da história de um segmento de trabalhadores de grande relevância para a economia não só de uma cidade, mas de um Estado e mesmo de um País.

Agradeço também ao professor Gustavo Tavares da Silva pela orientação segura e objetiva. Talvez, a identidade entre nossas ideias e modo de ver o sindicalismo brasileiro não tenha nos oferecido grandes embates e momentos de conflitos, durante a pesquisa. Por isso mesmo, encontrei na sua pessoa, segurança, solidariedade e firmeza nos seus ensinamentos.

Agradeço ao professor Roberto Vêras de Oliveira pela participação na banca de qualificação e dissertação. Ao professor Paulo Geovani Antonino pela leitura da qualificação e do trabalho dissertativo, assim como pelas contribuições para a elaboração do anteprojeto para a seleção do Mestrado junto ao professor Damião Lima, durante o meu

período como aluno especial na disciplina de: TE Em História Política: Cultura e Política no Brasil Republicano.

Ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Fundação Casa de José Américo pelo acesso aos arquivos durante a pesquisa.

Aos coordenadores Raimundo Barroso e Telma Fernandes, as professoras, Serioja Mariano e Solange Rocha, pela força e aos professores do programa de Pós-Graduação em História da UFPB não poderia deixar de expressar meus agradecimentos, em especial àqueles (as) com os quais tive a oportunidade de manter um contato extremamente rico e ponderado.

Agradeço também a presteza e dedicação dos(as) funcionários(as) da Pós-Graduação em História da UFPB, que foram prestativos nas informações solicitadas durante as etapas de conclusão do curso. A todos os colegas de turma, Afrânio, Iolanda, Cássia, Dayse, André, Urbano, Edson e Obsede, pela convivência, apoio e troca de experiências extremamente gratificantes.

Aos companheiros de trabalho, especialmente da EEEFM Presidente Costa e Silva e Luiz Gonzaga de Albuquerque Buriti, especialmente nas pessoas dos professores Márcio Macedo, Marcos Aurélio, Marine-se Ferreira, Lucas, entre outros. A todos os funcionários que sem o suporte que vocês me forneceram não seria possível à realização desse trabalho.

Aos meus pais, Aluizio Alves Cabral (In memoriam) e minha mãe Egídia de Souza Cabral, pelo esforço e compreensão na educação dos filhos, aos meus irmãos, minha esposa Sônia, meu filho Diego e minha filha Denise. A minha nora Larissa e neta Maria Caroline e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, deram uma grande contribuição para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Resumo

Este estudo tem por finalidade fazer uma abordagem de como o novo sindicalismo contribuiu para a mudança de cultura política das lideranças do sindicalismo comerciário de João Pessoa, entre 1986 e 1993. O contexto histórico em que surgiu o sindicalismo autêntico proporcionou mudanças significativas nas relações entre capital e trabalho a partir das rupturas com as antigas práticas de se fazer sindicalismo durante a ditadura militar. Acreditamos que este movimento foi o principal responsável pela mudança de comportamento dos novos dirigentes sindicais daquela categoria de trabalhadores onde predominava uma cultura de harmonia entre as classes antagônicas. Esse novo sindicalismo vai fazer emergir uma oposição sindical no combate ao que ficou conhecido como práticas pelegas. A partir de uma análise entre as práticas políticas do chamado “velho sindicalismo” e, mudança de cultura política no sindicalismo comerciário de João Pessoa. Entendemos como cultura política não só as práticas e atitudes dos agentes sociais, mas as relações que esses agentes têm com os elementos simbólicos, sejam pela aceitação e ou pela rejeição a determinados projetos de poder na estrutura política. Como fundamentação teórica, utilizaremos os conceitos de cultura política e identidade de classe visando entender o comportamento dos dirigentes sindicais da categoria comerciária. As fontes utilizadas foram construídas em pesquisa em jornais, relatos orais, documentos oficiais e obras da historiografia brasileira.

Palavras-chaves: novo sindicalismo, identidade de classe e cultura política.

Abstract

This study aims to present an approach of how the new unionism contributed to the change in the political culture of the leaders in commerce unionism João Pessoa, between 1986 and 1993. Historical context in which the authentic unionism emerged provided significant changes in the relationship between capital and work from the disruption to the ancient practice of making unionism during the military dictatorship. We believe that this movement was primarily responsible for the change in behavior of the new union leaders that category of workers where there was a prevailing culture of harmony between antagonistic classes. This new unionism will bring out a union opposition to fight what became known as pelegas practices. From an analysis of the political practices of the "old unionism" and change the political culture in commerce unionism João Pessoa. Understand how political culture not only the practices and attitudes of social agents, but these agents have relationships with symbolic elements, whether the acceptance or rejection and certain power projects in the political structure. As theoretical foundation, we will use the concepts of political culture and class identity in order to understand the behavior of union leaders Category shopkeeper. The sources used were built on research papers, oral reports, official documents and works of Brazilian historiography.

Keywords: new unionism, class identity and political culture.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADUF – Associação dos Docentes da Universidade Federal.

AFUF – Associação dos Funcionários da Universidade Federal.

AMPEP – Associação do Magistério Público no Estado da Paraíba.

ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares Sindical.

APLP – Associação dos Professores de Licenciatura Plena no Estado da Paraíba.

CDL – Clube dos Diretores Lojistas.

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

CGT – Central Geral dos Trabalhadores.

CITEX – Companhia Têxtil Industrial.

CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

CONTRACS – Confederação dos Trabalhadores no Comércio de Bens e Serviços da CUT.

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.

CSC – Corrente Sindical Classista.

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DRT – Delegacia Regional do Trabalho.

ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical.

FECONESTE – Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do Norte e Nordeste.

FETRACOM PB/RN – Federação dos Trabalhadores no Comércio dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PC do B – Partido Comunista do Brasil.

PDS – Partido Democrático Social.

PDT – Partido Democrático Trabalhista.

PFL – Partido da Frente Liberal.

PRN – Partido da Reconstrução Nacional.

PT – Partido dos Trabalhadores.

SESC – Serviço Social do Comércio.

SINECOM - JP – Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa.

SINTRICOM/PB – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário da Paraíba.

TRT – Tribunal Regional do Trabalho.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa.

USI – União Sindical Independente.

SUMÁRIO

Apresentação	14
Capítulo I – Introdução: considerações acerca da história do tempo presente e das fontes históricas como pressuposto teórico.....	27
1.1 Uma História do Tempo Presente	27
1.2 O jornal como fonte de pesquisa para os historiadores do tempo presente ...	35
1.3 Os documentos oficiais do sindicato como fonte de pesquisa	40
1.4 A memória como fonte de pesquisa historiográfica	43
Capítulo II - Entre o Velho e o Sindicalismo: um balanço historiográfico	45
2.1 O Velho Sindicalismo Varguista: uma sombra que incomoda	45
2.2 O Novo Sindicalismo: o rompimento de uma cultura política	57
2.3 Entidades de classe na Paraíba e a adesão ao Novo Sindicalismo	66
Capítulo III - O surgimento da oposição comerciária em João Pessoa	80
3.1 O conservadorismo como cultura política do sindicalismo comerciário	80
3.2 A difícil arte de ser comerciário	89
3.3 Entre o medo e as incertezas: a primeira oposição comercial	95
3.4 Eleições de 1989: o fim de um longo período	106
3.5 Os desafios do poder: entre as rupturas e as permanências	112
Capítulo IV - Patrões e empregados: a mudança de uma relação no comércio de João Pessoa e os conflitos de classe	120
4.1 A luta pela Semana Inglesa e as novas relações de trabalho.....	120
4.2 Comerciários em greve	134
4.3 A repercussão da greve dos comerciários na imprensa escrita	137
4.4 O sindicato na visão dos direitos e ex-diretores.....	151
Considerações Finais	166
Referências Bibliográficas	174
Anexos	181

APRESENTAÇÃO

Quando aplicado ao seu período de origem, a década de 1880 e o início da década de 1890, o termo “novo sindicalismo” pode sugerir três ideias a um historiador do movimento operário britânico. Sugere primeiramente um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos, em oposição àquelas já existentes no “antigo” sindicalismo. Em segundo lugar, sugere um posicionamento social e político mais radical por parte dos sindicatos dentro do contexto do surgimento do movimento operário socialista; e, em terceiro, a criação de novos sindicatos de trabalhadores até então não-organizados ou não-organizáveis, bem como a transformação de velhos sindicatos segundo as linhas sugeridas pelos inovadores (HOBBSAWM, 2003, p.225).

O historiador britânico Erick Hobsbawm, ao analisar o movimento sindical na Inglaterra do final do século XIX em seu *Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária*, aponta para as mudanças das relações entre capital e trabalho com o acirramento da luta dos operários, no sentido de que as ações da classe trabalhadora transformaram a forma de se fazer sindicalismo naquele país, influenciando na evolução do movimento sindical e, em consequência dele, o aumento considerável de sindicalizados. Ao utilizar o termo “novo sindicalismo” para designar o caso da Inglaterra, entre o final do século XIX e início do século XX, o historiador inglês o faz para analisar as mudanças na forma de atuação daqueles dirigentes em relação ao período anterior. No entanto, é preciso ressaltar que quando estudamos este conceito, o mesmo tem sido utilizado no caso brasileiro apenas para o período compreendido pelas três últimas décadas do século XX. Dessa forma, a nossa proposta esteve voltada para a análise do movimento sindical da categoria comerciária de João Pessoa, levando em conta principalmente o contexto político e social da efervescência do movimento sindical que veio se chamar novo sindicalismo e sua contribuição no sindicalismo dos comerciários da capital paraibana.

É certo que no movimento sindical britânico está o nascedouro da história de luta da classe trabalhadora no mundo capitalista, e, que tal movimento passa por uma série de mudanças culturais no decorrer do século XIX, período a que se refere o historiador acima citado. É certo também que, enquanto o movimento sindical britânico avançava para outra fase em sua organização política, o sindicalismo brasileiro estava começando a dar os seus primeiros

passos. A história do movimento sindical brasileiro tem apresentado em sua trajetória de lutas e conquistas, alguns avanços e recuos, mudanças e permanências. Mudanças nas formas de atuação e organização e permanências em algumas práticas que os dirigentes sindicais combatiam em seus discursos.

Quando entrou em cena, no final da década de 1970, o chamado novo sindicalismo, este se apresentava como uma alternativa ao modelo de sindicalismo de Estado que teve sua origem durante o governo Vargas¹. Os novos dirigentes sindicais se utilizam de discursos contrários às práticas assistencialistas e defendiam um sindicalismo próximo das bases, democrático e reivindicativo². Entretanto, ao tentar romper com as práticas do velho sindicalismo, boa parte dos sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tentou acabar com o assistencialismo em suas entidades, como uma forma de conscientizar a classe trabalhadora de que aquele não era o verdadeiro papel do sindicato e sim dever do Estado. O fato é que as práticas assistencialistas nos sindicatos têm se constituído como uma cultura política difícil de ser combatida, visto que para grande parte dos trabalhadores sindicalizados, são esses benefícios que os levam a se associarem. O caso dos comerciários de João Pessoa em sua trajetória como organização sindical não tem sido diferente.

Nosso trabalho visa resgatar a trajetória de luta sindical dos empregados no comércio de João Pessoa a partir de uma mudança de cultura política que levaria à greve da categoria deflagrada no ano de 1990. Acreditamos que o mesmo, além de ter uma importância

¹ Vale observar que, após a derrubada do Estado Novo, o movimento sindical apresenta um aspecto muito peculiar em que coexistem a estrutura sindical corporativa de um lado, e, de outro a democracia representativa. No entanto, a influência do movimento sindical pode ser medida pela sua capacidade de atuação na organização da classe trabalhadora e no confronto a classe patronal. Mesmo com a manutenção da estrutura sindical, durante o período democrático (1945 – 1964), aumentou o número de greves e ocorreu uma maior mobilização por parte dos próprios trabalhadores. Em março de 1953, a greve dos 300 mil que ocorreu na indústria têxtil Francisco Matarazzo, em que os operários pediam uma aumento de 60%, só terminou após a interferência do Tribunal Regional do Trabalho e do governo do Estado, após proposta apresentada de 23%, que levaria ao fim da greve. Já no ano de 1962, com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores, (CGT), se fortalece a luta pela nacionalização e: “pelo controle das remessas de lucros para o exterior, restrição aos investimentos estrangeiros [...], fortalecendo a presença do Estado na economia e nas empresas nacionais.” (NEGRO, Silva, 2003, p.72).

²Segundo Boito Jr. “*O novo sindicalismo nunca fez uma defesa doutrinária da estrutura sindical, como fazem os comunistas*. Se ele possui algo de novo, é justamente esse maior distanciamento em relação ao passado populista do sindicalismo brasileiro”. (1991, p. 77).

significativa para o movimento sindical paraibano, nos dá uma grande contribuição analítica para que se tenha uma melhor compreensão de como se deu essa mudança de cultura política dos dirigentes da categoria comerciária durante o contexto histórico denominado de novo sindicalismo. Nossa pesquisa, também tem como objetivo contribuir para a historiografia regional, ao se fazer um resgate histórico do movimento sindical dos empregados no comércio da capital paraibana, tendo em vista a ausência de trabalhos acadêmicos direcionados para esta categoria de trabalhadores.

Para que possamos executar esta pesquisa, recorreremos às fontes oficiais do sindicato – atas de reuniões e assembleias, panfletos e fotografias, aos depoimentos de pessoas que de uma forma ou de outra presenciaram os acontecimentos da época, e as matérias produzidas pelos principais jornais que circulavam na Grande João Pessoa durante o contexto histórico pesquisado. Ao fazermos um levantamento das fontes, é preciso que se faça uma análise criteriosa para que se possa investigar os avanços e ou recuos dessa categoria e quais os entraves que têm impedido no engajamento da luta sindical.

A organização dos empregados no comércio de João Pessoa como classe social inicia-se em 1932, um ano após a promulgação do Decreto Lei nº 19.770 de 19 de março de 1931, que estabelecia critérios e oficializava as organizações sindicais atrelando-as ao Estado. Os dirigentes sindicais que ali se estabeleceram mantinham-se nos cargos durante décadas, ou em comum acordo faziam um revezamento sem alterar a composição de chapa, e, dificilmente se abria espaço para que houvesse a formação de uma chapa de oposição sindical, visto que alguns critérios do estatuto da entidade dificultavam a formação de uma oposição. “Conforme o estatuto, os trabalhadores, a partir de dois anos no comércio que tenham seis meses ou mais como sócios e que estejam quites com suas obrigações sociais tem o direito de organizar sua chapa e se inscrever”³.

Filiado à Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Norte e do Nordeste (FECONESTE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), este sindicato seguia o modelo do sindicalismo conservador⁴, uma característica predominante

³Informação obtida no sítio eletrônico do WSCOM. Disponível em: [http:// www.wscom.com.br/](http://www.wscom.com.br/). Acesso em: 09/08/13.

⁴ Por sindicalismo conservador entende-se como aqueles dirigentes sindicais que não mudaram suas posições conservadoras, favorecendo o surgimento de grupos oposicionistas apoiados por diversas facções do movimento

no sindicalismo comerciário brasileiro, afastando-se das lutas de classes e convivendo pacificamente com a classe patronal. No ano de 1986, pela primeira vez na história do sindicalismo comerciário da capital paraibana, duas chapas se inscreveram para concorrer nas eleições daquele ano. Entretanto, o processo eleitoral foi muito tumultuado, visto que a comissão eleitoral resolveu anular a chapa 2, de oposição à diretoria situacionista. A questão das eleições dos comerciários daquele ano foi parar na esfera judicial que deu ganho de causa aos comerciários de oposição, para que pudessem inscrever sua chapa e disputar as eleições.

As dificuldades de se formar uma chapa para concorrer às eleições em uma entidade de classe como a dos comerciários – este não é o caso só dos comerciários - tem contribuído para o acirramento das discussões entre os associados, sendo muitas vezes casos de polícia. Foi o que ocorreu em uma assembleia da categoria no ano de 1989, quando os comerciários foram convocados para a aprovação de mudanças no estatuto da entidade.

Em nossa pesquisa procuramos investigar o porquê da permanência de algumas práticas que foram alvos de críticas durante a afirmação do novo sindicalismo⁵. Apesar de algumas mudanças significativas que beneficiaram a categoria, torna-se de suma importância identificar os entraves que lhes têm impedido no engajamento da luta sindical compreendida em tal contexto histórico. Do mesmo modo, faremos uma análise sobre a repercussão que a mídia local, em especial os principais periódicos que circulavam na Grande João Pessoa, teria dado durante os conflitos de classe em que esta entidade sindical esteve envolvida durante o recorte temporal estudado. Procurando compreender o processo de mudança de cultura política na administração do Sindicato dos Comerciários de João Pessoa, analisaremos as entrevistas dos principais agentes sociais que estiveram presentes de uma forma ou de outra nas atividades daquele sindicato.

O golpe militar de 1964 deixou sequelas no movimento sindical como um todo. Natural de Mulungu, uma pequena cidade do estado da Paraíba, desde a minha infância, cresci ouvindo

trabalhista. Ver SADER, Éder. (1988), *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

⁵ Por novo sindicalismo entende-se como um sindicalismo combativo, expressivo, organizado pelas bases e autêntico. Ver SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº41. ANPOCS, 1999.

estórias sobre alguns líderes camponeses que, por pertencerem à direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade, foram perseguidos, presos e torturados. Conheci Manoel Doutor, Otávio Fernandes, Sinhozinho e José Alves Cabral (Zé Arquia), todos acusados de comunistas e subversivos e que deveriam ser presos porque eram “perigosos” colocando em risco o futuro da pátria. Em minha inocência, não via perigo algum que essas figuras poderiam causar ao Estado brasileiro. No entanto, era o que se falava e a polícia deveria ficar sempre em estado de alerta.

Ao sair da adolescência, na tentativa de estudar e encontrar um emprego procurei vir para a capital do estado. Em João Pessoa, tive o meu primeiro emprego com carteira assinada no ano de 1981, na empresa Bompreço S/A, que já era uma rede de supermercados de grande porte com sede na cidade do Recife e uma cadeia de lojas espalhada por todo Nordeste. Comecei como operador de caixa até chegar ao cargo de auxiliar de encarregado de frente de loja. Foi trabalhando no comércio que presenciei toda forma de exploração a que os trabalhadores deste setor econômico estavam submetidos. No ano de 1982, procurei o sindicato para me associar e, assim como a maioria dos que ali se associavam, um dos motivos também foi o assistencialismo, posto que, no sindicato havia um melhor aparelhamento até mesmo do que aquele que o oferecido pelo Estado, em relação à assistência médica. No entanto, o fato de sermos explorados como trabalhadores, e não encontrarmos no meio sindical daquela época qualquer atitude de resistência que partisse dos dirigentes sindicais daquela entidade de classe em defesa da categoria, não impediu a consciência da necessidade de lutar por melhores condições de vida⁶.

Em 1986, durante o processo eleitoral para a direção do sindicato dos comerciários, como auxiliar de encarregado, participei de algumas reuniões com o gerente da loja em que trabalhava, cujo objetivo maior era orientar os trabalhadores sindicalizados a votar na chapa 1, a chapa de situação, como determinava a direção da empresa. Mesmo consciente de minha

⁶ No centro da teoria marxista, podemos encontrar a questão do trabalho. É através do trabalho que o homem consegue transformar a si mesmo, a partir de sua relação com a natureza, e, a partir da exploração que lhe é imposta, ele adquire consciência de luta. Em sua obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmam que: “o primeiro ato histórico é a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades - comer, beber, vestir-se -, a produção da própria vida material” (MARX & ENGELS, 1989, p. 22). Para os marxistas a raiz que dá forma a uma sociedade pode ser encontrada a partir das relações de produção social de bens que se organiza dentro da mesma, no qual engloba tanto as forças produtivas quanto as relações de produção.

posição política, tentava fugir dos debates na presença de meus chefes, para não perder o emprego. Já no ano de 1989, procurado por um grupo de oposicionistas comecei a colaborar na orientação de alguns funcionários da empresa que estavam sob minha responsabilidade, para sindicalizarem-se, assim como na participação das assembleias do sindicato.

As eleições do sindicato eram para ocorrer no mês de agosto daquele ano. Conforme o estatuto do sindicato, o processo deveria ser iniciado com a publicação em edital 30 dias antes do pleito, e, como o mês de julho já havia acabado a oposição sindical acreditava que havia alguma tentativa de golpe para a manutenção no cargo da diretoria que lá estava. Ao convocar uma assembleia para discutir a campanha salarial e as mudanças no estatuto da categoria, os dirigentes do sindicato não esperavam que a oposição sindical comparecesse com um grande número de simpatizantes. A assembleia foi tumultuada, houve muita agitação e até a convocação de força policial para conter os oposicionistas⁷. Como saldo da assembleia, tivemos a convocação das eleições para setembro do mesmo ano e, mesmo estando de férias recebi uma correspondência da empresa para comparecer ao setor pessoal, quando fui comunicado que estava demitido. Mesmo assim, continuei a luta apoiando os oposicionistas, em menos de 15 dias, consegui um novo emprego no comércio e participei da formação da chapa 2, que iria derrotar os situacionistas.

Participei da direção do sindicato dos comerciários de João Pessoa, por dois mandatos. Naquela época fazia o curso de licenciatura em História pela UFPB, e, ao concluí-lo fiz a opção pelo magistério. Hoje sou professor da rede pública de ensino no município de Santa Rita e no Estado da Paraíba, todos através de concurso público. Durante este período, consegui fazer o curso de Especialização em Teologia pela UNIPÊ no ano de 1993, passando por longo período de afastamento da academia até retornar no ano de 2011 como aluno especial na disciplina TE em História Política: Cultura e Política no Brasil Republicano, ministrada pelos Professores Doutores: Paulo Giovani Antonino Nunes e

⁷ Na Assembleia Geral do Sindicato, realizada no dia cinco de setembro de 1989, os dirigentes da entidade insinuaram que havia pessoas alheias as causas dos comerciários, na tentativa de tumultuar o ambiente. “[] A partir daí, não houve mais condições de se continuar os trabalhos, ante a algazarra e tamanho tumulto, bem como pela infiltração de elementos estranhos a categoria, no local da realização da Assembleia, chegando até a haver brigas por parte dos opositores, com ideologia puramente política partidária, []. Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, em 05 de setembro de 1989.

Damião de Lima que culminou na elaboração do projeto para o respectivo Mestrado em História pela UFPB, no ano seguinte.

Mesmo identificado como o movimento dos trabalhadores no comércio de João Pessoa, militando em um sindicalismo ligado à CUT, e, da mesma forma fazendo parte da chapa oposicionista desde o primeiro momento, ao assumir a condição de pesquisador procuramos manter um afastamento ideológico de todo processo para podermos nos posicionar de forma crítica em relação ao projeto de estudo⁸.

É no processo de criação de bens que se estabelece a formação das relações sociais entre as pessoas, e estas relações desde sua origem histórica têm sido de conflito entre os donos dos meios de produção, e aqueles que detêm apenas a força do trabalho – a classe trabalhadora. O que iria dar origem aos sindicatos, que de acordo com Leo Huberman:

O sindicato não era uma novidade. Foi uma das mais antigas formas de organização dos trabalhadores, evoluindo naturalmente das antigas associações de jornaleiros. Quando, porém, a importância do capital na indústria tornou-se tão grande, as associações de trabalhadores modificaram seu caráter, passando do tipo de corporação para o sindicato de hoje, ou seja, um corpo de trabalhadores de um determinado ramo organizado com o objetivo de conseguir melhores condições, de defender seus interesses, de depender apenas de si mesmos (HUBERMAN, 1986, p. 189).

Sobre o novo sindicalismo⁹, existe uma vasta bibliografia no campo da sociologia que trata da questão desenvolvendo teorias sobre sua importância na transição democrática,

⁸ Segundo Michel de Certeau (1982), o historiador quando faz história, o faz a partir de um olhar que olha, sabe de onde olha e como olha. Ao selecionar suas fontes, ele não só constrói, mas defende suas posições e interesses, assim como, propõe ou reproduz um “regime de verdade”. Dessa forma, a história é uma fabricação do historiador a partir de um lugar particular, é uma atividade humana que entre outras está vinculada a realidade social que ela trata. Cabe mencionar que, a partir da compreensão acerca das implicações, quando as tomamos como inquietações que nos cercam em todo processo da construção de uma pesquisa, é que procuramos nos distanciar do pensamento positivista, que se auto intitulava neutro. Ressalta-se também que, uma situação social pode mudar tanto o modo de trabalho quanto o tipo de discurso, conforme o fazer cotidiano. Partindo deste pressuposto, o pesquisador não deve se afastar de um projeto de pesquisa, caso ele também tenha presenciado os acontecimentos do recorte temporal a ser estudado.

⁹ Ver artigo de Marco Aurélio Santana. “Novo Sindicalismo” e a ideia da Ruptura com o Passado. “Ao se identificar com o polo mais dinâmico da classe em seu movimento, o “novo sindicalismo” deu uma grande

os avanços para a classe trabalhadora, as conquistas na forma de se organizar, as mudanças na legislação sindical e no surgimento de lideranças políticas, entre os quais Luiz Inácio da Silva, o “Lula”. Para compreendermos como se deu a mudança de cultura política na direção do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, é preciso que faça um apanhado histórico relacionado ao novo sindicalismo, observando-se o diferencial existente nas relações de trabalho entre o novo e o velho sindicalismo.

A formação de uma identidade de classe¹⁰ como trabalhador no comércio tem sido dificultada principalmente pela divisão social de trabalho em grande escala, o que é uma das características desta categoria. O setor de comércio abrange uma série de atividades comerciais – supermercados, farmácias, magazines, automobilísticos, etc. A maioria destes trabalhadores dependem do salário base negociado entre patrões e empregados, enquanto outros se consideram diferenciados ao fazer o seu próprio salário – os salários são criados a partir das comissões adquiridas nas vendas do mês. A partir do exposto, entendemos que estes empecilhos também têm dificultado na formação de uma identidade de classe na categoria comerciária, um problema a ser encarado pelos dirigentes da categoria.

Convém lembrar que durante o contexto histórico estudado (1986 – 1993), o movimento sindical brasileiro já começava a dar um sinal de refluxo, contribuindo para isto as políticas econômicas voltadas para o neoliberalismo¹¹. No entanto, é neste período que alguns sindicatos representantes da categoria comerciária passam por uma mudança de

contribuição no sentido de combater as políticas conservadoras e restritivas para o movimento sindical - dentre elas aquelas que, naquele momento, associavam pelegos e setores da chamada esquerda.

¹⁰Sobre o processo identitário, ver DUBAR, Claude. *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. [...] os indivíduos devem reconstruir suas identidades sociais reais a partir: 1) das identidades sociais herdadas da geração anterior [...]; 2) das identidades virtuais (escolares), adquiridas durante a socialização inicial “primária”; 3) das identidades possíveis: (profissionais...), acessíveis no decorrer da socialização “secundária” (2005, p.145).

¹¹ Ao criticar o “sindicalismo de confronto” e sua atuação durante a década de 1980, alguns autores chegaram a admitir que mesmo após a explosão de greves em vários setores, a situação da classe trabalhadora não havia mudado “a explosividade das greves dos anos 80 não trouxe alterações substantivas na distribuição de renda entre os assalariados, ainda que tenha evitado maiores perdas para os trabalhadores” (OLIVEIRA, 1993, p. 509). Na visão do autor, o sindicalismo combativo tem como principal característica a luta voltada para os ganhos econômicos, contrastando como os ganhos políticos durante as negociações coletivas.

cultura política visto que, iniciam uma nova prática reivindicatória, utilizando-se inclusive de práticas grevistas o que iria de encontro aos movimentos pacíficos de décadas anteriores.

O engajamento dos dirigentes sindicais da categoria comerciária com outras categorias de trabalhadores que já tinham uma tradição de luta vai dá uma grande contribuição para um novo redirecionamento na relação entre capital e trabalho no setor do comércio, afastando-se da relação harmoniosa cujo tema era “capital e trabalho, um não vive sem o outro”. O acirramento nas relações trabalhistas entre as categorias econômica e obreira durante este período passa a ser matéria dos principais matutinos de circulação local.

Na história do tempo presente, o uso de matérias de jornais como fonte histórica tem sido frequente. Ao decidimos fazer uma investigação sobre o papel desempenhado pelos matutinos que circulavam na grande João Pessoa durante a greve dos comerciários, procuramos observar seus posicionamentos político e ideológico, tanto dos jornais pertencentes a grupos privados – Correio da Paraíba, O Norte, Diário da Borborema e Jornal da Paraíba, bem como do jornal oficial do Estado da Paraíba - Jornal A União. Desta forma, o historiador, procura estudar os jornais como agente da história captando o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos impressos (Capelato, 1988). Portanto, através da imprensa, podem se expressar as forças políticas dos grupos que compõe a sociedade. De acordo com Maria Helena Capelato e Maria L Prado:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19).

A partir de matérias publicadas focando a relação entre trabalhadores e empresários do setor comerciário, poderemos identificar os conflitos de classe existente destacando as formas de lutas e estratégias utilizadas pelos dirigentes da categoria comerciária durante as

negociações coletivas nas datas bases, contra a abertura do comércio aos domingos e na campanha denominada de “Semana Inglesa”.

Para realizarmos nossa pesquisa, uma das metodologias bastante utilizada foi a história oral, visto que, por se tratar de história do tempo presente muitos atores sociais ainda permanece em plena atividade no movimento sindical. Ressaltamos, porém que tal metodologia tem contribuído para compreendermos como se deram as experiências individuais e coletivas dos atores entrevistados durante o contexto do novo sindicalismo, especialmente os dirigentes da categoria comerciária. De acordo com Verena Alberti:

Representações são tão reais quanto meios de transporte ou técnicas agrícolas, por exemplo. Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc, elas devem ser tomadas como fatos e não como construções desprovidas de relação com a realidade. É claro que a análise desses fatos não é simples, devendo-se levar em conta a relação de entrevista, as intenções do entrevistado e as opiniões de outras fontes (inclusive entrevistas) (ALBERTI, 2004, p. 9,10).

Nossa dissertação está organizada em quatro capítulos: o capítulo I (Introdução), denominado de: **considerações acerca da história do tempo presente e das fontes históricas como pressuposto teórico**, está dividido em quatro tópicos, o primeiro apresenta a problemática da dissertação como uma história do tempo presente, no segundo tópico as discussões se dão em torno da importância do jornal como fonte de pesquisa, no terceiro tópico a discussão se dá sobre a utilização dos documentos oficiais do sindicato citando neste caso, as atas das assembleias gerais e reuniões da diretoria no contexto histórico em que a pesquisa está inserida e no quarto tópico apresentamos outro tipo de fonte muito utilizada na história do tempo presente: o resgate da memória através das entrevistas.

O capítulo II que tem como título, **entre o velho e o novo sindicalismo: um balanço historiográfico**, encontra-se dividido em três tópicos: no primeiro apresentamos como se deu a origem do sindicalismo de Estado, discutimos sobre as legislações sindicais, a burocratização e o assistencialismo como uma sombra que tem incomodado para uma reestruturação sindical desde o surgimento do novo sindicalismo. No segundo tópico,

discutimos sobre o novo sindicalismo, sua formação, modo de agir convergindo para a mudança de uma cultura política e no terceiro tópico, as discussões se dão em torno da expansão do novo sindicalismo, mas especificamente da adesão do sindicalismo paraibano no que iria levar ao surgimento das oposições sindicais e consequentemente a dos comerciários de João Pessoa, que se engajaram no movimento sindical de caráter mais combativo.

O capítulo III intitulado de: **O surgimento da oposição comerciária em João Pessoa**, foi dividido em cinco tópicos: no primeiro discutimos sobre o conservadorismo predominante no sindicalismo da categoria, no segundo a discussão se dá na difícil arte de ser comerciário, as características do trabalho no comércio e a diversidade de funções o que caracteriza uma dificuldade em se formar uma identidade coletiva. No terceiro tópico discorremos sobre as dificuldades de se formar uma oposição sindical, devido a uma série de imposições colocadas nos estatutos da entidade de classe a que está associado. Discutimos também sobre a importância da primeira oposição e a chegada da oposição comerciária ao poder. No quarto tópico, a discussão se dá em torno das eleições sindicais de 1989, quando finalmente a oposição comerciária consegue chegar à direção do sindicato, faremos um estudo sobre as características do trabalhador comerciário e as relações com a classe patronal, e no quinto tópico a discussão envolve os desafios encontrados pela nova diretoria da entidade comerciária, as dificuldades a serem enfrentadas, as mudanças e as permanências como entrave no movimento sindical da categoria.

O capítulo IV que tem como título: **Patrões e Empregados: a mudança de uma relação no comércio de João Pessoa e os conflitos de classe**, consta de quatro tópicos; no primeiro terá como foco uma antiga bandeira de luta da categoria comerciária: a campanha pela implantação da chamada Semana Inglesa, com as discussões no parlamento municipal durante a elaboração da Lei Orgânica Municipal. No segundo tópico discutimos sobre a relação conflituosa entre as categorias econômica e profissional, o que iria dar causa a greve de 1990, os motivos que a geraram, a curta duração e as conquistas políticas e no terceiro tópico, a discussão se dá em torno da participação dos principais periódicos com circulação na Grande João Pessoa na cobertura da greve, discutiremos como os principais colonistas opinaram sobre o movimento e a importância de uma greve conduzida por uma

categoria de trabalhadores que há décadas conviviam pacificamente com a classe patronal e no quarto e último tópico, faremos uma breve consideração sobre a visão dos atuais e ex-diretores do sindicato dos comerciários sobre o movimento sindical desta categoria de trabalhadores.

As considerações finais ficarão centradas nas discussões apresentadas nos capítulos acima mencionados, com destaque para a mudança de cultura política da direção do sindicato, da repercussão da greve no meio sindical e da cobertura que os periódicos deram ao movimento paredista da categoria comerciária de João Pessoa.

Neste estudo, focamos nosso trabalho sobre a mudança de cultura política dos dirigentes do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa a partir da organização de uma chapa de oposição comerciária no ano de 1986, que apesar de derrotados nas urnas conseguiram uma vitória política com uma nova disputa em 1989 e consequentemente a tomada do poder através do voto dos associados.

Foi neste contexto histórico, período em que para a maioria dos estudiosos o chamado novo sindicalismo já apresentava sinais de crise dado que ocorreram diversas mudanças de ordem política, econômica e tecnológica afetando a classe trabalhadora como um todo, o que levaria as lideranças sindicais a procurarem negociações coletivas que garantissem os empregos de seus representados – negociações com poucos efeitos no meio sindical o que provocaria a sua desestabilização. De acordo com Marcelo Badaró Mattos:

Os motivos do refluxo são vários e têm diversas origens. Entre eles, destacam-se três níveis de problemas: a experiência dos trabalhadores com as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista (o sindicato único, o poder normativo, o imposto...) e as opções políticas das lideranças da CUT em um quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores (MATTOS, 2009, p. 126).

Os fatores acima mencionados pelo autor, contribuíram para o refluxo do novo sindicalismo. No entanto, diante de tais problemas, o sindicalismo comerciário em diversas cidades do Brasil procurou uma aproximação com o sindicalismo combativo em torno da

CUT, criando a Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS), entidade de classe que reúne federações e sindicatos da categoria, concorrendo com CNTC.

INTRODUÇÃO

Capítulo I – Considerações acerca da história do tempo presente e das fontes históricas como pressuposto teórico.

1.1 - Uma história do tempo presente

No artigo em que foca a produção historiográfica sobre a classe operária no Brasil, (Batalha, 1997), enfatiza que só no final dos anos 1970, houve um considerável aumento no interesse da academia pela história do trabalho e dos trabalhadores. O historiador nos faz ver ainda que, apenas na década de 1980, a temática acima citada alcançaria o seu apogeu, tanto em termos de produção historiográfica, quanto na aceitação por parte do público leitor.

Para Batalha, (1997), contribuiu para este apogeu o momento da redemocratização que o país atravessava, assim como, a introdução no mundo acadêmico de trabalhos até então recentes da historiografia social inglesa. É neste contexto histórico, que a obra de E. P. Thompson, (1987): *A formação da classe operária inglesa*, escrito em 1966, é traduzido no Brasil, cujo trabalho tem uma clara influência na academia.

Com a crise da ideologia dos pensadores de esquerda, a partir do final da década de 1980, (Batalha, 1997), observa que a desilusão destes pensadores em relação ao socialismo, teria contribuído para a diminuição dos trabalhos relacionados à temática da história do trabalho e dos trabalhadores. No entanto, segundo ao autor, continuam surgindo novos horizontes que viabilizam estudos sobre a classe trabalhadora, que podem ter sido esboçados desde a década de 1980, sem terem tido a exploração devida. Apesar do aumento das fontes disponíveis aos pesquisadores, os estudos sobre a temática “história do trabalho e trabalhadores” ainda não alcançou seu potencial pleno. No entender deste historiador, ainda existe um grande horizonte para aqueles que estão interessados pelo tema, podendo se fazer novas leituras tanto das fontes ditas tradicionais como das mais recentes, o que iria contribuir para uma reflexão sobre o fazer historiográfico.

A socióloga Patrícia Vieira Trópia, em seu trabalho sobre os comerciários de São Paulo, afirma que:

Se os estudos acerca do sindicalismo de classe média são escassos, quando comparados aos da classe operária, sobre os comerciários quase nada foi trabalhado. Encontramos na bibliografia especializada pouquíssimas referências ao sindicalismo comerciário, ou mesmo estudos sociológicos sobre o trabalho no comércio. (TRÓPIA, 1994, p, 30).

Com base na citação de Patrícia Trópia, a bibliografia sobre o sindicalismo comerciário é quase que inexistente, carecendo de mais estudos visto que, com a ampliação de novas fontes de pesquisas, esta categoria de trabalhadores ainda tem muito a contribuir. A partir de um estudo de caso – o sindicalismo comerciário -, o nosso trabalho visa a enquadrar-se no campo teórico da História Social, procurando enfatizar como se deu a mudança de cultura política dos dirigentes do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa durante o contexto histórico do novo sindicalismo. De acordo com Barros:

[...] a História Social pode ser elaborada tanto do ponto de vista de uma Macro-História, que examina de um lugar mais distanciado aspectos como os movimentos sociais ou como a estratificação social de uma determinada realidade humana, como pode ser elaborada do ponto de vista de uma Micro-História, que se aproxima para enxergar de perto o cotidiano, as trajetórias individuais, as práticas que só são percebidas quando é examinado um determinado tipo de documentação em detalhe. (BARROS, 2005, p.18).

Para a historiadora Hebe de Castro, a história social, enquanto forma de abordagem, “prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades coletivos – sociais na explicação histórica”, (CASTRO, 1997, p. 15/16). No entender de Hebe de Castro, a emergência da história social pode se justificar a partir dos resultados obtidos, através de um esforço de renovação no campo científico, quando se estabeleceram novas abordagens do ponto de vista metodológico, ao problematizar a relação entre a “longa duração” e o “acontecimento”. Tal renovação se dá a partir do retorno da História Política.

A História Política passou por um período de esquecimento, devido a sua identificação com o positivismo e o seu relacionamento com a História Tradicional que exaltava as ações do Estado, assim como as das grandes personalidades que o compunham. No entanto, o seu retorno para a historiografia se dá basicamente com os historiadores da escola francesa, e, em especial por René Remond. O papel desses historiadores, ao inserir novos personagens nos estudos de história, ampliou os horizontes de pesquisa da História Política. No entender de Borges, (1992), é com esse trabalho de renovação na historiografia francesa que estes historiadores conseguem aumentar a noção do que é ser político, quando passam a incluir em seus estudos, além do comportamento das pessoas diante da política, também a evolução de suas atitudes com suas tomadas de posição de forma consciente e ou deliberada diante de situações que podem decidir seus destinos.

De acordo com Rémond, (1996), a recusa dos historiadores pela História Política fez com que as questões econômicas e as relações sociais passassem a ditar todo o rumo das pesquisas históricas no meio acadêmico e a História Política fosse execrada e descartada por um longo tempo. Ao assumir uma nova postura, a História Política passa a envolver-se com as várias parcelas da sociedade e rejeita definitivamente a acusação de interessar-se somente pelos grandes acontecimentos políticos relativos ao Estado e aos grandes personagens.

Por se tratar de uma história do tempo presente, que de acordo com Rousso, “o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua”¹², (ROUSSO, 2009, p. 202). Nossa pesquisa para alcançar o seu objetivo primeiro, que é o de compreender como se deu a mudança de cultura política entre os dirigentes do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, no contexto histórico do novo sindicalismo, busca fazer uma conexão viável entre a greve dos comerciários de João Pessoa que ocorreu em 1990 e as principais fontes utilizadas para o desenvolvimento da dissertação. A princípio, recorreremos a três tipos de fontes como suporte para a execução do trabalho: matérias publicadas em periódicos de circulação local no período da greve, documentos oficiais do sindicato e entrevistas com

¹²Sobre a história de o tempo presente ver: Entrevista com o historiador Rousso Henry. Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. UDESC. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009.

peessoas envolvidas diretamente no conflito de classe. Neste caso, utilizaremos também os recursos metodológicos da história oral.

O principal tipo de preconceito levantado contra os historiadores do tempo presente é que estes sofrem com as influências de seu tempo. No entanto, isto não impede que os historiadores que pesquisam o tempo passado não sejam influenciados por conceitos do seu próprio tempo, pois de acordo com Hobsbawm. “Na medida em que o começo da compreensão histórica é uma apreciação da alteridade do passado, e o pior pecado dos historiadores é o anacronismo, dispomos de uma vantagem inerente para compensar nossas muitas desvantagens”, (HOBSBAWM, 2005, p. 248).

Os maiores problemas para os novos historiadores, no entanto, são certamente aqueles das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral; outros à evidência das imagens; outros a estatística. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras. (BURKE, 1992, p.25)

A desconfiança que se dá aos historiadores do tempo presente está na subjetividade de sua pesquisa, pois a discussão em torno da metodologia defende que a história se define pela distância temporal entre o historiador e o seu objeto de análise, posto que deva partir do mesmo, ter uma atenção especial em relação à análise documental. No entanto, assim como o historiador do tempo passado, o historiador do tempo presente também busca a verdade histórica e tem consciência de que essa verdade também é parcial, cabendo ao mesmo uma análise crítica sobre as fontes a serem utilizadas. E com base no uso das fontes a serem utilizadas, cabe ao historiador o dever de estar consciente de que as mesmas devam ser merecidas de créditos para que se possa extrair a verdade, verdade esta, impossível na visão pós-moderna¹³.

¹³ Sobre o conceito de verdade histórica na visão pós-moderna, ver: JEKINS, Keith. A História Repensada. (2011, p. 54 – 59).

Na verdade, todo historiador do tempo presente leva consigo uma carga acumulada de sua época para a discussão com as fontes. Dessa forma, a execução de seu trabalho não está imune de sua personalidade, de sua ideologia ou de seu interesse a partir da classe em que está inserido. Sobre o recuo do tempo entre o historiador e o seu objeto, o historiador Eric Hobsbawm, (2005, p. 243), nos faz um alerta ao apresentar três problemas básicos: o da data de nascimento do historiador; o problema de como nossas próprias perspectivas do passado pode mudar enquanto procedimento histórico e o de como escapar às suposições da época partilhada pela maioria de nós¹⁴.

A greve dos comerciários de João Pessoa pode ser considerada como um fato histórico que ganhou certa repercussão no movimento sindical da Paraíba, visto que essa categoria de trabalhadores, em nível nacional, vinha mantendo, durante décadas, um distanciamento político sindical para com outras categorias organizadas e adeptas a um sindicalismo mais combativo ou novo sindicalismo.

Com o novo sindicalismo, surgiram novas lideranças que passaram a ocupar espaço nas oposições sindicais, confrontando seus ideais com as dos dirigentes que administravam os sindicatos das categorias de trabalhadores durante décadas. Inseridos neste contexto histórico, os empregados no comércio de João Pessoa formam uma oposição sindical que, nas eleições de 1986, não consegue obter êxito, mas em 1989, elege uma diretoria com formação sindical na CUT, a Central Sindical mais combativa da época. Para compreender como se deu um determinado fato histórico, o historiador tem como atividades principais, selecionar, classificar e fazer críticas consistentes sobre a documentação de que dispõe para a realização de seu trabalho. Conforme afirma Edward Hallet Carr em sua obra *Que é história?* “O historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico de seus fatos. A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e reciprocidade,” (CARR, 2011, p. 65). Ou seja, o historiador afirma que, o trabalho do historiador consiste recorrer a todas as fontes que se encontrar sobre dado assunto e interpretá-las. Cabe ao historiador, buscar e selecionar todas as fontes conhecidas, ou que possam ser conhecidas para a conclusão de

¹⁴ Ver HOBBSAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 243.

seu trabalho, desde que tenham importância significativa para o que se propôs a fazer. Na mesma linha de pensamento citaremos Reinhart Koselleck que afirma:

Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservam até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. (KOSELLECK, 2011, p. 305).

O contexto histórico acima mencionado fez surgir uma nova cultura política¹⁵ no meio sindical brasileiro contrapondo-se ao sindicalismo varguista. Combatia-se o sindicalismo estatal, corporativista e atrelado ao capital. As bandeiras de lutas iam de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao fim do assistencialismo nas entidades sindicais. Tal cultura política está relacionada com a história do tempo presente sobre a qual se pode afirmar que o problema da greve dos comerciários de João Pessoa – sem problema não há história, mas narrações, compilações¹⁶ -, tem sua origem, a partir das relações com algumas circunstâncias políticas da época, ou seja, de um período de transição da ditadura militar para a redemocratização.

Ao falar sobre cultura política, a historiadora Angela de Castro Gomes faz a seguinte afirmação:

¹⁵ Quando fala de cultura política, Serge Bernstein tem como principal fundamentação que esse conceito é plural, ou melhor, o mesmo pode ser empregado na análise das mais variadas manifestações, podendo atender também a diversos e variados segmentos sociais. Dessa forma, de acordo com o pensamento do mesmo, cada época e cada grupo social poderiam ter suas próprias culturas políticas. Isto posto, ao fazermos um estudo dessas culturas políticas teríamos assim, um importante instrumento de entendimento da realidade, a partir da problemática sugerida no trabalho de pesquisa. Em nosso trabalho utilizamos também o conceito de cultura política defendida por BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Ed. UNB, 5ª edição, 2000. Define cultura política como: “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos”.

¹⁶ REIS, José Carlos. Escola dos Annales: A inovação em História, p. 75.

No que se refere às relações com o conceito de cultura política, pode-se assinalar que uma das razões mais apontadas para sua retomada pela história é o fato de permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando-se seu próprio ponto de vista: percepções, vivências, sensibilidades. Dentro desses parâmetros, a categoria cultura política vem sendo entendida como “um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar. (GOMES, 2010, p. 47, 48).

Nos últimos anos, os estudiosos da cultura política têm utilizado o conceito de forma heterogênea e o aplicado nos dois níveis da política (tanto no macro, quanto no micro). Ao utilizarmos tal conceito em nosso trabalho, o fizemos a partir da micro história ao observar o comportamento e as atitudes de um determinado grupo de dirigentes de uma categoria de trabalhadores – os comerciários -, afastada das lutas sociais e do engajamento político com outras categorias de trabalhadores. Portanto, a cultura política se dá a partir das experiências compartilhadas por toda vida política, assim como pelo conjunto dos recursos utilizados para se pensar a política.

Neste caso, o conceito de cultura política aqui utilizado se justifica pela forma diferenciada nas ações dos dirigentes sindicais do sindicato dos comerciários, antes e depois da década de 1990, o que implica também na auto definição desses indivíduos como atores políticos e a maneira como os mesmos conseguem construir sua visão diante da política e posicionar-se dentro da mesma. Na mesma linha, podemos citar Rodrigo Patto Sá Motta (2009), ao afirmar que, quando se trata de analisar o conceito de cultura política, os estudos sobre o tema têm sido recente. No entanto, o mesmo tem conseguido ganhar muita audiência nas últimas décadas visto que, várias disciplinas têm procurado convergir seus interesses de estudo no encontro entre a política e a cultura.

Através de sua obra *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia* o autor deixa claro que essa nova abordagem tem procurado revelar que os estudos políticos se imbricam aos fenômenos culturais. O autor ressalta ainda que o conceito de cultura política tem uma íntima relação com um conjunto de valores, costumes e representações simbólicas, componentes fortes para a construção de uma identidade coletiva a partir de um determinado lugar, cuja influência recai na formulação de projetos

políticos futuros. Existem trabalhos que atribuem ao novo sindicalismo como o nascedouro dos movimentos sociais durante a última década da Ditadura Militar e defendem, como tese, a importância do movimento sindical no ABC paulista, para o processo da redemocratização. O historiador Marcos Napolitano em sua obra *O Regime Militar Brasileiro*, afirma: “Os acontecimentos de 1979 e 1980 acabariam levando a classe trabalhadora ao centro da vida política nacional, deixando claro os estreitos limites da política de abertura proposta pelo governo”, (NAPOLITANO, 1998, p.75).

Entretanto, com base neste contexto em que ocorrem mudanças significativas - como a disseminação das greves que iria aproximar militantes de esquerda com a classe trabalhadora, num claro enfrentamento contra o regime militar -, é que faremos um resgate do sentido histórico sobre o movimento sindical dos empregados no comércio de João Pessoa, procurando relacionar, com o novo sindicalismo, a mudança de cultura política da direção do sindicato, os conflitos de classe existentes e como repercutiu na mídia escrita, a greve de 1990. Neste caso, as fontes selecionadas passaram a nortear a execução do trabalho de tal forma que será preciso que se faça um levantamento minucioso e uma análise crítica de forma consistente, confrontando-as, posto que o historiador do tempo presente tenha como foco, em sua pesquisa, um passado muito próximo e que, na maioria das vezes, esteve no meio dos fatos a serem trabalhados. Partindo de uma reflexão levantada por Roger Chartier:

(...) a leitura das diferentes temporalidades que fazem que o presente seja o que é herança e ruptura, invenção e inércia ao mesmo tempo, continua sendo a tarefa singular dos historiadores e sua responsabilidade principal para com os contemporâneos. (CHARTIER, 2010, p. 68).

No entanto, ao mesmo tempo em que novos atores sociais passam a reivindicar mudanças nas relações sociais como um todo e que tais mudanças deveriam se concretizar durante a constituinte de 1988, o movimento sindical não conseguiu o avanço desejado visto que a estrutura sindical oriunda do varguismo conseguiu manter-se quase que em sua totalidade na Constituição de 1988. A herança do sindicalismo varguista tem sido um entrave denunciado, há décadas, dentro e fora do movimento sindical a sua ruptura durante

o novo sindicalismo se dá na prática de alguns dirigentes sindicais durante as três últimas décadas do século XX. É neste conflito ideológico entre o sindicalismo varguista e o novo sindicalismo que os comerciários de João Pessoa fazem a greve de 1990.

1.2 - O jornal como fonte de pesquisa para os historiadores do tempo presente

No dia 5 de abril de 2009, o jornal Folha de São Paulo publicou uma manchete com as seguintes palavras; “Grupo de Dilma planejava sequestrar Delfim”. Com base numa ficha do DOPS sobre a ministra-chefe de Casa Civil da presidência de República Dilma Rousseff, a matéria estabeleceu uma ligação entre ela e um plano para sequestrar em 1969 o então ministro da Fazenda, Delfim Neto. No dia 25 de abril, o mesmo jornal abriu nova manchete: “Autenticidade de ficha de Dilma não é provada”.¹⁷

Na obra *O historiador e suas fontes*, organizado por Carla Bassanezi Pinski e Tânia Regina de Luca encontramos a seguinte citação: “O episódio ilustra os problemas que envolvem esse tipo de fonte e que extrapolam os limites da Arquivologia e da História”. (PINSKI, 2011, p. 190 – 191). Considerado como uma das formas mais antigas de comunicação de massa, levando informações cotidianas ao seu público leitor, os periódicos têm se constituído como fontes de grande importância para as pesquisas dos historiadores do tempo presente, desde que tais informações nos transmitam um modelo de cada época a ser estudada. Um dos recursos metodológicos de nossa pesquisa será a utilização de matérias publicadas nos principais jornais que circularam na grande João Pessoa, durante a greve dos comerciários de 1990.

Nosso objetivo ao utilizar tais matérias passará por uma análise crítica das mesmas, fazendo um paralelo com os documentos oficiais do sindicato, assim como com o pensamento exposto nas entrevistas cedidas por pessoas envolvidas no contexto histórico da greve. Recorrer a este tipo de fonte dá ao pesquisador uma variedade de interpretações,

¹⁷Carla Bassanezi Pinski. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo, Contexto, 2011, p. 190-191.

desde que se faça um contraponto com outras publicações da época. No entanto, ao utilizarmos o jornal como fonte de pesquisa, devemos fazer uma análise crítica sobre as matérias publicadas, pois na maioria das vezes tais publicações foram ou são direcionadas ao público com um objetivo específico, principalmente se publicadas por empresas jornalísticas do setor privado.

A partir do exposto, torna-se evidente que a pesquisa em jornais nos dá a possibilidade de um retorno ao passado, e que este passado, mesmo sendo recente, tem a dar uma grande contribuição para a produção historiográfica, e que os preconceitos levantados contra os historiadores do tempo presente poderão ser superados, a partir da reflexão que se faz em cima dos fios quebradiços encontrados em suas fontes de pesquisa. Diferente do historiador do tempo passado, o historiador do tempo presente ao entrar em contato com suas fontes passa também a viver a história, pois o próprio ato de folhear um jornal em busca de respostas para a sua pesquisa pode adquirir um vínculo testemunhal com os acontecimentos ali expostos. Nas afirmações de Chauveau & Tétard, podemos constatar que:

Tendo, portanto, a imprensa como fonte historiográfica, considera-se que o trabalho jornalístico se quer uma leitura da atualidade. A partir disso, o trabalho historiográfico se trata de uma releitura do tempo presente. Assim, “mais precisamente, o estudo do jornalismo histórico é instrutivo, porque a história do imediato foi primeiro marcada pelo selo jornalístico. De certa maneira, ela é mesmo filha da imprensa” (CHAUVEAU & TÉTARD, 1999, p. 21-2).

A greve dos comerciários de João Pessoa, em 1990, representou uma mudança de cultura política por parte dos dirigentes do sindicato obreiro que via naquele momento uma oportunidade de se afirmar como integrantes do chamado novo sindicalismo. O Jornal “A União”, matutino oficial do Governo do Estado da Paraíba, noticiava em sua edição dos dias 31/01 de junho e julho respectivamente matéria que tinha o seguinte título: Greve pode parar o comércio e o transporte coletivo 2ª feira. “A disposição para deflagrar a greve

decorre do não fechamento da convenção coletiva de trabalho dos comerciários, cuja data base é 1º de julho”. (Jornal A União, 30/01 de jun/jul.1990.)¹⁸

A matéria publicada no jornal “A União”, traduz uma nova realidade a ser encarada pela classe patronal, visto que a partir daquele momento as negociações trabalhistas tendiam a ser mais acirradas. Estávamos em um período de transição democrática, a população brasileira acabava de eleger o primeiro presidente civil depois de 21 anos de ditadura militar e poderia se acreditar naquele momento que a frágil democracia brasileira dificilmente iria aceitar uma greve de uma categoria de trabalhadores que durante anos mantinha uma relação pacífica entre capital e trabalho¹⁹. Porém, a nova conjuntura política propiciava aos trabalhadores organizados um maior engajamento na luta sindical, mesmo com um ensaio de uma política econômica neoliberal implantada pelo presidente eleito. Patrões e empregados não chegaram a um acordo nas mesas de negociações, os comerciários corriam o risco de perder a data base da categoria, havia um desrespeito por parte da classe patronal, posto que as mesas de negociações foram fracassadas, não surtindo os efeitos esperados pelos comerciários, conforme está escrito na matéria do citado jornal.

A não abertura de um diálogo com os representantes dos trabalhadores e as negações em aceitar discutir as cláusulas, principalmente econômicas propostas nas mesas de negociações, levaram a greve dos trabalhadores no comércio de João Pessoa. É bem verdade que foi uma greve de curta duração, todavia, torna-se importante ressaltar que se trata de uma categoria com pouca tradição de luta, pertencente ao setor privado e que geralmente não são trabalhadores especializados e que apresentam muita rotatividade no emprego. Em matéria publicada no jornal A União, destacamos:

¹⁸ Jornal A União. João Pessoa, sábado/domingo, 30/01 de junho/julho de 1990.

¹⁹ Em se tratando da categoria comerciária, é importante observar que vários estudos apontam para um categoria voltada para a colaboração de classe. No entender de Patrícia Vieira Trópia: Os comerciários têm usado de práticas sindicais “pacíficas”, como campanhas nos jornais do sindicato, batalhas jurídicas, cartas e pressão aos membros do executivo e atos religiosos. Sindicalismo comerciário: retaguarda e conservadorismo político (2000, p. 87). Cad. AEL, v. 7, n. 12/13, 2000.

Após uma greve que durou dois dias e que fechou grande parte das lojas de João Pessoa, os comerciários voltam hoje ao trabalho. Numa reunião realizada ontem a tarde no Tribunal Regional do Trabalho, ficou decidido um novo piso para a categoria, Cr\$ 8 mil cruzeiros e a garantia de que todos terão direito ao Vale Transporte e a um acréscimo de 70%, nos horários extras.

O presidente do Sindicato dos Comerciários, João de Deus, disse que a maior vitória da categoria não foi o reajuste salarial – eles estavam pedindo 16 mil e conseguiram apenas a metade disso – mas sim a conscientização e a perda do medo. “a greve despertou os trabalhadores do comércio para a luta de seus direitos, o que não acontecia desde 1958 na Paraíba”, disse João de Deus. “Agora, com certeza, a categoria terá mais força para brigar nos próximos anos”. (Jornal A União, julho de 1990)²⁰.

Nas palavras do presidente do sindicato dos comerciários de João Pessoa, Sr. João de Deus, publicadas pelo jornal, “A União”, nota-se que a greve da categoria mesmo não obtendo o êxito desejado, ou seja, os ganhos econômicos - reivindicavam Cr\$ 16 mil cruzeiros e fecharam o acordo coletivo com a metade do que pediam -, houve aparentemente um ganho político, visto que os trabalhadores no comércio a partir daquele momento passavam a adquirir conscientização em lutar por seus direitos. As matérias publicadas no jornal “A União” apresentam-se com certa imparcialidade. A cobertura dos acontecimentos foi noticiada sem que houvesse a intenção de confundir a opinião pública contra patrões e ou empregados.

Na mesma edição dos dias 31/01 de junho/julho de 1990²¹, foi publicada uma matéria com o depoimento do presidente do Clube dos Diretores Lojista de João Pessoa (CDL), o Sr. Assis Junior, que tinha como título: Lojas vão buscar servidor em casa. Vejamos o que diz a matéria:

Se a greve dos comerciários começar a partir de segunda-feira, os comerciantes usarão qualquer tipo de transporte que for possível para

²⁰ Jornal A União, João Pessoa, 04 de julho de 1990.

²¹ O matutino oficial da Paraíba, Jornal A União, não circulava na segunda-feira. Em sua edição do domingo utilizava-se as datas da circulação do domingo com a segunda-feira.

pegar o empregado em sua própria casa. Foi o que garantiu Assis Junior, presidente do Clube de Diretores Lojistas de João Pessoa.

Segundo ele, se for preciso, os empregados serão pegos em suas casas em taxi veículos de lotação ou outro qualquer. Isto porque, no seu entendimento, a categoria não está disposta a aderir à greve, que para o dirigente do CDL de João Pessoa, está sendo arquitetada, no fundo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço direito daquela agremiação política, a qual o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa é filiado²². (Jornal A União, jun/jul de 1990).

Nas matérias publicadas pelo jornal oficial do Estado da Paraíba, Jornal A União, os jornalistas que cobriram as mobilizações e os acontecimentos antes e depois da greve mantiveram-se isentos de qualquer comentário a respeito da mesma, preocupando-se em levar para a população apenas o desenrolar dos fatos. Para aqueles que ainda mantêm a dúvida sobre o valor dos jornais como fontes de pesquisa historiográfica alegando interferências de ideologias no ato de transmitir as notícias, cabe aos mesmos fazer uma análise crítica sobre cada matéria publicada. Devemos estar cientes de que as ideologias podem estar presentes em todas as páginas de qualquer jornal e até mesmo nas entrelinhas de uma matéria publicada e não há como ignorá-las ou fugir delas. No entanto, é preciso esclarecer que tais ideologias não interferem apenas nas matérias veiculadas em empresas jornalísticas, já que as mesmas fazem parte de um processo que integram toda produção e divulgação de ideias conduzidas por diversos grupos com interesses diferenciados. Em se tratando de empresas jornalísticas do setor privado, o estranho seria que estas fossem isentas ou neutras ao veicularem matérias que entrasse em contradições com os interesses de quem as mantém financeiramente.

O cuidado que o pesquisador deve ter ao utilizar matérias de jornais como fonte de pesquisa, inicia-se com o processo de seleção das notícias desejadas sobre um determinado período em que definiu como ponto de partida para a sua investigação. Ao selecionar tais matérias, elas terão de ser tratadas como um grande desafio a ser enfrentado pelo pesquisador, devendo ficar claro, desde o início de sua pesquisa, que a importância de uma matéria jornalística como valor documental, deve-se a transcrição literal que a mesma

²² Jornal A União, João Pessoa, 31/01 de jun/ jul de 1990.

apresenta, e que apenas um procedimento analítico sobre o texto original irá dar legitimidade ao trabalho interpretativo do pesquisador e credibilidade à pesquisa.

1.3 - Os documentos oficiais do sindicato como fonte de pesquisa

Atualmente, ampliaram-se as compreensões sobre o uso dos documentos como fonte histórica, possibilitando ao historiador a utilização de fontes variadas, entre as quais as Atas de reuniões, que podem ser qualificadas enquanto registros formais desenvolvidos por qualquer órgão público ou privado. No geral, os documentos sejam eles oficiais – no caso as Atas do sindicato –, ou não, são compreendidos como qualquer base de conhecimento que possa contribuir cientificamente para elucidar algum fato ou acontecimento. Deste modo, podemos considerar, de suma importância, a pluralidade do campo da fonte documental histórica desde escritos de todos os tipos até os acervos iconográficos.

As Atas que foram produzidas pelos representantes do sindicato dos comerciários de João Pessoa nos serviram de fonte de pesquisa para a concretização do trabalho. Acreditamos que as devidas Atas tinham como finalidade cumprir determinações legais quanto aos processos eleitorais e de negociações coletivas e não tinham o compromisso de deixar registradas as ações e decisões dos dirigentes que administravam aquela entidade de classe, cabendo ao historiador utilizar no sentido de transformá-las em documento histórico, ao fazer um comparativo com outras fontes da época. As Atas produzidas pelo sindicato podem ser caracterizadas como fontes oficiais por primazia. Contudo, é preciso que se tente identificar, neste tipo de fonte, a importância do documento oficial na aproximação com a verdade histórica - mesmo que não exista a verdade histórica única. Isto pode ser determinante para que haja uma série de críticas quanto aos estudos que têm utilizado as fontes escritas oficiais como prioritárias.

Na verdade, a partir da Escola dos Annales, herdamos uma variedade de fontes históricas que contribuem, de uma forma ou de outra, para o desenvolvimento da escrita da história. Torna-se evidente que houve uma ampliação do conceito de fontes históricas, possibilitando aos historiadores fazerem um resgate de tudo o que fosse fruto da vivência

humana para a reconstrução e compreensão da história. Isto posto, sabemos que mesmo com a ampliação do uso das fontes históricas e a persistência das críticas que se faz ao uso das fontes oficiais, estas não podem deixar de serem encaradas como um importante instrumento de pesquisa, cabendo ao historiador utilizar-se de alguns cuidados metodológicos: como uma crítica consistente de seu conteúdo, o contexto em que tais documentos foram elaborados, quem os elaborou e quais as intenções durante a elaboração dos documentos. Assim, em nosso trabalho, ao apontarmos para as possibilidades de utilizarmos as Atas do sindicato dos comerciários de João Pessoa como fontes documentais, o fizemos partindo da premissa de que não são as fontes históricas em si que caracterizam e podem dar configurações a um trabalho historiográfico, mas, sim, a operação e a interpretação que o pesquisador faz as mesmas, posto que o manejo e a interpretação das fontes, dependem e muito da postura teórico-metodológica assumida por quem escreve a história.

Em razão disto, buscamos demonstrar que, apesar das Atas do sindicato dos comerciários relacionarem-se a um suporte documental próprio no âmbito político-sindical daquela entidade de classe, elas se constituem como uma importante fonte de análise das ações internas de um seguimento da sociedade, podendo revelar aspectos tanto econômicos e sociais, bem como as relações de poder que se estabelecem em seu interior.

A importância que podemos atribuir ao uso das Atas produzidas por membros de uma categoria de trabalhadores como fonte de pesquisa, não deve ser reduzido simplesmente ao seu conteúdo. É preciso que o pesquisador procure entrecruzar e confrontar as informações nelas contidas com outras fontes documentais obtidas, para observar o que elas têm a nos revelar. A respeito do uso das fontes respaldadas com a virada historiográfica, José Carlos Reis faz o seguinte comentário:

Nesse sentido, Febvre proporá uma outra “inovação”: ele defenderá a ampliação do “arquivo do historiador”. A história, para ele, pode ser feita com todos os documentos que são vestígio da passagem do homem. O historiador não pode se resignar diante de lacunas na informação e deve procurar preenche-las. Para isto, usará os documentos não só de arquivos, mas também um poema, um quadro, um drama, estatísticas, materiais arqueológicos. O historiador tem como tarefa vencer o esquecimento,

preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo. (REIS, 2000, p. 77).

A cronologia do movimento grevista dos comerciários de João Pessoa pode ser acompanhada a partir de confronto direto entre as matérias publicadas nos jornais de circulação local com as atas, ou seja, os documentos oficiais do sindicato. O que significa dizer que para se chegar a um entendimento do movimento grevista é preciso que se faça um somatório de fatos miúdos e sua relevância ali narrada durante o contexto histórico em que os mesmos estão inseridos. Na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de junho de 1990, pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, nota-se a já mencionada mudança de cultura política:

Ata: Aos 27 dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e noventa, na sede deste sindicato (...) realizou-se uma Assembléia Geral Extraordinária em segundo convocação as 20h00 horas, já que a primeira não houve quorum legal, convocada por Edital publicado no jornal Correio da Paraíba do dia 23 de junho de 1990, com a seguinte ordem do dia 1º) apresentação e discussão da contra proposta patronal, instauração do dissídio coletivo no TRT, com ou sem greve; 2º) encaminhamento da campanha salarial/90 (...) foram eleitos dois escrutinadores para processarem a aprovação ou não através de voto secreto das propostas contidas na ordem do dia²³.

A mudança de cultura política está implícita na redação da referida Ata: apresentação e discussão da contra proposta patronal, “instauração do dissídio coletivo no TRT com ou sem greve”. O livro de Atas de Assembleia Geral da categoria comerciária data de janeiro do ano de 1975 e, desde a abertura da primeira Ata até o dia 27 de junho de 1990, não foi encontrada frase do tipo, instaurar dissídio coletivo com ou sem greve. A classe patronal não levava muito a sério as ameaças da categoria obreira.

²³ Livro de Atas de Assembleia Geral do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, com abertura das atas em janeiro do ano de 1975.

1.4 - A memória como fonte de pesquisa historiográfica

Ainda dentro dos pressupostos metodológicos a serem utilizados na pesquisa e ao fazermos uma conexão entre as fontes possíveis para analisarmos a greve dos comerciários de João Pessoa, no ano de 1990 e sua utilização como objeto de pesquisa, conforme afirma Roger Chartier em seu *A história ou a leitura do tempo*: “O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas”, (CHARTIER, 2010, p. 24). Neste caso, o resgate da memória passa a ser um documento de suma importância para o pesquisador, pois segundo Michel Pollack em sua obra *Memória, esquecimento, silêncio* “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (POLLACK, 1989, p.204).

As entrevistas, como um dos recursos da história oral, têm contribuído consideravelmente para o resgate histórico de diversos movimentos sociais. É através da entrevista que o pesquisador tem o privilégio de resgatar memórias e de se situar de forma efetiva com o fazer da história oral, uma vez que por meio da mesma se dá uma maior interação entre o entrevistador e o entrevistado. Para que o trabalho possa obter êxito, cabe ao pesquisador formular perguntas que possam ajudar a resolver os problemas relacionados ao seu objeto de estudo, no dizer de Verena Alberti, temos o seguinte esclarecimento:

Na história oral, a pesquisa e a documentação estão integradas de maneira especial, uma vez que é realizando uma pesquisa, em arquivos, bibliotecas etc., e com base em um projeto que se produzem entrevistas, que se transformarão em documentos, os quais por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas. (ALBERTI, 2005, p. 81).

Para que se obtenha o resultado esperado de seu trabalho, é necessário, ao pesquisador, fazer um confronto entre as fontes utilizadas em sua pesquisa, separando o que pode ser considerado um excesso e ou manipulação, quando visivelmente encontradas. Ao utilizar a história oral como fonte de pesquisa, o historiador do tempo presente tem como complemento um conjunto de memórias que poderão substituir e, ou serem adicionadas às

outras fontes que ainda não foram liberadas, podendo ainda perceber caso haja distorções entre os documentos escritos com o depoimento dos entrevistados.

Utilizada como fonte de pesquisa, a história oral pode assegurar ao historiador a subjetividade para interpretação dos fatos históricos a serem pesquisados. No entanto, recomenda-se, ao mesmo, o bom trato e os severos cuidados ao se utilizar dos depoimentos como fonte de pesquisa, para que se tenha uma aproximação com a verdade. Baseado no exposto, usaremos como reflexão a citação extraída da obra *Usos e Abusos da História*, escrito por Margaret Macmillan, “Devemos continuar examinando nossas próprias suposições e as dos outros e perguntando onde estão as provas. Ou se há outras explicações”. (MACMILLAN, 2010, p. 208).

Capítulo II – Entre o velho e novo sindicalismo: um balanço historiográfico

2.1 – O velho sindicalismo varguista: uma sombra que incomoda

Para entendermos como se deu o surgimento do chamado novo sindicalismo, torna-se necessário adentrarmos um pouco nas concepções do que veio a se chamar velho sindicalismo ou sindicalismo varguista²⁴, visto que tal pratica ainda consegue ser marcante nos dias atuais. Durante décadas, tem se atribuído a este modelo de se fazer sindicalismo como um entrave à autonomia do sindicalismo brasileiro.

Como se sabe, Vargas cometeu suicídio em 1954, quando ainda exercia o mandato de Presidente da República do Brasil, mas seu legado político solidificou-se de tal forma que mesmo seus sucessores, sejam eles eleitos, através do voto popular, ou impostos através de Golpe de Estado – no caso os governos militares -, não conseguiram neutralizá-lo, ou mesmo apagá-lo da memória do povo, e continua vivo, identificando-o como o “pai dos pobres” ou o protetor da classe trabalhadora.

A década de 1930 pode ser compreendida como um período de grande agitação política no Brasil. Movimentos ditos revolucionários, golpes de Estado, perseguições políticas e revoltas, foram alguns dos componentes que a caracterizaram. Inicialmente, uma “revolução”, conduzida pela chamada Aliança Liberal que tinha como candidatos a presidente e vice-presidente da República o gaúcho Getúlio Vargas e o Paraibano João Pessoa, conseguiu destronar do Palácio do Catete no Rio de Janeiro o último presidente da República Velha. O estopim para a dita “revolução” foi o assassinato de João Pessoa – por questões familiares e políticas localizadas -, então presidente do Estado da Paraíba e membro da Aliança Liberal.

Com a chegada de Vargas ao poder, abre-se espaço para que o projeto idealizado pelo grupo que lhe dera apoio fosse colocado em prática. Como Vargas era um grande proprietário de terras no Rio Grande do Sul, a princípio, acreditava-se que o caudilho iria dar continuidade à política econômica conduzida por seus antecessores, voltada

²⁴ Ver Antunes, Ricardo: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil, Pegada, vol. 7, n. 2, novembro/2006. “O trabalhismo varguista, combinava dádiva, manipulação e repressão. O controle da legislação sindical e as concessões na legislação trabalhista fizeram com que o mito varguista se desenvolvesse”.

exclusivamente para as exportações agrícolas. Todavia, um dos objetivos de seu grupo político era o de transformar a economia brasileira, substituindo-a por uma economia do tipo industrial, neste caso como o Estado de São Paulo já havia iniciado o processo de industrialização, permaneceria como o principal polo condutor da economia brasileira²⁵.

Para que os objetivos idealizados pelo grupo de apoio ao Presidente Getúlio Vargas conseguissem obter êxito, seria necessário atrair a classe trabalhadora como parceira do Estado, impossibilitando-a de conflitos com o capital, visto que, desde a segunda metade do século XIX, o movimento da classe trabalhadora brasileira, travara uma luta incansável, contra a exploração à qual estava submetida durante a transição do trabalho escravo para o novo modelo econômico aqui implantado. Entretanto, a reação dos governantes que haviam ocupado o Palácio do Catete, desde a proclamação da República, consistia em considerar que o movimento operário entravaria a modernização econômica e deveria ser um “caso de polícia”²⁶. Nesta investida, os meios utilizados pelo governo Vargas para atrair a classe trabalhadora foi de fundamental importância, para a conciliação entre as classes antagônicas, visto que muito da estrutura sindical criada em seu governo, tem conseguido permanecer intacta. De acordo com Jorge Ferreira:

[...] a história da classe trabalhadora a partir de 1930 reduz-se a uma espécie de “conspiração” das classes dominantes sempre criadoras de dispositivos ideológicos, mecanismos eficientes de controle social, meios habilíssimos de propaganda política, instrumentos sutis de doutrinação das mentes, entre outros meios, para manipular, dominar e desvirtuar os trabalhadores de seus “reais e verdadeiros” interesses. (FERREIRA, 1997, p.14).

De fato, as primeiras medidas adotadas pelo Presidente Vargas relacionadas ao campo do trabalho, visava a cooptar a classe trabalhadora para sua causa. Com a criação do

²⁵ Ver Cunha, Luiz Antonio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo, Editora Unesp, 2005.

²⁶Ver MOLINA, Helder.2011. “Os primeiros 30 anos foram de intensas lutas e enfrentamentos. A República no Brasil foi construída desrespeitando e agredindo violentamente o povo trabalhador. As elites escravocratas, que tiveram de fechar as senzalas, transferiram a exploração para o chão da fábrica, continuaram com a mentalidade escravista, sem garantir direitos, considerando os trabalhadores simples objetos de produção e instrumentos de lucros”. <http://www.sintetufu.org/2012/historia.php>.

Ministério do Trabalho Indústria e Comércio – órgão responsável pela política social do governo -, Vargas dava clara demonstração de que, a partir daquele momento, as relações trabalhistas teriam que passar pelo clivo do Estado, não sendo mais um “caso de polícia”, como na República Velha. Porém, é com o Decreto 19.770 de dezenove de março de 1931 que fica estabelecido o controle estatal sobre as organizações sindicais, para que uma entidade sindical pudesse participar das mesas de negociações com a classe patronal, esta deveria ter o registro reconhecido pelo Estado. De acordo com o Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931, que regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências fica estabelecido que:

Art. 1º Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da República e por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição (...)²⁷.

Ao mesmo tempo em que se dão os primeiros passos para cooptar a classe trabalhadora para o novo projeto econômico que se estava ensaiando, iniciava-se também um processo de harmonia entre capital e trabalho. As posições tomadas por Vargas acarretam no estrangulamento do chamado movimento sindical autêntico, que teria suas raízes ainda no século XIX, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Portanto, torna-se importante analisar que tal decreto pode ser compreendido como um passo importante para a organização do movimento sindical brasileiro, mesmo sob a tutela do Estado. De acordo com a historiadora Letícia Bicalho Canêdo, o projeto político dos “revolucionários” de 30 visava cooptar as classes sociais em conflitos trabalhistas:

Os chamados “revolucionários de 30”, liderados por Getúlio Vargas, construíram uma rede de instituições políticas corporativas para enfrentar os conflitos sociais existentes. Sob o governo de Getúlio, foi reconhecido o direito dos trabalhadores de se organizarem, mas sob a tutela e domínio

²⁷ Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral>. Acesso em 15/012014.

do Estado, que determinou as linhas principais do padrão atual de relações de trabalho e participação dos trabalhadores no processo político nacional. (...) um dos primeiros atos do governo provisório foi a criação, em novembro de 1930, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. E logo após, em março do ano seguinte, aparecia o primeiro decreto relativo às modalidades de organização dos sindicatos operários, o Decreto nº 19.770. (CANÊDO, 1991, p.45):

Após a assinatura do decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931 que define a regulamentação do sindicalismo no Brasil, diversas categorias de trabalhadores, com pouca ou quase nenhuma participação nas lutas operárias, aderem ao sindicalismo de Estado²⁸, com a criação de sindicatos em todo território nacional. É a partir da instituição deste decreto que surge o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, fundado em julho de 1932²⁹.

Com a implantação do decreto 19.770, o sistema sindical brasileiro tenta asfixiar o sindicalismo de luta dos anos anteriores, passando a adotar os princípios do que estava contido na legislação, respeitando-se a unicidade sindical, ou seja, apenas um sindicato da mesma categoria na base. Dentro deste modelo de sindicalismo, nasciam os sindicalistas burocráticos³⁰, passando a imagem de que a pluralidade sindical enfraqueceria o movimento de luta dos trabalhadores. No entender desses sindicalistas, a unicidade daria mais respaldo para o enfrentamento com a classe patronal, no entanto o que estava em jogo não era um movimento de reivindicação e luta da classe trabalhadora e, sim, a arrecadação financeira que o sindicato obtinha através do imposto sindical, quando os empregadores

²⁸Ver: MATOS, Marcelo Badaró. O sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar. 2003 (p, 14). O processo de reconhecimento dos sindicatos foi progressivo. Entre 1931e 1932, apenas 115 sindicatos foram criados segundo as novas regras. Entre 1932 e 1934 a pressão ministerial, somada demanda das bases pelos benefícios da lei, foi bastante forte, o que explica que 141 sindicatos tenham sido criados em 1933. (MATOS, 2003, p.14).

²⁹ Para atender as necessidades econômicas e do espaço urbano na primeira metade dos anos de 1930, foi contratado o engenheiro e arquiteto Nestor de Figueiredo, que no ano de 1932 começou a colocar em prática o Plano de Remodelação e Extensão de João Pessoa. Entre 1932 e 1955, a cidade passava por uma série de ações que visava a reforma e expansão urbana, expandindo o comércio para bairros mais próximos, entre o quais o bairro da Torre, tais melhorias foram promovidas pelo poder público, como pavimentação e alargamento de ruas.

³⁰ Sindicalistas burocráticos: foi um termo muito utilizado pelos sindicalistas autênticos quando se referiam aos sindicalistas que controlavam os sindicatos durante algumas décadas. Os novos sindicalistas viam nos sindicalistas burocráticos como agentes que se aproveitavam dos privilégios gerados nos sindicatos e pela capacidade que tinham em controlar a máquina administrativa fazendo de tudo para se manterem no poder.

deveriam descontar um dia de trabalho de cada trabalhador, sindicalizado ou não, uma vez por ano, e que seria rateado entre o sindicato, a federação e a confederação. Dinheiro este, que seria destinado à manutenção assistencialista da entidade de classe pela qual o empregado estaria representado. Isto posto, nota-se o porquê que tais dirigentes não queriam vê-lo dividido com outras entidades da mesma categoria de trabalhadores.

Os movimentos políticos posteriores de enfrentamento do governo Vargas, entre os quais a Revolução Constitucionalista de 1932, iriam levar à elaboração e, conseqüentemente, à promulgação de uma nova Constituição Federal em 16 de julho de 1934. Ao tratar da organização sindical, a referida Constituição em seu artigo 120, parágrafo único, estabelecia a pluralidade e a autonomia sindical, o que demonstrava uma inovação a “quase” ruptura com o modelo de regulamentação sindical proposto pelo Decreto nº 19.770 de 1931. Devemos ressaltar que, quatro dias antes da promulgação da Constituição de 1934, o presidente Vargas já havia sancionado um novo decreto de enquadramento sindical, o de nº 24.694 no dia 12 do mesmo mês, que seguindo os princípios democráticos, abria espaço para a pluralidade sindical, mesmo de forma acanhada. De acordo com o Decreto nº 24.694, ficava estabelecido em seu artigo 11 que:

Nas localidades onde, em profissões idênticas ou similares, não for possível reunir número legal de associados é facultada a organização de sindicatos de ofícios vários.

§ 1º Quando, em uma localidade, os que exercerem uma determinada profissão não forem bastante para a formação de um sindicato, poderão eles filiar-se a um sindicato de profissão idêntica ou similar, com sede em outra localidade mais próxima, e designar mandatário que os represente nesse sindicato.

§ 2º Em qualquer dos casos previstos neste artigo, atingindo os que exercerem determinada profissão número legal de associados, poderão estes desligar-se e formar sindicato á parte, salvo se, pela redução do número de associados, o primitivo sindicato ficar em condições de não poder satisfazer os requisitos legais (arts. 5º, 6 e 7º)³¹.

³¹Ver, Coleção de Leis do Brasil - 31/12/1934, Página 838 Vol. 4 (Publicação Original).

Ao observarmos o decreto do presidente Vargas, notamos que aparentemente há um pluralismo sindical, quando comparamos o decreto de 1934 ao de 1931, pois o Decreto nº 24.694 poderia representar um avanço, ao oferecer liberdade ao trabalhador em poder fazer a opção pela sindicalização na categoria profissional a que pertencia, ou podendo uma mesma categoria organizar-se em outros sindicatos. Mesmo assim, esse pluralismo não teria vida longa e foi aniquilado com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, quando o princípio da unicidade sindical foi restabelecido, cabendo apenas aos sindicatos legalizados os direitos de defesa das categorias que eles as representavam perante o Estado.

Vargas outorga uma Constituição que vai fixar as normas da política social e trabalhista de seu governo. Ao fazer uma nova regulamentação sindical na Constituição de 1937, o presidente mantém os direitos trabalhistas já estabelecidos na Constituição anterior – salário mínimo, férias e descanso semanal -, cabendo ainda a Justiça do Trabalho³² dirimir os conflitos existentes entre as classes patronais e de empregados. Mas, notadamente é no Decreto nº 5.452 de 1º de maio de 1943, período em que foi sancionada a CLT, que o presidente Vargas estabelece o mais duradouro enquadramento sindical, pois já em seu artigo 1º estabelecia que: “Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas”.

Com a Consolidação das Leis do Trabalho, estabelece-se a dependência do sindicato frente ao Estado, suprimindo de vez qualquer parcela de autonomia ao movimento sindical, fortalecendo a sua unicidade - não será reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, em uma dada base territorial - e o corporativismo que perdura por décadas. Esse modelo de sindicalismo passou por uma série de críticas, durante o processo de reestruturação do novo sindicalismo, que pouco

³² A criação da Justiça do Trabalho propriamente dita já estava estabelecida na Constituição de 1934 em seu artigo 122 - Para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Trabalho, à qual não se aplica o disposto no Capítulo IV do Título I -, e na Constituição de 1937 em seu artigo 139 - Para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituída a Justiça do Trabalho, que será regulada em lei e à qual não se aplicam as disposições desta Constituição relativas à competência, ao recrutamento e às prerrogativas da Justiça comum -, mas só foi criada em 1939, pelo Decreto-lei 1.237 que em seu artigo primeiro definia: Os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho. Entretanto sua regulamentação e aprovação vai se dá em 1940 com o Decreto 6.596, sendo instalada definitivamente em 5 de maio de 1941.

conseguiram apontar soluções para o enfrentamento tanto com a classe patronal, assim como para com os governantes durante a transição democrática, com poucos avanços na constituinte de 1988, e, uma apatia durante o período de redemocratização. Tal apatia tem se refletido nos movimentos recentes, nem mesmo com uma suposta reforma política, os dirigentes sindicais ainda não nos parecem ter tanta segurança quanto às possíveis mudanças e o que deve ser mantido ou subtraído da CLT, gerando um conflito ideológico entre as principais centrais sindicais na atualidade. Segundo a matéria do jornal Opinião Socialista:

Por volta de 100 pessoas participaram do ato da Conlutas, realizado no último dia 28 em Brasília, contra as mudanças que o Congresso pretende fazer na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A comitiva se reuniu com o deputado Cândido Vacarezza (PT-SP), relator do projeto de lei que altera artigos da CLT, e pediu o arquivamento da proposta, que a desregulamentação dos direitos trabalhistas.

“O projeto de lei abre brechas para que o Congresso altere todo o ordenamento jurídico trabalhista brasileiro, incluindo aí os direitos dos trabalhadores”, afirmou Luiz Carlos Prates, o Mancha, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP). Segundo ele, o projeto traz medidas que deveriam ser revogadas, porque já trouxeram enormes prejuízos aos trabalhadores brasileiros nos últimos anos, como as comissões de conciliação prévia, o banco de horas, os contratos de trabalho por tempo determinado, o trabalho temporário, a redução salarial em caso de conjuntura desfavorável, entre outras. O projeto de lei poderá ser votado no Congresso em 2008³³.

Isto posto, nota-se claramente que a burocratização nas entidades sindicais não foi completamente dizimada com a chegada dos chamados sindicalistas autênticos ao poder nos respectivos sindicatos, os quais têm, em suas raízes os decretos leis de enquadramento sindical criados no governo Vargas. Com a criação da CLT, os sindicatos transformaram-se em entidades de assistencialismo, passando a fornecer aos seus associados, consultas médicas, exames laboratoriais, salão de beleza, assistência jurídica e outros, antes tidos como deveres do Estado.

³³Conlutas protesta contra mudanças na CLT | Edição nº 324 De 6 a 12 de dezembro de 2007. Informações obtidas em: www.pstu.org.br.

Na tentativa de dificultar a autonomia dos trabalhadores brasileiros, a legislação sindical oriunda do governo Vargas, imposta através de decretos, tem tentado limitar a participação ativa dos dirigentes sindicais determinando quais atribuições os sindicatos devem ter diante de seus representados. E é sob a ótica do sindicalismo varguista que se cria uma cultura política de que as entidades sindicais deveriam se afastar da luta política e do confronto de classe. O que estava em jogo era a paz social³⁴, concepção esta adotada e mantida pelos governos militares durante o regime repressivo instaurado pelo golpe de 1964, levando a cassação de diretores e intervenções em sindicatos que não estivessem de acordo com a harmonia entre capital e trabalho.

Com base nos ideais do sindicalismo varguista, o sindicato deixaria de ser livre e a vontade e decisão da classe trabalhadora pouco importava, o que se via agora era um atrelamento ao modelo estatal com a incorporação de medidas como o corporativismo sindical e o assistencialismo aos trabalhadores sindicalizados. O sindicato passaria a ser controlado pelo governo e a relação entre capital e trabalho teria como palco de disputa a justiça do trabalho. Neste modelo de sindicalismo não haveria espaço para a defesa dos interesses mais gerais – lutas sociais, políticas partidárias, políticas públicas -, da classe trabalhadora.

O modelo sindical que surgiu durante o governo de Vargas foi responsável pela implantação de uma cultura política que se sustentava ideologicamente no modelo de sindicalismo de Estado no Brasil, contrapondo-se ao sindicalismo combativo, oriundo dos conflitos de classe entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o que irá gerar graves consequências para a classe trabalhadora, visto que a unicidade sindical, a divisão dos trabalhadores em categorias, a contribuição sindical compulsória e o poder normativo da Justiça do Trabalho, abriria espaço para o surgimento de uma classe dirigente sindical acomodada e alheia às reivindicações dos trabalhadores, ou seja, ao que ficou conhecido no meio sindical como “peleguismo”.

³⁴Sobre a Paz Social, ver Carta Econômica de Teresópolis, RJ, Maio de 1945, p. 2. “as classes produtoras aspiram a um regime de justiça social que, eliminando incompreensões e mal entendidos entre empregadores e empregados, permita o trabalho harmônico, a recíproca troca de responsabilidades, a justa divisão de direitos e deveres, e uma crescente participação de todos na riqueza comum”.

De acordo com Arnaldo Boito Junior:

(...) no terreno sindical, aparece como um apego às normas legais que regulamentam a organização e a luta dos trabalhadores. Esse apego, isto é, esse legalismo, consiste fundamentalmente, ainda que não exclusivamente, na adesão à norma legal que estabelece o monopólio da representação sindical, (...). Esse legalismo, em cada uma de suas múltiplas facetas, pratica e atualiza a crenças no Estado protetor. (BOITO JUNIOR, 1991, p. 94).

Os mecanismos utilizados pelo modelo sindical varguista dão sustentação econômica e política a toda uma classe dirigente denominados de burocratas ou pelegos, o que não impede o surgimento de uma nova cultura política na última década de 1970, e que veio a se chamar de novo sindicalismo. Torna-se evidente que tais medidas chegam a criar situações favoráveis à ausência de representatividade entre os dirigentes e a categoria fazendo com que os sindicatos de trabalhadores tornem-se frágeis no confronto com a classe patronal. Ainda, de acordo com a legislação sindical brasileira fica estabelecido que o papel da Justiça do Trabalho junto aos sindicatos seria o de mediar conflitos. Quando patrões e empregados não chegarem a um consenso, o Estado através da Justiça do Trabalho, deve pôr fim ao imbróglio trabalhista entre as classes. E para que o impasse seja resolvido é preciso que haja uma legitimação das partes, sendo esta legitimação o reconhecimento de ambos pelo próprio Estado. Segundo Ângela de Castro Gomes:

A proposta realizada [...] assinala que o discurso trabalhista, articulado em início dos anos 1940, apropriada e ressignifica o discurso operário construído, de forma lenta e diversificada, nos anos da Primeira República. Os benefícios materiais “oferecidos” e implementados [...] serão “recebidos” e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências. O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado, mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que, sem dúvida, teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente reconstrução (GOMES, 2001, p. 48).

A herança cultural deixada pelo sindicalismo varguista – corporativismo classista, assistencialismo sindical e a mediação do Estado em conflitos de classe –, tem sido uma sombra que desde o princípio do chamado novo sindicalismo tem incomodado os chamados sindicalistas autênticos. Posto que a bandeira levantada por estes sindicalistas, visava à ruptura para com o sindicalismo de Estado. Torna-se importante enfatizar que a estrutura sindical imposta pelo governo Vargas visava a não só enquadrar, mas também regular as relações e atividades afins entre capital e trabalho.

Ao criar o modelo corporativista³⁵ – uma cópia do fascismo italiano –, Vargas passava a ter o controle sobre o movimento sindical como um todo, dividia a classe trabalhadora em categorias organizadas e estabelecia uma data base para as negociações coletivas de trabalho, ou seja, com este modelo adotado ficava difícil de se organizar a luta dos trabalhadores de forma unificada, pois cada categoria tinha interesse distinto e, na maioria das vezes, era o Estado, através da Justiça do Trabalho, que estabelecia como as questões econômicas e sociais deveriam ser cumpridas por patrões e empregados.

Nota-se, portanto, que o corporativismo sindical se de um lado enfraqueceu a luta de categorias de trabalhadores mais ativos, por outro simbolizou a “salvação” de outras categorias de pouca ou quase nenhuma tradição de luta, como é o caso dos comerciários. Outro componente importante a ser lembrado é que com tais medidas o governo passa a reconhecer os sindicatos como categorias organizadas. No entanto, o mesmo consegue criar uma série de restrições para que o movimento sindical continue sendo um instrumento de luta e reivindicações da classe trabalhadora brasileira.

Como visto, as artimanhas utilizadas pelos legisladores para o enquadramento sindical ao Estado criaram condições para que se formasse uma estrutura capaz de imobilizar os sindicalistas combativos e, ao mesmo tempo, fortaleceu um corpo de sindicalistas burocráticos, uma vez que, não precisavam mobilizar a categoria de trabalhadores por eles representada, já que a legislação trabalhista lhes assegurava o que tinham de direitos. O que importava era fazer com que a classe patronal cumprisse o que

³⁵ Subordinados ao governo pelo Ministério do Trabalho, a estrutura sindical seria organizada da seguinte forma: no plano municipal ficaria o sindicato, no plano estadual ficariam as federações e no plano federal ficariam as confederações.

fora determinado e para isso recorriam às juntas de conciliação de conciliação e julgamentos em primeira instância e aos tribunais do trabalho, caso o impasse continuasse. É dentro dessa estrutura que surge o sindicalista pelego, ou seja, aquele sindicalista que visava à conciliação de classe em detrimento da luta e organização da base da categoria que representava³⁶. Tal afirmativa pode ser encontrada nos dizeres de Jorge Ventura de Moraes:

De fato, há uma crença generalizada de que os sindicatos brasileiros tornaram-se burocratizados graças à imposição sobre eles de tarefas assistenciais por parte dos diversos governos e que isto provocou uma inversão de objetivos de tais organizações, ou seja, em lugar de lutar pelos "verdadeiros" interesses dos trabalhadores, os sindicatos detiveram-se na prestação de serviços assistenciais. Isto, por sua vez, levou à crença de que o aparato para prestação de serviços assistenciais influi negativamente no desempenho do sindicato em outras áreas, notadamente no que diz respeito a uma atuação mais militante. (MORAIS, 1993, p. 2).

Um dos elementos de suma importância para o surgimento de sindicalistas pelegos, sem sombra de dúvida, foi a implantação do chamado imposto sindical ou contribuição sindical³⁷. São os recursos do imposto sindical que vão assegurar aos sindicalistas burocráticos a manutenção do sindicato, de modo que as despesas básicas da entidade já se encontravam garantidas e os mesmos não precisavam fazer mobilizações ou campanha de sindicalização em massa, em razão de que o aumento do número de sócios, ao invés de ampliar os recursos da entidade, passaria a ser visto como um problema a mais, pois aumentaria a demanda em busca do assistencialismo fornecido pelo sindicato. Quanto

³⁶ Sobre a atuação dos sindicatos durante o período democrático (1945 – 1964), deve-se observar a interpretação de alguns estudiosos do período. Vito Giannotti (2007, p. 148), faz um alerta para a criação em 1º de maio de 1945, do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), que já atuava clandestinamente desde 1944. Já Marcelo Badaró Mattos (2003, p. 39), sinaliza para a importância de duas medidas responsáveis pelo crescimento da luta sindical, mesmo dentro da estrutura do sindicalismo de Estado: são os dados sobre os números de sindicatos criados e o percentual de trabalhadores sindicalizados. Tal afirmativa fortalece a tese de que alguns seguimentos da classe trabalhadora não se curvaram ao conservadorismo político. No entanto, em relação a formação do Movimento de Renovação Sindical, existe uma aparente discordância quanto ao ano de sua formação. Para Marcello Badaró Mattos, o movimento foi formado, em 1957, por socialistas críticos em relação ao PCB, católicos de esquerda e grupos de sindicalistas independentes. Já Antonio Luigi Negro, atenta para sua criação no ano de 1959, que reunia dissidentes do PCB, “independentes” e cristãos antagônicos ao circulismo (NEGRO; SILVA, 2003, p. 70).

³⁷ Imposto sindical é um pagamento compulsório efetuado por todos os trabalhadores, uma vez por ano. Ou seja, os empregadores são obrigados a descontarem um dia de trabalho de seus empregados em favor do sistema sindical brasileiro.

menor o número de sócios, melhor seria para a prática assistencialista e consequentemente para o processo de eleições da categoria, pois um sócio bem assistido evitaria correr o risco de votar em uma oposição àquela diretoria.

De acordo com o sistema sindical brasileiro, os sindicatos são constituídos tendo como base o princípio legal da unicidade sindical, ou seja, um só sindicato por categoria numa mesma base territorial. Quando a Assembleia Constituinte de 1998 foi convocada, surgiu um movimento dentro do novo sindicalismo, que visava a mudança na organização sindical, partindo de alguns princípios de que os sindicatos fossem organizados por fábricas, empresas, ou mesmo por categorias. Entretanto, tais tentativas de mudanças tornaram-se inúteis, visto que ao serem pressionados pelos sindicalistas ligados as principais confederações de trabalhadores os constituintes optaram pelo modelo atual.

Outro componente básico do sistema sindical brasileiro é a forma piramidal com uma Confederação, uma Federação por Estado e sindicatos por categorias em um determinado território. De acordo com este modelo, cinco sindicatos de uma mesma categoria presentes numa base estadual ou interestadual podem constituir uma Federação; três federações podem constituir uma Confederação Nacional. No caso dos comerciários, existe a CNTC, a qual todo sindicato do mesmo tipo de atividade deve se associar. No entanto, os representantes dos trabalhadores no comércio de João Pessoa, romperam com a CNTC e juntando-se aos sindicatos de comerciários filiados à CUT para fundar a Confederação dos Trabalhadores Comerciários Cutistas (CONTRACS) no ano de 1993.

De acordo com a Constituição de 1988, ficou assegurado à liberdade de associação profissional, não podendo, segundo a Magna Carta, a lei exigir autorização do Estado para a fundação do sindicato. Ressalve-se, apenas, a necessidade do registro do sindicato no órgão competente, como exigência constitucional. A organização sindical brasileira é regulamentada segundo os princípios constitucionais de 1988, conforme Amauri Mascaro Nascimento em seu *Direito Sindical*, "um sistema confederativo, caracterizado pela autonomia relativa perante o Estado, a representação por categoria e por profissão, a unicidade e a bilateralidade do agrupamento". (NASCIMENTO, 1989, p.135).

A base orçamentária do sindicato é constituída por: imposto sindical ou taxa confederativa, contribuição assistencial e as mensalidades dos sindicalizados. Dentre as

manifestações do sindicato, a assembleia geral é a que tem maior importância, porque a partir da mesma dar-se o poder de decisão para a representação da categoria nas mesas de negociações coletivas com a classe patronal. A grande diferença entre o sócio e o não sócio do sindicato é a capacidade de votar e, também, de ser votado, além das obrigações que os associados têm para com o cumprimento das normas estatutárias. Estando em dia com as obrigações estatutárias, o sócio tem direito de participar do processo eleitoral de sua entidade representativa. Como se observa: “A herança sindical brasileira padece de uma estrutura sindical corporativista, herdada da implantação da Consolidação das Leis do Trabalho, implantada na década de 30 do século XX no governo do presidente Getúlio Vargas”. (NOGUEIRA, 2010, p.11)³⁸.

2.2 – O Novo sindicalismo: o rompimento de uma cultura política

O que veio a ser denominado de novo sindicalismo, nos anos 1980, tem como característica a busca de uma nova prática sindical de organização da base e da construção da intervenção operária no local de trabalho, que era considerada uma das principais debilidades do sindicalismo brasileiro. Trata-se de um sindicalismo que teve origem nas greves da segunda metade dos anos 1970, no ABC paulista³⁹, que tentava repor as perdas salariais do chamado “milagre econômico”⁴⁰ da ditadura militar instalada no Brasil, no ano de 1964. Em suma, trata-se da reconstrução do sindicalismo combativo que rompe com a colaboração de classes e cria uma nova cultura política de se organizar a classe trabalhadora em um campo mais amplo, do que a organização por categoria, dando-se grande

³⁸NOGUEIRA, Maria Júlia Reis. As Propostas da CUT para a Reforma Sindical: democratização das relações de trabalho? Trabalho de Monografia apresentado ao Curso de Especialização: Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

³⁹A região do ABC paulista corresponde aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, parte deles pertencente à região Metropolitana de São Paulo e detentores do primeiro parque industrial automobilístico do Brasil. Nos anos 1980, sagraram-se pelas greves realizadas e pela força que o movimento sindical adquiriu no período, inclusive formando grandes lideranças, como então metalúrgico e mais tarde presidente do país, Luís Inácio Lula da Silva.

⁴⁰Entretanto, “o milagre” esvaiu com a mesma velocidade que empolgou. No ano de 1973, uma crise internacional do petróleo escancarou as fraquezas da nossa economia dando fim a toda empolgação. Na época, o Brasil importava mais da metade dos combustíveis que produzia e, por isso, não resistiu ao impacto causado pela alta nos preços do petróleo. Em pouco tempo, a dívida externa e a onda inflacionária acabou com os sucessos do regime.

importância à união dessas em torno de uma central sindical. Sobre este importante contexto histórico, Ricardo Antunes faz a seguinte afirmação:

Em 12 de maio de 1978, uma greve promovida pelos funcionários da montadora Scania, devido ao não pagamento de um aumento costumeiro por parte da empresa, surpreende o país. A greve, “espontânea” nas palavras da liderança sindical Luís Inácio da Silva, não teria maiores repercussões, não fosse o fato de ter se expandido, em seguida, por diversas fábricas do ABC paulista e depois ter alcançado, também, a capital paulista. No mesmo ano, eclodiram greves também em Osasco e Guarulhos. (ANTUNES, 1991, p.83).

A trajetória do novo sindicalismo, no citado contexto histórico, insere-se em um processo que tem como característica, a crise do regime militar e, sobretudo, a passagem da ditadura até então institucionalizada para a redemocratização brasileira. Por conseguinte, o novo sindicalismo também foi considerado por muitos estudiosos como um importante protagonista nas relações sociais durante a transição política que colocou fim à ditadura militar e instituiu o Estado Democrático de direito. Contribui, para isto, o acirramento das lutas travadas entre capital e trabalho, quando os chamados sindicalistas autênticos, ao fortalecer a identidade de classe, desafiaram a ordem até então estabelecida.

Pode-se dizer que é a entrada em cena do chamado novo sindicalismo, no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, a partir das greves lideradas pelos metalúrgicos do ABC paulista, que dá início a uma mudança de cultura política no sindicalismo brasileiro, envolvendo diversos atores sociais da classe trabalhadora desde operários a agentes sociais das chamadas classes médias. De acordo com Amarílio Ferreira Junior:

Para fazer frente ao processo de proletarianização a que estavam submetidas no âmbito das relações capitalistas de produção, essas novas categorias profissionais das classes médias incorporaram a tradição clássica da classe operária fabril, isto é, passaram a se organizar em sindicatos para defenderem os seus interesses econômicos imediatos. Assim, após a greve dos metalúrgicos de 1978, o movimento sindical dos trabalhadores vinculados socialmente às classes médias emergiu como força relevante no cenário político nacional. (FERREIRA JR, 2006, p.59).

Entretanto, tais mudanças não implicaram necessariamente em uma ruptura com a estrutura sindical de caráter corporativista herdada do sindicalismo varguista, isto é, com o modelo de sindicalismo atrelado ao Estado que tinha, no assistencialismo, no imposto sindical e na verticalização da sua organização, os pilares de sustentação. No dizer de Amarílio Ferreira Junior em seu *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964 – 1985)*, (...) “a modernização autoritária da sociedade brasileira foi marcada pela descontinuidade sem ruptura, processo no qual se muda uma ordem institucional conservando-se elementos estruturais da anterior”. (FERREIRA JR, p. 21).

A mudança de cultura política pode ser observada a partir do enfrentamento político que esses novos atores sociais passam a exercer frente ao Estado ditatorial, assim como contra a classe patronal, implicando numa nova concepção de luta sindical frente às contradições sociais e política existente durante o citado período⁴¹. Foi no enfrentamento com a política econômica do regime militar, durante o período intitulado de “milagre econômico”, que a luta de resistência da classe trabalhadora iria dá origem ao novo sindicalismo. Ao tentar esconder o avanço inflacionário, a política econômica do governo punia a classe trabalhadora com o arrocho salarial. Todavia, através do enfrentamento com a classe patronal o movimento sindical conseguiu passar para a sociedade que o chamado “milagre econômico” havia sido manipulado.

Foi neste contexto histórico que os chamados sindicalistas autênticos conseguiram se desvincular do sindicalismo passivo e, atrelado ao Estado e deram um novo impulso a uma nova forma de se fazer sindicalismo no Brasil. Por conseguinte, os sindicatos dos trabalhadores vinculados aos setores mais dinâmicos da economia brasileira, como o dos metalúrgicos do ABC paulista, passaram a se organizar por meio das comissões de fábricas

⁴¹De acordo com Serge Bernstein(1999), existem na verdade culturas políticas que podem coexistir no mesmo tempo e lugar, mesmo que, a princípio, pareçam contraditórias. Ainda no entender do autor, a cultura política teria sua formação em seguimentos variados, como a escola, a família e até mesmo nas agremiações políticas. Neste caso, segundo o autor, a cultura política é histórica e sua elaboração se dá em função da conjuntura em que cada grupo social está inserido.

e em locais de trabalho, inspirando outras categorias organizadas de trabalhadores por todo Brasil. De acordo com José Álvaro Moisés:

(...) foram as próprias características do desenvolvimento do capitalismo pós-64 que criaram as condições para que emergisse, nos principais centros urbanos do país, um novo movimento sindical, bastante combativo e agressivo e cujas orientações estão relacionadas com, pelo menos, três questões essenciais: autonomia sindical frente ao Estado e independência diante dos partidos políticos; negociação direta com os patrões, sem intervenção do Estado nas conversações salariais; e mobilizações de base para permitir criar as condições para um sindicalismo de massas, apoiado na democracia interna. (MOISÉS. 1982. p. 60).

Com o novo sindicalismo, surgem novas bandeiras de lutas que irão nortear o movimento sindical nas décadas de 1980 e 1990, apesar de não romperem com a estrutura sindical herdada do varguismo. Nesse cenário, podemos apontar, como principais características desse novo movimento sindical: as novas formas de lutas voltadas para um sindicalismo classista, a busca da autonomia e liberdade sindical, em relação ao Estado, aos sindicatos patronais e ao combate aos dirigentes sindicais burocráticos, denominados de pelegos, que foram consolidados nas direções dos sindicatos graças à implantação do imposto sindical, que contribuiu para o fortalecimento do sindicalismo de Estado.

O movimento denominado de novo sindicalismo também foi um dos responsáveis pelas mudanças políticas em direção a redemocratização do Brasil, quando foram incorporadas bandeiras outras, como o fim da repressão aos agentes públicos e eleições diretas para todos os níveis, defendidas pelas mais variadas tendências políticas que faziam oposição ao governo dos militares desde o golpe de 1964. O novo sindicalismo foi responsável pelo ressurgimento de sindicatos combativos e de uma central sindical de luta, a CUT, fundada no ano de 1983. Para combater o novo sindicalismo, os sindicalistas conservadores fundaram, em 1991, uma central sindical inspirada no sindicalismo de

resultado e que apoiava uma política econômica voltada para o neoliberalismo⁴². A Força Sindical central ligada ao movimento internacional de direita ‘defendia a modernização da economia e das relações de trabalho, a parceria entre capital e trabalho e o combate ao “sindicalismo de confronto” (TRÓPIA, 2009, p. 80). No entanto, em 1985, a maioria dos sindicatos de trabalhadores no comércio, liderados pela CNTC, juntam-se a dezenas de federações comerciárias ditas pelegas, e criam uma central sindical com características que lhes são peculiares: trata-se da União Sindical Independente (USI), uma entidade sindical de colaboração de classes, cujo tema principal era: capital e trabalho, um não vive sem o outro. A importância da CUT em aglomerar centenas de sindicatos combativos em seu interior, seria notado com a organização das greves gerais na década de 1980. Para Leônicio Martins Rodrigues, a criação de uma Central Sindical combativa dá um novo impulso ao movimento sindical brasileiro:

Com a criação da Central Única dos Trabalhadores, surge um novo marco histórico dentro do sindicalismo brasileiro nos anos 80, dando-lhe, uma configuração de combatividade, sendo a mesma considerada nos estudos acadêmicos da época como a mais atuante, “a mais poderosa em número de entidades a ela filiadas e em capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores”. (RODRIGUES, 1990, P. 39).

A história do movimento sindical brasileiro tem nos mostrado ora um avanço, ora um recuo na forma de luta e nas conquistas da classe trabalhadora, seja através da imposição, quando os “donos do poder” interferem nos sindicatos ou da acomodação quando dirigentes dessas entidades ficam alheios às lutas sociais e políticas. O novo movimento sindical que surgiu no ABC paulista, contribuiu indiscutivelmente para o acirramento das lutas de classes, dando um passo significativo para a derrubada da ditadura

⁴² Para TRÓPIA, A Força Sindical pretendia procura um lugar de destaque no sindicalismo brasileiro transformando-se na principal central sindical do País, disputar a hegemonia sindical com a CUT, derrotar as iniciativas progressistas e populares, bloquear a luta de resistência do movimento sindical ao modelo neoliberal e mudar as relações de trabalho e a “mentalidade” do trabalhador (2009, p. 79). Estudos de Sociologia, Araraquara, v.14, n.26, p.79-102, 2009.

militar instituída com o golpe de março de 1964 para a consolidação de um regime político democrático.

O final da década de 1970 torna-se um cenário político e social rico em experiências de organização e de luta da classe trabalhadora brasileira, tendo como perspectiva a unidade na luta contra o governo e contra os patrões. O que veio a ser denominado de novo sindicalismo, nos anos 1980, tem como característica uma nova prática sindical, de organização da base e da construção da intervenção operária no local de trabalho, visto que era considerada uma das principais debilidades do sindicalismo brasileiro. Em suma, trata-se da reconstrução do sindicalismo combativo que rompe com a colaboração de classes e cria uma nova cultura política de se organizar a classe trabalhadora em um campo político-sindical mais amplo, contrapondo à organização por categorias específicas e dando uma grande importância à união dessas categorias em torno de uma central sindical.

Já o sindicalismo de resultado tem sido visto como uma forma de se contrapor ao novo sindicalismo e de consolidar os anseios da política neoliberal, conforme afirmou Ricardo Antunes em sua obra *O Novo Sindicalismo*, “A fundação da Força Sindical, (que contou com o apoio de cerca de trezentos sindicatos, duas confederações e vinte federações), no início de 1991, caminha no sentido de consolidar o projeto neoliberal do sindicalismo de resultados”. (ANTUNES, 1991, p. 69). Ainda ao se comentar sobre a realidade sindical brasileira, Afonso Cardoso Aquiles faz a seguinte observação:

No Brasil, as organizações sindicais são herdeiras de uma estrutura jurídico legal montada na década de 1930 e que ainda persiste. Dessa forma, convivem num cenário complexo, incerto e sacudido por transformações, novas formas de organização da produção, alterações na composição da classe trabalhadora (sobretudo a que consegue ascender ao estatuto do emprego) e uma estrutura sindical em idade avançada. Ao movimento sindical brasileiro, com uma estrutura organizacional forjada há mais de setenta anos, estão dispostos desafios de alta complexidade: aglutinar força política junto à classe trabalhadora cada vez mais diversificada e complexificada, num cenário em que as transformações no seio do capitalismo são cada vez mais intensas e incertas. (AQUILES, 2011, p. 5).

Uma das características do novo sindicalismo brasileiro foi ampliar os espaços de negociação coletiva. Assim, em uma análise mais otimista, ressalta-se um avanço qualitativo, como analisa Walter Borelli em seu: *Questões para o sindicalismo dos anos 90*, “historiam como o sindicato passa a ser interlocutor dos demais setores da sociedade, influenciando cada vez mais nas decisões”. (BORELLI, 1992, p.12). Entretanto, apesar das análises otimistas levantadas por Walter Borelli, algumas mazelas ou sombras do sindicalismo varguista, ou sindicalismo corporativista, ainda tendem a permanecer no seio do movimento sindical brasileiro. Os discursos de mudanças urgentes na estrutura sindical, deixaram de ser bandeiras de lutas dos chamados sindicalista combativos. Segundo Leôncio Martins Rodrigues:

As facções mais radicais do movimento sindical, que anteriormente se mostravam bastante críticas com relação à estrutura sindical corporativa, perderam muito fervor crítico ao conquistarem direções e posições no sindicalismo oficial. Nesse sentido, a Constituição de 1988, ao limitar drasticamente o poder de intervenção do Ministério do Trabalho nos assuntos internos dos sindicatos, eliminou um dos aspectos que os dirigentes sindicais consideravam mais negativos no modelo corporativo. Consequentemente, arrefeceu os ímpetos mudancistas e aumentou a importância dos sindicatos oficiais como um instrumento de pressão dos trabalhadores, de ascensão sócia e política dos diretores de sindicatos e de emprego para os burocratas das federações e confederações. (RODRIGUES, 1990, p.71):

Podemos observar que o novo sindicalismo, após a formação de um grupo dirigente combativo à frente dos sindicatos – diferente do modelo varguista -, contribuiu para a formação de uma nova cultura política, da qual o sindicalismo passou a ter a participação direta dos trabalhadores aumentando o confronto com a classe patronal. À vista disto, o sindicato dos empregados no comércio de João Pessoa, quando se incorpora ao novo sindicalismo o faz, a partir da incorporação de uma cultura política nova, diferenciando-se da cultura política do sindicalismo varguista, que colocava o sindicato como “filhos” do Estado, sempre em vivência harmônica entre capital e trabalho⁴³. E, com base nos ideais do

⁴³ Entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981 foi realizada a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), na Praia Grande (SP). O resultado dessa conferência culminou em um processo de retomada do movimento sindical a nível nacional, sob o impulso do movimento grevista dos metalúrgicos do ABC paulista nos anos de 1978-1979. Pela primeira vez na história do sindicalismo brasileiro, reuniram-se

novo sindicalismo, os dirigentes do sindicato dos comerciários de João Pessoa procuram formar na categoria uma nova identidade social, que em nosso entendimento se relaciona ao fazer trabalhado por E. P. Thompson que afirma:

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições.

A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história. (THOMPSON, 1987, p.11).

O referido autor quebra a ideia estruturalista da história, através da qual a classe operária era sempre estudada em oposição à burguesia. Assim, Thompson contribui para a “História Vista de Baixo”, do qual os sindicatos colaboraram para trazer estes sujeitos ao campo da história política.

Com uma nova diretoria eleita em 1989, o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa adere ao novo sindicalismo e incorpora a luta sindical em conjunto com outras categorias de trabalhadores. Um exemplo maior desse engajamento foi a greve de

seguimentos com posições políticas-ideológicas diferentes - autênticos, comunistas, moderados, pelegos, revolucionários e conservadores dentre outros. O encontro ficou para a história como o maior encontro sindical do Brasil, quando foram reunidos aproximadamente 5 mil delegados de mil entidades rurais e urbanos. No entanto, observa-se já naquele momento uma divergência entre as principais correntes que lideravam o movimento sindical e que dificultou a criação de uma central sindical naquele ano. Além das discussões sobre a estrutura sindical vigente, foi aprovada uma decisão de se criar uma central única. Tal proposta só iria ocorrer apenas dois anos depois, quando a Central Única dos Trabalhadores foi fundada. No entanto, a maior importância da 1ª CONCLAT, foi a abertura de um caminho para a criação de centrais sindicais dentro da estrutura sindical brasileira. Naquele período, o movimento sindical se reorganizava e incomodava o poder de plantão. As greves de 1979 e 1980, particularmente na região do ABC, ganhavam o noticiário e se confundiam com os movimentos pela volta da democracia. Surgia uma geração que depois seria identificada com o “novo sindicalismo”, propondo mudanças estruturais e modernização nas relações do trabalho. Essa geração iria se chocar com dirigentes formados na estrutura oficial, getulista, e resistentes a mudanças. Ressalta-se também, que naquele contexto histórico contribuiu para a reorganização do sindicalismo brasileiro a luta da oposição sindical, entre os final dos anos 1970 e início dos 1980, conseguiram realizar o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), assim como, o surgimento da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (Anampos), com o apoio de setores da igreja e seguimentos do funcionalismo público sob a influência do Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, a divergência de um sindicalismo unitário na forma de luta e atuação política se deu por conta de dirigentes sindicais tradicionais, principalmente ligados aos Partidos Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

1990, em parceria com os trabalhadores em transporte do Estado da Paraíba e com o apoio da CUT. A greve dos comerciários de João Pessoa está associada às transformações político-sindical iniciadas no final da década de 1970 e que marcaram os anos seguintes pelo fortalecimento do sindicalismo brasileiro. De acordo com Ricardo Antunes:

Os anos oitenta marcaram significativas transformações no sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer, que no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista, em maio de 1978, até o fim da década de oitenta, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988 etc. (...) só para mencionarmos, no universo do mundo do trabalho e, em especial, no âmbito, as diversas alterações vivenciadas. (ANTUNES, 1991, p.11).

As diversas análises sobre o sindicalismo brasileiro nos anos 1980 têm demonstrado que uma das principais dificuldades de sua organização seria, por exemplo, a permanência da estrutura sindical corporativista, oriunda do sindicalismo varguista⁴⁴. Em tal afirmativa, podemos situar a organização da categoria comerciária. Conforme afirma Aluísio Rodrigues em sua obra *O Estado e o sistema sindical brasileiro*, “O sistema sindical brasileiro apresenta-se estruturalmente, como uma organização hierarquizada, em forma piramidal, tendo na base o sindicato, no setor intermediário a federação e no vértice a confederação”. (RODRIGUES, 1981, p.84):

⁴⁴ A literatura especializada que trata dos estudos sobre o novo sindicalismo, tem apresentado interpretações variadas. Muitos desses ensaios têm apontado para caminhos que se opõem para o que este seria novo sindicalismo, apresentado em suas discussões semelhanças entre o novo e o velho sindicalismo. No entanto, com base em alguns discursos apresentado nos trabalhos acadêmicos sobre o tema, pode-se tirar algumas conclusões sobre o ressurgimento do movimento sindical brasileiro que se observou na transição dos anos 1970 para os anos 1980. De acordo com Antunes (1995), foi a partir do movimento grevista que se iniciou em 1978 no ABC paulista, que iria dar impulso para a retomada das greves, influenciando também no nascimento de novas centrais sindicais, assim como no aumento nos índices de sindicalização em relação ao período da Ditadura Militar. Em sua análise, o autor ressalta que a repercussão política do movimento grevista no cenário nacional, atingiu outros seguimentos da vida política brasileira, ainda que não fosse esse o objetivo dos metalúrgicos do ABC paulista. Por outro lado, Rodrigues (1991), ao analisar as tendências políticas na formação das centrais sindicais que emergiram do novo sindicalismo, nos atenta para três fatores que foram fundamentais: a estrutura sindical vigente, que deu condições financeiras para reorganização e a ascensão de novas lideranças sindicais, em especial as oposições sindicais, que em sua maioria não pertenceriam aos partidos políticos que apoiavam o sindicalismo de Estado.

A história do movimento sindical dos comerciários de João Pessoa pode ser dividido em dois momentos distintos: o primeiro período corresponde ao contexto histórico, que vai desde a sua criação em 1932, encerrando-se em 1989, quando a oposição comerciária consegue chegar ao poder. A partir daquele ano, as novas relações com a classe patronal passaram por um acirramento, interrompendo uma longa jornada de passividade entre capital e trabalho. Tais mudanças teriam levado a classe patronal a mudar algumas direções de suas entidades de classe, procurando capacitá-las para as novas discussões políticas e econômicas que seriam travadas com os novos representantes da categoria comerciária. As mudanças provocadas pelo novo sindicalismo, as inovações tecnológicas e o avanço do neoliberalismo têm conduzido os novos dirigentes sindicais para uma nova relação de trabalho entre patrões e empregados. Essas mudanças incluem a obrigação dos trabalhadores em procurar se adaptar às novas tecnologias e aos dirigentes a busca por outras formas de lutas para garantir melhores condições de trabalho e renda para a categoria por eles representada.

No comércio, principalmente com a transição das lojas para os grandes *magazines* e *shoppings*, na tentativa de assegurar seu espaço, os trabalhadores tornaram-se operários versáteis, isto é, eles tiveram de adquirir conhecimento não apenas em uma função específica e, sim, diversificando os seus conhecimentos, adequando-se às novas exigências do mercado de trabalho. Aqueles que não se encaixarem ou não se adaptarem a esse processo, a essa nova realidade, serão rapidamente descartados, vão para subempregos ou se incorporarão ao mercado informal. Esta é uma nova realidade, e os dirigentes sindicais, assim como os empregados no comércio, procurarão tentar equacioná-la.

2.3 – Entidades de Classe na Paraíba e a adesão ao Novo Sindicalismo

A trajetória do novo sindicalismo tem sido discutida, nos meios acadêmicos, principalmente nas ciências sociais, como um processo histórico que tem como característica a oposição à legislação sindical, ao sindicalismo de colaboração de classe, a oposição ao regime militar e a um tipo de sindicalismo que buscava efetivar a organização de base dos trabalhadores nas fábricas. De acordo com Arnaldo Nogueira, no seu A

Liberdade Desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro, “O novo sindicalismo adotou, no discurso, os princípios da liberdade sindical nos termos da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No entanto, não podemos afirmar o mesmo para o conjunto do sindicalismo brasileiro”. (NOGUEIRA, 2005, p. 119 – 120). Não se pode negar que a explosão dos ideais defendidos pelos chamados sindicalista autênticos deu uma grande e importante contribuição para o acirramento da crise do regime militar e, sobretudo, para a redemocratização política brasileira. Foi através da luta e da forma de atuação que o novo sindicalismo passou a ser um referencial para o movimento sindical brasileiro, quer seja de trabalhadores na iniciativa privada, quer seja na participação de trabalhadores organizados em instituições assistencialistas na esfera pública, e, é com esses ideais que o movimento se expande por todo Brasil. Conforme afirma Paulo Giovani Antonino Nunes, em seu artigo *O Surgimento de uma nova força social*, “No início dos anos 80, a partir da articulação de setores vinculados a Igreja Católica, dos denominados “sindicalistas autênticos” e das oposições sindicais foram realizados vários encontros de trabalhadores a nível nacional”. (NUNES, 1999, p.290).

Entretanto, é preciso esclarecer que a Constituição Federal de 1988, além de ampliar alguns direitos dos trabalhadores da iniciativa privada, também garantiu aos servidores públicos a organização sindical e o reconhecimento do direito de greve⁴⁵. Mesmo assim, tais direitos foram conquistados devido à organização e ao espírito de luta que os servidores públicos haviam colocado em prática, durante os anos de 1970, transformando suas associações que inicialmente desenvolviam atividades recreativas e assistencialistas em órgãos de caráter sindical. Na verdade, a Constituição de 1988 vai garantir aos servidores públicos direitos já adquiridos na prática através dos movimentos de luta que levaram a inúmeras greves por todo Brasil. Ocorre que a mesma Constituição, ao tratar da organização sindical, manteve praticamente toda estrutura do modelo de sindicalismo da Era Vargas, sem que houvesse quaisquer abalos substanciais. E as organizações sindicais

⁴⁵Quanto a reforma sindical, a Constituição de 1988, não apresentou os avanços esperados pelo movimento sindical combativo, pois favoreceu tanto o aparecimento de novos sindicatos quanto a fragmentação de categorias já organizadas, surgindo inclusive alguns sindicatos por profissão (OLIVEIRA, 1994, p. 503).

dos servidores públicos deveriam seguir o mesmo modelo por ela estabelecido, ou seja, a forma piramidal e corporativa do sindicalismo brasileiro.

É de nosso conhecimento que o sindicalismo varguista, em sua origem, tinha o objetivo de construir uma ideologia de harmonia na relação entre capital e trabalho, tendo o estado como mediador, caso houvesse conflitos de classe. Sendo, os servidores públicos, parte do Estado, os mesmos não poderiam organizar-se em sindicatos, visto que na concepção da estrutura sindical varguista, neste caso, inexistia a classe patronal e consequentemente os conflitos de classe estavam fora de cogitação, cabendo aos servidores se organizarem em associações de caráter recreativo, cultural e assistencialistas. Ainda assim, a inexistência de uma base legal não impediu que, através da luta e de inúmeros movimentos grevistas, os servidores públicos conquistassem seus direitos na Constituição Federal de 1988, ao transformar suas associações em entidades sindicais.

O ressurgimento do movimento sindical no final dos anos de 1970, que teve, nos metalúrgicos do ABC paulista, o seu foco principal, deu inspiração e sede de luta para outras categorias de trabalhadores. Neste contexto histórico, vale ressaltar a atuação dos servidores públicos do Estado da Paraíba, durante o período da redemocratização com sua atuação política nos meios sindicais.

No caso dos servidores públicos, estes passaram a exigir de suas associações um maior engajamento na luta por melhores condições de trabalho e de salários. Com o imobilismo dos dirigentes que os representavam, organizaram-se em oposições e unificaram suas lutas em amplos movimentos reivindicativos quase sempre acompanhados por longas greves, o que os levou ao enfrentamento com governantes ditatoriais que reagiam ao movimento, cortando pontos de trabalho, não atendendo na maioria das vezes, às pautas de reivindicações, impondo perdas salariais e fechando associações. Apesar disso, os servidores públicos conquistaram seu espaço no movimento sindical brasileiro.

Nota-se, porém, que mesmo inexistindo qualquer norma que regulamentasse ou disciplinasse o direito de greve, as relações de trabalho e o direito de organizarem-se em sindicatos, não se impediu que os servidores públicos, através de suas associações, fossem para os confrontos com os governantes. Entretanto, para obter êxito em suas reivindicações

estes dependiam do tamanho de suas mobilizações e organização para por pressão nos governantes. Foi com este propósito que os servidores públicos, em todo território brasileiro, passaram a disputar espaço dentro de suas associações, levando-as a ter um caráter de entidade sindical. Portanto, é neste contexto histórico, denominado de novo sindicalismo, que o movimento das oposições sindicais começam, a se organizar nas bases das principais categorias profissionais, chegando, não poucas vezes, a ultrapassar o imobilismo dos dirigentes das entidades sindicais ditas pelegas, na tentativa de unificar o movimento com outras categorias e levando adiante as bandeiras de lutas mais gerais da classe trabalhadora, com a participação das bases. No caso da Paraíba, observa-se a aproximação dos servidores públicos com outras categorias de trabalhadores, precisamente com os trabalhadores têxteis e da construção civil.

Ao se aproximar de outras categorias e transformarem suas associações em entidades de caráter sindical, esses servidores passam a ser chamados de trabalhadores do serviço público, apontando para uma identidade de classe, a partir de uma política de conscientização sobre a exploração que os mesmos estavam submetidos, e rompendo não em sua totalidade com uma ideologia de que são categorias diferenciadas. Como já foi dito, o movimento dos trabalhadores do serviço público, pelo reconhecimento de suas associações em entidades classistas de caráter sindical, tiveram suas primeiras lutas contra o Estado ainda como associações, e que posteriormente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 iria ter consolidado de fato e de direito, todo o seu espaço de organização dentro da estrutura sindical brasileira.

Vale salientar que, ao transformar suas associações em entidades sindicais e de lutar pelo reconhecimento do Estado, o sindicalismo dos servidores públicos assumiam, através de tais reivindicações, a estrutura oficial do sindicalismo brasileiro, dando a entender – não na prática – que há uma perda de autonomia se comparando ao sindicalismo autêntico e combativo do final do século XIX e início do século XX. Entretanto, configura-se que estas entidades, quando constituídas em organizações de grande importância para o movimento sindical brasileiro, passem também a enfrentar uma dicotomia entre a manutenção das estruturas das antigas associações encontradas, com as de entidades de caráter sindical autônomas e combativas, construídas através das relações criadas nos processos de luta,

mesmo dentro de uma estrutura sindical de caráter corporativista e dependente de uma legislação para o seu funcionamento. Foi através da intensificação de suas lutas que os servidores públicos conseguiram ocupar espaço dentro do movimento sindical brasileiro, levando os constituintes de 1988, a incorporar na Constituição Federal, direitos antes negados para esta categoria de trabalhadores os quais conseguiram transformar suas associações em sindicato e adquirindo o direito de greve. No entanto, no tocante ao direito de greve ficava estabelecido que houvesse restrições ao uso deste direito para algumas categorias consideradas como sendo de atividades essenciais. Do ponto de vista político percebe-se que, com a transformação das associações antes tidas como recreativas para uma entidade classista, no caso os sindicatos dos servidores públicos dar-se através do atrelamento ao Estado, posto que para que haja o funcionamento da entidade sindical, tem que haver o reconhecimento do mesmo e no caso de conflitos recorre-se ao Poder Judiciário como mediador.

A trajetória percorrida pelos servidores públicos em busca do reconhecimento como entidades de classe tem início com uma sequência de greves ainda na primeira metade dos anos de 1970, aprofundando-se a partir dos anos de 1980. Em seu histórico de greves, encontramos as de longa duração que se caracterizaram como um traço específico e até distinto nos movimentos reivindicativos dos servidores públicos em relação a outras categorias de trabalhadores. É evidente que os resultados dessas greves acarretaram em muitas jornadas de trabalho perdidas, visto que em sua maioria tratava-se de movimentos gerais dos servidores públicos. Do ponto de vista ideológico, o movimento grevista desses servidores nasce aparentemente separado dos vícios do sindicalismo corporativista, já que não havia o reconhecimento do Estado para o enquadramento de suas entidades na estrutura sindical vigente.

Devemos destacar que diferente dos sindicatos - estes reconhecidos pela estrutura sindical vigente e que eram beneficiados pela CLT, dependentes das contribuições compulsórias mantidas até mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, como o imposto sindical -, as associações foram desde sempre sustentadas unicamente pela contribuição mensal dos seus associados, sofrendo muitas vezes intervenção econômica

devido ao acirramento das greves, quando os governantes não repassavam tais contribuições descontadas em folha, visto que não havia base legal para tal procedimento.

Todo esse processo em que resultou na organização dos trabalhadores do serviço público durante os anos 80, iria se caracterizar como uma novidade no movimento sindical brasileiro, contribuindo para a transição de um regime ditatorial para a redemocratização do Brasil. No entanto, o resultado das transformações ocorridas dentro do sindicalismo brasileiro, com a mudança de cultura política de um sindicalismo ausente dos conflitos de classe para um sindicalismo autêntico e combativo, iria levar a luta dos trabalhadores para outras esferas políticas e não só os de cunho trabalhista, como a criação de um partido político identificado com as causas dos trabalhadores. Aliados com outras categorias de trabalhadores, como metalúrgicos e bancários, os dirigentes sindicais dos servidores públicos contribuíram de forma direta para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980 e posteriormente para a criação da CUT no ano de 1983.

Na Paraíba não seria diferente, e os reflexos do novo sindicalismo deram origem à várias mobilizações, atingindo um grande número de categorias de trabalhadores. Dentre os quais poderemos destacar o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de João Pessoa (SINTRICOM/PB), o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de João Pessoa e a Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP)⁴⁶. No entanto, é preciso destacar que a expansão dos ideais do novo sindicalismo teria dado condições para que houvesse essa aproximação entre diversas categorias organizadas.

Ao incorporar a luta dos trabalhadores em educação com o movimento denominado de novo sindicalismo, observa-se no movimento a tentativa de uma mudança de cultura política, ao desmistificar a compreensão de que os profissionais do magistério não seria uma categoria pertencente à classe trabalhadora.

Em 1979, os professores do Estado da Paraíba reuniam-se na sede da AMPEP e traçavam planos para o enfrentamento da luta em busca de melhores salários e condições de

⁴⁶Fundada em 1974 como uma entidade assistencialista, esta associação não atuava em defesa dos interesses dos trabalhadores da educação da Paraíba, acomodando-se com a política econômica dos governantes de plantão.

trabalho. Como resultado dessas reuniões, saíam às diretrizes para um enfrentamento que a categoria profissional dos educadores da Paraíba iriam travar com a estrutura autoritária ainda dominante, visto que o governante que ocupava o Palácio da Redenção ainda havia sido eleito por via indireta.

Os reflexos do novo sindicalismo, eram nítidos no movimento de luta encabeçado pela AMPEP, que na época, mesmo não tendo o reconhecimento de uma organização sindical, não se intimidava de possíveis consequências por parte dos poderes constituídos. O movimento de emancipação da classe trabalhadora liderada pela AMPEP, passa a ter um grande significado para os trabalhadores do Estado da Paraíba, visto que esses fatos geraram mudanças profundas na estrutura sindical do Estado. Inspirados no movimento iniciado pelos professores, outras categorias organizadas que tinham em seus sindicatos dirigentes ditos pelegos, passaram a exigir mudanças de atitudes das diretorias de seus sindicatos ou organizaram-se em oposição, passando a disputar eleições em suas respectivas categorias.

A mudança de cultura política dos associados da AMPEP, dar-se a partir da ruptura com a direção da associação dos professores nos encaminhamentos da luta sindical e o engajamento no sindicalismo combativo. Na contramão da história, ex-diretores da associação dos professores, sentindo-se ameaçados pelo avanço dos sindicalistas autênticos nos seus quadros, atendem ao apelo do governador Tarcísio Burity e criam outra associação cujo objetivo era barrar o movimento reivindicatório da categoria e dar para esta o poder de negociação com os órgãos do governo. Foi com base nesse propósito que se criou a Associação dos Professores de Licenciatura Plena no Estado da Paraíba (APLP). A importância da AMPEP para a consolidação do funcionalismo público estadual pode ser observado nas palavras de Paulo Giovani Nunes que afirma:

No I Ciclo de Debates sobre Educação de 1º e 2º Graus, realizado em março de 1979, devido os baixos salários da categoria e a influência das greves que vinham acontecendo no ABC paulista, os professores presentes resolveram encaminhar ao governador do Estado da Paraíba uma proposta de 100% de reajuste salarial e deram um prazo para o atendimento à sua reivindicação, caso contrário entrariam em greve. Como não tiveram sua reivindicação atendida, os professores resolveram,

em assembléia realizada no 1º de maio de 1979, entrar em greve. Apesar da participação da diretoria da AMPEP no comando, [...] A greve durou doze dias e conseguiu um aumento salarial de 80%. (NUNES, 1998/1999, p. 296).

Sem dúvida, o movimento grevista encabeçado pelos professores do Estado da Paraíba no ano de 1979, que culminou com uma paralisação de 12 dias, pode ser considerado como um dos movimentos pioneiros nas lutas sindicais dos trabalhadores do setor público do Estado da Paraíba, no pós 1964. No entanto, sua importância política está no poder de mobilização que a categoria conseguiu exercer durante o período e a ampliação do processo de conscientização para outras categorias de trabalhadores, como a dos têxteis e da construção civil⁴⁷. Como represália aos docentes, o então governador Tarcísio Burity, determinou a intervenção econômica na Associação, não repassando as contribuições dos associados que era descontado em folha de pagamento, na tentativa de asfixiar a estrutura da entidade. Com esta asfixia, a entidade dificilmente encontraria meios para divulgação junto aos docentes sobre as formas e os meios de sua atuação de luta em defesa de seus direitos. De acordo com Agamenon Vieira, dirigente da Associação na época:

Foi um período bastante difícil para a Associação, porque não havia condições de arrecadação da contribuição de associado, e sendo assim, a entidade não teve alternativa para continuar com o trabalho anteriormente planejado de difundir a AMPEP em todo o Estado e associar em massa. Um fator, de suma importância foi a contribuição dada por algumas entidades, como a ADUF e AFUF.

O dano maior provocado pela intervenção econômica à AMPEP foi o distanciamento entre a entidade e a categoria. Dois fatores provocaram essa distância – a greve tendo sido derrotada economicamente, a grande maioria do Magistério tendeu a culpar a Associação colocando o movimento grevista como sectário e radical. A AMPEP, não tendo condições financeiras, não podia fazer nenhuma divulgação à categoria do que estava fazendo pelo menos a nível interno. Salientando-se que o período de intervenção foi bastante grande, dois anos e sete meses. Houve uma espécie de desânimo nos militantes de vanguarda que viam a necessidade de se manter a entidade de classe, porém teriam que enfrentar grandes obstáculos. (VIEIRA, p. 35, 36).

⁴⁷ Sobre a politização dessas entidades destaca-se a presença de militantes da Igreja Católica, como a Pastoral Operária.

A artimanha utilizada pelo então governador Tarcisio Burity, para enfraquecer o movimento dos profissionais em educação no Estado da Paraíba, baseia-se na dicotomia em que de um lado está a luta do movimento pela liberdade sindical e de outro a estrutura sindical vigente que exigia o reconhecimento do Estado, para que um sindicato tivesse de fato poder de representar sua categoria. Como associação, esta não teria representatividade nas negociações com o seu patrão, ou seja, o Governo do Estado e, sua sobrevivência se daria exclusivamente através das contribuições de seus associados. Isto posto, observamos que mesmo dentro de um sindicalismo combativo havia uma dependência da estrutura sindical, pois, os sindicatos reconhecidos pelo Estado, além das contribuições dos associados, tinham em seus cofres as polpudas verbas oriundas do imposto sindical, que era recolhida de todo trabalhador pertencente a categoria e não apenas dos sócios, o que poderia lhes garantir condições para mobilizar a categoria. No entanto, a retenção de tal montante não poderia ocorrer por parte do governo do Estado, visto que o seu recolhimento se dava a nível federal sendo o seu repasse obrigatório para as contas das Confederações, Federações e Sindicatos.

Consolidada a luta dos trabalhadores em educação no Estado da Paraíba, após a vitória política na greve de 1979, a nova direção da AMPEP tenta expandir os ideais do novo sindicalismo ao aproximarem-se de outras entidades sindicais. Uma das categorias que recebeu bastante atenção do movimento sindical combativo, foi a dos trabalhadores têxteis através da oposição sindical, tendo como objetivo maior, derrotar os dirigentes “pelegos” que estavam no sindicato desde sua fundação. Ao ganhar as eleições para a direção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, a nova diretoria assume um sindicato com dificuldades econômicas, devido a uma manobra administrativa dos ditos pelegos que controlavam o sindicato desde a sua fundação.

A diretoria do sindicato têxtil, teve que enfrentar ainda um contexto histórico não favorável para os trabalhadores da fiação, devido o aumento do desemprego causado pela fuga das empresas que receberam incentivos fiscais dos governantes durante a instalação do distrito industrial de João Pessoa. Depois de terminado o prazo de concessão dos incentivos, muitas empresas resolveram deixar o Estado da Paraíba. Entretanto, esses

diretores conseguiram demonstrar que mesmo com a estrutura sindical vigente seria possível se construir um sindicato combativo, voltado para os interesses da categoria, apesar de todas as dificuldades financeiras e políticas impostas pelos patrões. A forma mais clara dessa demonstração de enfrentamento, se dá com primeira greve dos trabalhadores têxteis no Estado da Paraíba na indústria de fiação e tecelagem (CITEX). Sobre a greve Agamenon Vieira (1986, p. 103) faz o seguinte relato:

No mês de janeiro, também acontece a primeira greve operária no Estado, após o golpe de 64. Os trabalhadores têxteis da Citex, entre os dias 30 de janeiro e 4 de fevereiro, entram em greve reivindicando 20 por cento de adiantamento salarial. Foram apenas 476 trabalhadores, com todo o apoio do seu sindicato e da CUT que escreveram essa página histórica: a primeira greve operária depois de 20 anos de ditadura militar. Era a expressão maior de um novo momento da luta dos trabalhadores no Estado. A reivindicação exigida não foi conseguida durante a greve, no entanto não houve derrota dos trabalhadores, já que foi conseguido transporte, dispensa durante o período de carnaval e, depois de certo tempo, um aumento salarial. (VIEIRA, 1986, p. 103).

No caso dos têxteis, esta categoria de trabalhadores que havia sido fundada sua associação em 1977, só reconhecida a partir de 1979 como uma entidade sindical, segundo os trâmites jurídicos do Ministério do Trabalho, logo iria se incorporar aos ideais do novo sindicalismo. Na Paraíba, a força do movimento sindical combativo iria se dar a partir de uma série de encontros para formação sindical. Com a participação dos associados da AMPEP, dos trabalhadores da construção civil, do sindicato dos trabalhadores têxteis e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais do Estado, o movimento sindical paraibano conseguiu criar a CUT/PB. A este respeito, Paulo Giovani Nunes destaca que:

Desde a fundação a entidade passa a ser dirigida por sindicalistas não “combativos”. Surge então uma oposição a diretoria da Associação e posteriormente, do Sindicato, formado principalmente por dissidentes da atual diretoria, com apoio da Pastoral Operária e de militantes do Partido dos Trabalhadores. Em 1982 formam uma chapa e ganham as eleições do Sindicato dos Têxteis. (NUNES, 1998/1999, p. 300).

O advento do novo sindicalismo, fez surgir no seio da categoria dos trabalhadores na construção civil, um grupo de operários que passou a discutir qual seria o papel representativo do movimento sindical, contrapondo-se a estrutura vigente até então, e dispostos a transformar o quadro da entidade em um sindicato combativo. Influenciados pelos ideais do novo sindicalismo, decidem formar um grupo de oposição sindical dando-lhe a denominação de Grupo Zé Peão.

A participação do grupo Zé Peão na luta por melhores condições de vida e de trabalho para a categoria da construção civil, confrontava-se com o modelo de sindicalismo praticado há décadas pelos dirigentes sindicais que haviam se apossado daquela entidade sindical, como se a mesma fosse uma entidade privada, pertencente a um determinado grupo e, ou, parentela. A acomodação dos dirigentes que lá estavam, a falta de uma política de enfrentamento com a classe patronal e o afastamento destes dirigentes de todo processo de luta que estava acontecendo naquele contexto histórico, levou alguns trabalhadores associados do Sindicato da Construção Civil a mobilizar-se na formação de uma chapa para concorrer às eleições sindicais no ano de 1983.

Naquele ano, a experiência não foi bem sucedida e os oposicionistas não obtiveram êxito no processo eleitoral. No entanto, a causa do insucesso eleitoral não conseguiu aniquilar completamente os objetivos dos oposicionistas, que continuaram o movimento nos canteiros de obra para se tornarem cada vez mais conhecidos entre os operários da construção civil. Com um discurso voltado para um sindicalismo combativo em que assumiam o compromisso de defesa da categoria de trabalhadores na construção civil, o grupo Zé Peão, volta a participar do processo eleitoral no ano de 1986 e desta vez consegue obter êxito derrotando uma diretoria que há mais de quatro décadas estava à frente do sindicato. A luta da nova direção do sindicato estava em inserir na categoria um novo modelo de sindicalismo, saindo do imobilismo em que se encontrava - sindicato voltado simplesmente para o assistencialismo e alheio às lutas sindicais -, em busca de melhores condições de trabalho e salário para a categoria e a de um sindicalismo autêntico que procurava assegurar algumas melhorias para a classe trabalhadora, através dos embates com a classe patronal, mesmo que esses embates fossem arbitrados nos tribunais do Trabalho. De acordo com Paulo Giovani Nunes:

Quando, no final da década de 1970, começaram a surgir as primeiras oposições sindicais em João Pessoa, todos os sindicatos/associações da cidade se caracterizavam por práticas assistencialistas e pouco mobilizadoras da categoria”. (NUNES, 1998/1999, p. 295).

A importância das mobilizações dos trabalhadores em educação no Estado da Paraíba, suas reivindicações, a busca por melhores condições econômicas e sociais, fizeram despertar em outras categorias de trabalhadores o desejo de mudança e transformação no enfrentamento com a classe patronal. Com os trabalhadores rurais não foi diferente, a luta encabeçada pela líder sindical dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande Margarida Maria Alves, custou o seu assassinato. Conforme afirma Josenilton dos Santos Feitosa em seu, *Lutas Sociais e Partidos Políticos nas eleições de 1982 na Paraíba*, “O assassinato uniu também os trabalhadores do campo e da cidade, que construíram a greve geral dos trabalhadores da cana-de-açúcar na Paraíba em 1984”, (FEITOSA, 2003, p. 62). Como visto, podemos observar que nessa aliança está à raiz da CUT Paraíba.

A trajetória percorrida pelo novo sindicalismo, durante o contexto histórico já mencionado, apesar de ganhar a simpatia de grande parte das categorias de trabalhadores no Estado da Paraíba, não teve em qualquer momento a adesão dos dirigentes do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa que dirigiam a entidade desde sua fundação. Os dirigentes daquele sindicato, que há décadas se revezavam no poder, ou seja, só havia substituição no cargo de presidente quando este assumia algum cargo público ou fosse a óbito e, geralmente as eleições ocorriam sem o conhecimento dos associados. Nota-se, porém que dentre as diversas organizações de trabalhadores brasileiros, uma das mais complexas, com certeza, é a categoria dos trabalhadores no comércio, e, para entendermos a complexidade dessa categoria, é preciso que adentremos um pouco no processo que resulta nesta acomodação, nas suas características⁴⁸ e nas diferenciações em relação às outras categorias.

⁴⁸Ao pesquisar sobre os comerciários de São Paulo, Trópia chegou à seguinte conclusão: cuja situação de trabalho caracteriza-se pela dispersão dos trabalhadores em pequenos e médios estabelecimentos comerciais,

No tocante a conscientização em nível de política sindical, se observa que a mesma tem sido inquestionavelmente, uma das mais conservadoras e despolitizadas do Brasil, o que tem contribuído e muito para sua desmobilização, e consequentemente, para um sindicalismo de colaboração de classe, alheio as lutas sociais e políticas. Desde a sua fundação, o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, havia sido organizado conforme a estrutura sindical varguista e dela tirado proveito para sua estruturação administrativa. Concedendo um assistencialismo para seus associados – gabinete odontológico, laboratório de análises, salão de beleza, assistência jurídica a um limitado número de sócios com direito a voto -, os dirigentes sindicais que ali estavam, mantinham-se alheios aos acontecimentos envolvendo o chamado novo sindicalismo, e, paradoxalmente ao movimento que se irradiava na Paraíba, permanecendo atrelados às determinações da CNTC e da FECONESTE, a tal ponto de filiar-se a USI, uma centra sindical pelega.

A fragilidade da luta reivindicatória da categoria comerciária, é parte de um processo histórico que está associado à organização sindical da mesma, fruto de um peleguismo incrustado nas organizações sindicais oriundas do sindicalismo varguista, tendo como resultado a despolitização, e o sindicalismo de Estado, atrelado aos órgãos públicos e de colaboração com a classe patronal. O jornal, “Diário da Borborema”, matutino da cidade de Campina Grande publicava em sua edição do dia 02 de julho de 1990, a seguinte manchete: “Greves paralisam transporte e comércio em João Pessoa.

A semana se inicia trazendo grandes dificuldades para o pessoense: a falta de transporte coletivos e a paralisação das atividades do comércio. É que as greves de comerciários e rodoviários decretadas para hoje, promete paralisar o funcionamento de ambos o setores. Depois de fracassadas as negociações em torno da concessão de reajustes salariais para as categorias, os trabalhadores decidiram para o movimento paredista. (Diário da Borborema, 02 de jul.1990: 1).

que tem uma forma de remuneração variável, cujo trabalhador tem um contato direto com o público. O que os levaria a um conservadorismo no campo político sindical. Instituto Humanitas Unisinos. Nova classe Média: uma síntese do capitalismo. Entrevista especial com Patrícia Trópia, 08 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em 7 de janeiro de 2014.

A greve dos comerciários de João Pessoa é um fato de suma importância para o sindicalismo paraibano, visto que a deflagração de uma greve por uma categoria de trabalhadores alheia a luta de classe, colaboracionista com a classe patronal, cujo lema da Central Sindical a que estava filiada – USI -, era: capital e trabalho, um não vive sem o outro, só poderia ocorrer a partir da mudança de uma cultura política, originada com o movimento sindical denominado de novo sindicalismo.

Durante décadas, a história de luta dos trabalhadores no comércio de João Pessoa, quase que inexistiu. As atividades realizadas pela diretoria do sindicato se resumiam a festividades no dia dedicado ao trabalhador comerciário e em homenagens a personagens ditas importantes para seus dirigentes. Mantinham-se alheios as lutas reivindicatórias mais gerais, com pouca e quase inexistente participação da categoria nas paralisações organizadas pelas centrais sindicais. Isso contribuiu para o conformismo e a relação pacífica entre capital e trabalho. Em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC), as principais atividades do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa se resumiam em atividades festivas no dia dedicado a categoria comerciária: eram realizadas atividades esportivas e desfiles de Miss Comerciária, com direito a prêmios pelas duas entidades.

- **Capítulo III – O Surgimento da Oposição Comerciária em João Pessoa**
- **3.1– O conservadorismo como cultura política do sindicalismo comerciário.**

Depois de um longo período de pouca resistência contra a classe patronal e o Estado, o sindicalismo brasileiro ressurgiu com mais força no final dos anos 1970. Esta nova forma de atuação sindical passou a ser denominado de novo sindicalismo, tanto pelos estudiosos do movimento sindical, assim como pelos chamados sindicalistas autênticos visto que, sua prática de atuação política diferenciava-se do modelo predominante na década anterior, ou seja, o sindicalismo atrelado ao Estado e sem tradição de luta, o que irá contrastar com uma nova prática de se fazer sindicalismo ao conseguir mobilizar diversas categorias de trabalhadores por todo território brasileiro.

É bem verdade que o novo sindicalismo nasce no mais importante centro industrial do Brasil – no ABC paulista, local de maior concentração de operários metalúrgicos. Entretanto, o processo reivindicatório que iria levar a uma onda de greves por todo território nacional, se estende por outras categorias de trabalhadores deixando de ser uma exclusividade apenas dos trabalhadores metalúrgicos.

Inspirados no novo sindicalismo, diversas categorias de trabalhadores, principalmente o chamado sindicalismo de classe média⁴⁹ - destacando-se neste contexto histórico os segmentos do funcionalismo público, ainda organizados em associações, uma vez que, eram impedidos de se organizarem em sindicatos, conforme a legislação sindical em vigor -, partem para o confronto contra os governos estaduais.

O ressurgimento da luta dos trabalhadores pode ser explicado por diversos fatores, entre os quais poderemos citar: o achatamento salarial devido ao fracasso da política econômica desenvolvida pelo governo militar – com a manipulação de resultados da

⁴⁹ BOITO Jr entende como sindicalismo de classe média organizações associativas que envolvem servidores públicos, trabalhadores de escritório etc., TRÓPIA, inclui os trabalhadores no comércio como representantes de um sindicalismo de classe média.

inflação -, a falta de uma política de geração de empregos, o aumento do custo de vida e em alguns casos das péssimas condições de trabalho tanto no setor privado, quanto nos serviços públicos, e, ainda pelo imobilismo que insistia em permanecer no sindicalismo brasileiro. De acordo com Marcelo Badaró Matos:

Essa representatividade maior derivava de uma atuação dos dirigentes mais próxima dos interesses das bases, anunciada um ano antes pela campanha iniciada pelo sindicato contra o expurgo dos índices inflacionários do início da década pela equipe econômica da ditadura, então comandada pelo ministro Antonio Delfim Netto. (MATOS, 2009, p. 119).

Na primeira década de 1980, diversas categorias de trabalhadores foram atraídas pelo fenômeno denominado de novo sindicalismo – professores, bancários, trabalhadores em saúde, trabalhadores têxteis, operários da construção civil, entre outros. Contudo, uma categoria de trabalhadores que permanecia alheia às mudanças provocadas pelo novo sindicalismo, foi a dos empregados no comércio.

Durante o contexto histórico em que houve a expansão dos ideais do novo sindicalismo, dificilmente encontramos nos principais periódicos do Brasil matérias jornalísticas dando destaque a luta dos comerciários dado que, a cultura política predominante neste setor tem sido de resistência ao conflito contra o capital e de difícil integração com outras categorias do movimento sindical combativo.

Em todo Brasil, o sindicalismo comerciário tem mantido em sua estrutura uma prática de sindicalismo assistencialista, e para atrair os empregados no comércio como sócios, os dirigentes têm procurado manter nos seus sindicatos mini-hospitais, com serviços médicos, odontológicos, pequenas cirurgias, salão de beleza, dentre outros. Portanto, tais serviços só são possíveis graças ao imposto sindical ou a taxa confederativa, referente a um dia de serviço subtraído do salário do trabalhador anualmente, não interessando aos mesmos uma ampla campanha de sindicalização, pois poderiam correr o risco de perder o controle sobre os associados, e consequentemente a sua reeleição. Entretanto, na segunda metade dos anos 1980, começa a surgir em algumas capitais do Brasil um movimento mais

consistente de oposição no sindicalismo comerciário, quebrando a passividade dessa categoria de trabalhadores no plano sindical.

Com a chegada das chamadas oposições sindicais comerciárias ao poder, o sindicalismo comerciário passa a integrar-se com dirigentes sindicais de outras categorias de trabalhadores ligados principalmente a CUT. Ao assumir posições contrárias ao imobilismo característico dos dirigentes que há décadas estavam no comando de seus sindicatos, estes novos dirigentes entravam de vez no movimento sindical combativo chegando a deflagrar greves principalmente em supermercados e grandes magazines, e até mesmo participando de movimentos sociais a nível nacional, organizado pelas principais centrais sindicais, como as chamadas greves gerais.

A cultura política predominante entre os dirigentes sindicais da categoria comerciária desde a implantação do sindicalismo de Estado, tem sido o elemento principal para a falta de um ativismo político, o que levaria a uma convivência pacífica entre capital e trabalho e a inexistência de um plano de luta mais consistente com a deflagração de greves neste importante setor da economia brasileira. Tal cultura política passou por um processo de mudança durante a década de 1980, em alguns sindicatos de comerciários graças ao surgimento das oposições sindicais, que combatiam o peleguismo que há décadas havia se apossado dos sindicatos da categoria, mantendo os mesmos com uma forma de patrimônio particular de certos dirigentes.

Diante do exposto, verificamos durante nossa pesquisa que o surgimento de um ativismo político em alguns sindicatos de empregados no comércio, se dá em virtude das articulações políticas e com as novas práticas de atuação política sindical oriunda do novo sindicalismo, contrapondo-se ao modelo de harmonia existente na relação entre patrões e empregados, tão presente nesta categoria de trabalhadores. Torna-se importante salientar, que as atuações políticas dos novos dirigentes dos sindicatos de comerciários, deram origem a algumas greves de pouca duração e a restritos estabelecimentos comerciais isolados – supermercados, magazines, empresas de médio porte⁵⁰.

⁵⁰Uma grande greve na rede de supermercados Paes Mendonça (hoje Bompreço), inicialmente por melhores salários e condições de trabalho, se espalha por outros setores do comércio, protestando também contra o

Embora tal ativismo não tenha conseguido uma maior expansão de seus ideais entre os comerciários a nível nacional, diferente do que aconteceram com outros segmentos de trabalhadores em que houve uma maior adesão as lutas reivindicatórias, proporcionando uma média relativamente alta de dias parados e consequentemente melhores conquistas para a classe trabalhadora, esse novo ativismo político em alguns sindicatos da categoria comerciária, passa a dar mais respaldo aos trabalhadores que iriam se afastar das orientações políticas da CNTC, e criam a sua própria confederação, a CONTRACS⁵¹, esta afiliada à CUT.

As paralisações conduzidas pelos novos dirigentes do sindicalismo comerciário, têm se caracterizado como de greves por setores, principalmente nos supermercados e grandes *magazines*, diferenciando-se dos movimentos grevistas organizados por outras categorias como a dos têxteis e da construção civil, visto que entre os comerciários há um grande número de funções exercidas pelos trabalhadores com interesses diversos⁵². Ao fazermos um comparativo entre o tipo de greve predominante na categoria comerciária com os de outras categorias de trabalhadores, percebe-se que o poder de barganha das demais categorias tem sido bem maior. Contudo, é importante salientar que mesmo com um poder de barganha dificultado, tal ativismo no campo sindical a partir dos anos 1980, passa a ser um avanço político, pois, é a partir da luta mais acirrada que as relações entre patrões e empregados no setor do comércio passam por uma mudança significativa com os dirigentes sindicais da categoria comerciária adquirindo mais representatividade.

sindicalismo conservador, autoritário e patronal dos então dirigentes do sindicato. Disponível em: <http://www.comerciariossalvador.com.br>. Acesso em: 06/09/2013.

⁵¹ A CONTRACS surgiu como departamento Nacional dos Comerciários em 09 de setembro de 1987. Em julho de 1990, o DNC foi transformado em Confederação. Durante o I Congresso Nacional dos Comerciários Cutistas. Disponível em: <http://www.contracs.org.br/conteudo/33/historico>. Acesso em 14/08/13.

⁵² O comissionista puro é o empregado que recebe comissão sobre a venda que venha a efetuar, sem que, além disso, seja estipulado um salário fixo a ser somado às comissões. Entretanto, estes empregados têm sempre a garantia de perceber mensalmente, no mínimo, um salário mínimo ou o piso da categoria profissional, caso o valor das comissões seja inferior a este. Neste caso, o comissionista é aquele empregado que faz o seu próprio salário, diferente dos outros comerciários que tem o seu salário fixo na CTPS. Disponível em: [http://www.cdlbh.com.br/portal/872/Noticias CDL BH/Empregado comissionista](http://www.cdlbh.com.br/portal/872/Noticias%20CDL%20BH/Empregado%20comissionista). Acesso em 08/09/2013.

O distanciamento político-sindical para com outras categorias de trabalhadores durante décadas, foi fundamental para que houvesse uma relativa ausência das direções dos sindicatos dos empregados no comércio nas paralisações organizadas a nível nacional pelas principais centrais sindicais CUT e CGT, visto que em uma provável mudança de comportamento de atuação sindical, poderia implicar em um rompimento de uma convivência pacífica com a classe patronal. Tal alinhamento político entre patrões e empregados do setor do comércio, implicou no afastamento das lutas mais acirradas em defesa da categoria comerciária.

Durante décadas, os dirigentes do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa procuraram manter um distanciamento da luta sindical com uma forte rejeição às atividades grevistas mesmo durante as campanhas salariais, período em que poderia se dá um acirramento nos conflitos de classe uma vez que, a classe econômica dificilmente cederia às propostas levantadas em assembleias pela categoria. Por outro lado, as propostas de firmar dissídio coletivo com ou sem greve, geralmente vinha dos opositores que se faziam presentes nas citadas assembleias e quando tais propostas chegavam à imprensa, os dirigentes sindicais, procuravam minimizar a notícia responsabilizando a chamada minoria opositora pelos “boatos”.

Na verdade, todo movimento grevista tem sua origem na falta de um diálogo entre as partes interessadas, quando alguns dos agentes envolvidos de forma intransigente ou não, interrompem esse diálogo, tentando fazer valer seus interesses a partir das correlações de força – o poder econômico no caso dos empresários e as paralisações no setor de trabalho, no caso dos trabalhadores. A esse respeito, poderemos afirmar que o movimento grevista pode e deve assumir inúmeras formas e característica – paralisação por setor de trabalho, greve “branca”, operação tartaruga e outras formas, que tem como base ideológica um tipo de conflito entre capital e trabalho.

Em seu sentido mais amplo, é durante o movimento grevista que as relações de classes entre patrões e empregados, tendem a passar por um afastamento ainda maior dado que, os interesses de ambos diferem, resultando muitas vezes em um acirramento da luta por parte da classe trabalhadora na tentativa de terem atendidas suas reivindicações. Da mesma forma, as greves, sejam elas de longa ou de curta duração, geralmente tendem a

manifestarem de forma consciente ou não, certa insatisfação contra uma determinada situação de opressão em que a classe trabalhadora está submetida. Entretanto, entre os dirigentes sindicais da categoria comerciária havia se consolidado uma cultura política voltada para a boa relação entre capital e trabalho de forma pacífica e civilizada, visto que seu principal *slogan* era “capital e trabalho um não vive sem o outro”.

Em dezembro de 1986, depois dos fracassados Planos Cruzados 1 e 2, as centrais sindicais CUT e CGT, convocaram uma Greve Geral que contou com uma grande participação dos movimentos sociais organizados. A greve daquele ano, contou com a participação da USI, central sindical que aglomerava a maioria dos sindicatos de empregados no comércio de todo Brasil. Mesmo aderindo à greve, esta central sindical faz uma campanha entre os seus sindicatos filiados defendendo um movimento pacífico e ordeiro. Por movimento pacífico e ordeiro - prática presente no sindicalismo comerciário -, pode-se entender por denúncias nos principais periódicos da cidade e do estado, nas delegacias do trabalho e tentativas de convencimento aos membros dos poderes legislativo e executivo, entre outros. De acordo com Antunes:

Uma greve é estritamente econômica quando suas reivindicações são parciais, limitadas, contra os efeitos e não as causas do regime de salários e por isso incapazes de ferir sequer minimamente a materialidade do sistema capitalista. [...] Uma greve política é aquela que, numa das suas dimensões, contrapõe-se de alguma maneira ao aparato de Estado, quer por ferir-lhe a base material, quer por buscar reivindicações que chocam diretamente a sua superestrutura jurídico-política (ANTUNES, 1992, p.198/199).

Foi no contexto do novo sindicalismo, quando diversas categorias de trabalhadores passaram a disputar espaço político se agrupando em centrais sindicais afinadas com a história de luta da classe trabalhadora, que os dirigentes da maioria dos sindicatos dos comerciários liderados pela CNTC, fundaram a USI, contrapondo-se ao movimento reivindicatório. No nascimento dessa central, prega-se um sindicalismo apolítico e

independente mantendo como característica uma orientação anti-reivindicatória e antigrevista, para evitar o confronto direto com os donos do capital.

A USI, em todo seu período de existência, restringe-se praticamente a alguns poucos encontros de dirigentes sindicais, declarações e publicações na grande imprensa, em sua quase totalidade como matéria paga. Trata-se de uma entidade restrita a um pequeno número de sindicalistas de direita, em dissintonia com a atuação majoritária de direita. É inexpressiva e imobilista, não conseguindo ter uma existência real. (COSTA, 1995, p. 222/223).

Desta forma, podemos afirmar que o sindicalismo comerciário há décadas mantinha como característica uma cultura política voltada para as soluções pacíficas da luta de classe, apresentando um perfil de harmonia entre capital e trabalho. No entanto, o discurso apolítico fica fragilizado visto que, entre tais dirigentes sempre existiram uma aproximação com personalidades que representavam os interesses tanto de grupos empresariais quanto de partidos políticos de centro e direita, quando aqueles dirigentes apoiavam e homenageavam essas lideranças até mesmo com o título de sócio benemérito do sindicato e presidente de honra do órgão representativo da categoria comerciária.

Na foto a seguir, existe uma demonstração de subserviência dos dirigentes do Sindicato dos Comerciários de João Pessoa, para com a classe patronal, visto que o líder sindical homenageado com o título de sócio benemérito, nada mais era que o Sr. Renato Ribeiro Coutinho, presidente da Federação do Comércio no Estado da Paraíba e principal negociador das cláusulas trabalhistas entre patrões e empregado. Tal dirigente, de acordo com a historiadora paraibana Monique Cittadino, teria sido um dos articuladores do golpe militar no Estado da Paraíba⁵³.

⁵³ De acordo com Monique Cittadino, houve uma articulação para o golpe de 1964 com uma participação conjunta dos setores civis e militares. A historiadora afirma que: “Além do usineiro Renato Ribeiro Coutinho, o esquema civil pré-revolucionário na Paraíba contou com a participação de diversos outros integrantes” [...]. (CITADINO, 1998, p. 148).

Foto 1 - Entrega do título ao usineiro e empresário Renato Ribeiro Coutinho, Presidente da Federação do Comércio no Estado da Paraíba. Em 13/04/1965.



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa.

Se durante décadas, os dirigentes sindicais da categoria comerciária tentaram manter um distanciamento dos movimentos reivindicatórios ignorando e rechaçando a utilização da greve como uma forma de luta e procurando manter uma harmonia na relação entre capital e trabalho, essa relação começa a se decompor já na segunda metade dos anos de 1980, quando as greves dessa categoria passaram a ter um volume maior em virtude do surgimento das chamadas oposições sindicais ligadas principalmente a CUT.

Desde sua fundação no ano de 1932, até a segunda metade da década de 1980 o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa manteve um afastamento político sindical com outras categorias organizadas e movimentos sociais, afastando-se das lutas pela reforma da estrutura sindical até então vigente. Filiado à FECONESTE, a diretoria

deste sindicato por décadas manteve-se contra a pluralidade sindical, bandeira de luta do novo sindicalismo durante a elaboração da constituinte de 1988⁵⁴.

Em nossa pesquisa, constatamos que os dirigentes do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa em alguns momentos, fizeram denúncias sobre a extensão da jornada de trabalho em alguns estabelecimentos comerciais da capital paraibana na década de 1980, cujo objetivo era o de alertar as autoridades competentes sobre os meios utilizados pela classe patronal para aumentar a exploração sobre os trabalhadores no comércio. No entanto, não conseguimos encontrar qualquer campanha junto à categoria pela diminuição da jornada de trabalho, ou seja, a jornada de trabalho deveria permanecer como estava excetuando-se as horas extras.

As atuações políticas contra a extensão da jornada de trabalho estão presentes nas atas do sindicato como denúncias contra algumas lojas, visando apenas que se chegasse ao conhecimento da imprensa, e, não havia qualquer preocupação em organizar a luta junto à categoria. Neste caso, entendemos que ao levar às denúncias a população da capital paraibana através de publicações nos periódicos locais, os dirigentes do sindicato acreditavam que poderiam pressionar os poderes constituídos, e ao mesmo tempo conseguir o apoio da categoria contra os projetos que a classe patronal pretendia impor, como a liberação do horário de funcionamento do comércio e da jornada de trabalho. Sendo assim, esta prática adotada pelos dirigentes do sindicato dos comerciários, mantinha um afastamento da luta político-sindical mais ampla, visto que suas reivindicações ficavam restritas a casos específicos da própria categoria e não ao conjunto de toda classe trabalhadora.

⁵⁴O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Antônio Alves de Almeida, criticou hoje a reforma sindical proposta pelo governo, ao assumir seu décimo mandato à frente da CNTC. "Sempre que se instala no país um novo governo as entidades sindicais são as mais visadas. Não se fala em reforma sem que o sindicalismo seja a primeira vítima", afirmou. A principal crítica do presidente da CNTC é quanto a proposta de se acabar com a unicidade sindical, em que só é permitida a existência de apenas um sindicato para representar uma categoria profissional por localidade. Almeida disse que isso enfraquece o movimento de luta dos trabalhadores. Disponível no <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-02-27/presidente-da-cntc-critica-reforma-sindical>. Acesso em 14/01/14.

3.2 – A difícil arte de ser comerciário

Os trabalhadores no comércio têm enfrentado no seu cotidiano, inúmeros problemas como as condições precárias de trabalho, a super-exploração da força de trabalho e o desrespeito à legislação trabalhista. A esse respeito, observamos em diversas matérias de jornais de circulação na grande João Pessoa, denúncias contra supostas explorações a que a categoria está submetida, muitas delas levadas pelos sindicalistas até os órgãos judiciais competentes para as averiguações.

Não tão diferente de outras categorias de trabalhadores, os comerciários têm sofrido com o aumento da exploração pela classe patronal e um dos problemas mais comuns enfrentados são as tentativas de extensão da jornada de trabalho. Durante nossa pesquisa, constatamos que a maioria das reclamações que os trabalhadores têm feito junto à diretoria do sindicato, consiste no não cumprimento da chamada Semana Inglesa, o que teria causado um desgaste entre os dirigentes sindicais que há décadas dirigiam a entidade representativa dos comerciários.

Os empregados no comércio também têm enfrentados problemas como o caixa dois.⁵⁵ As irregularidades trabalhistas têm sido alvo de denúncias contra os empregadores e quando não solucionadas durante um diálogo entre os representantes das duas categorias, estas denúncias acabam chegando às mesas de negociações na Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Os comerciários comissionados, geralmente têm prejuízos econômicos durante a homologação das rescisões trabalhistas, visto que os empregadores optam pela rescisão com base no salário da categoria e não nas comissões obtidas pelos vendedores durante um determinado período de trabalho.

Os problemas enfrentados pelos trabalhadores no comércio têm persistido e são recorrentes até mesmo nos dias atuais - problemas salariais, desvios de função⁵⁶,

⁵⁵O caixa dois, consiste em assinar um salário na CTPS e receber outro diferente daquele que foi acordado.

⁵⁶É comum no setor do comércio, a prática da contratação de pessoas com o desvio de função, ou seja, o empregado assina um contrato de trabalho amplo, sem a definição exata da atividade que vai desenvolver. O que ocorre é que ele acaba arrumando gôndolas, cuidando da limpeza, lavando banheiros, estoquista, caixa, atendente, vende, empacota etc. Quando da contratação do funcionário, no contrato de trabalho, devem constar quais as funções e tarefas a ser desempenhadas pelo empregado no curso do contrato de trabalho. Sindicato dos Empregados no Comércio de Jundiá e Região. Disponível em <http://www.comerciariorj.org.br/>. Acesso em 11/03/2014.

insalubridade, entre outros, também podem ser encontrados em outras categorias de trabalhadores. No entanto, diferente dos trabalhadores no comércio, observamos que tais problemas têm levado a um ativismo político-sindical entre outras categorias que partem para o confronto com a classe patronal, enquanto que a categoria comerciária, mesmo passando por problemas semelhantes em seu cotidiano, geralmente mantém uma tradição de rejeição ao movimento grevista e com raras exceções ainda mantém um afastamento para com o movimento sindical reivindicatório.

A tradição pela prática do peleguismo entre os comerciários pode ser associada a sua formação política sindical. A carta sindical que oficializa a fundação do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, data de 1932, doze anos antes da criação do sindicato patronal⁵⁷, e dezessete anos antes da fundação da entidade maior que congrega todo o sindicalismo do ramo de atividades da classe patronal – a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado da Paraíba (FECOMÉRCIO – PB)⁵⁸, ambos, dentro do que se convencionou chamar de sindicalismo corporativista.

Com o ressurgimento político na forma de atuar do chamado novo sindicalismo, algumas oposições comerciárias e militantes do sindicalismo autêntico procuraram relacionar o não ativismo dos dirigentes dos sindicatos comerciários com a cultura política herdada do sindicalismo varguista, classificando-os de pelegos por manterem um sindicalismo pacífico e de aliança com a classe patronal. No entanto, tal prática ainda tende a resistir em pleno século XXI, entre os sindicatos de maior peso como os de São Paulo⁵⁹ e

⁵⁷ O Sindicato dos Lojistas do Comércio de João Pessoa, fundado em 1944 e reconhecido por carta sindical expedida em 25 de agosto de 1944, com sede e foro na Cidade de João Pessoa como representante da categoria econômica do comércio varejista na base territorial dos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita, Bayeux, Conde, Alhandra, Lucena e Itabaiana, integrantes do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio - SICOMERCIO, a que se refere o artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal. Disponível em <http://sindilojas-jp.com.br/>. Acesso em 11/03/2014.

⁵⁸ A Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado da Paraíba, fundada em 18 de julho de 1949, reconhecida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio através da Carta Sindical de Reconhecimento nº 777.162 de 21 de Dezembro de 1949, com sede e foro à Rua Desembargador Souto Maior, 291 – Centro – João Pessoa – PB e base territorial em todo o Estado da Paraíba. Disponível em <http://www.fecomercio-pb.com.br>. Acesso em: 11/03/2014.

⁵⁹ Os três últimos presidentes têm conseguido se manter no Sindicato com mandatos longos: 1970 / 1989 - Sylvio de Vasconcellos; 1989 / 2003 - Rubens Romano e 2003 / no mandato - Ricardo Patah. Disponível em <http://www.comerciarios.org.br/>

Rio de Janeiro⁶⁰, que mantém uma orientação política sindical de afastamento das lutas gerais da classe trabalhadora.

Afastados das lutas mais gerais da classe trabalhadora e filiados a centrais sindicais de pouca ou quase nenhuma tradição de luta, o sindicalismo comerciário ao longo de sua história tem sido identificado pela apatia reivindicatória. A raridade das greves na categoria fortalece a crítica que se faz a tendência ao conservadorismo político-sindical de seus dirigentes. O peleguismo, classificação que se tem dado a maioria dos dirigentes sindicais, encontrou na base da categoria dos dirigentes dos sindicatos de comerciários um cenário propício dentro da estrutura sindical. Tanto é que o maior orgulho desses dirigentes têm sido apresentar os números conseguidos através do assistencialismo social da entidade.

Companheiro e Companheira comerciária, É com grande satisfação que nossa diretoria, através de muito esforço e luta, conseguiu mais uma importante conquista para nossa categoria. A partir de agora, todos os associados do nosso sindicato contarão GRATUITAMENTE com uma assistência médica ambulatorial completa e de atendimento 24 horas. Serão consultas e exames, das mais diferentes especialidades, oferecidas próximo de sua residência e trabalho, garantindo assim à nossa classe - sempre tão sacrificada pela árdua jornada de trabalho, o direito à saúde de qualidade em tempo integral.⁶¹

Trata-se de uma prática pelega que tem no assistencialismo um sustentáculo para sua conduta política, abstendo-se das lutas gerais da classe trabalhadora, assim como de um ativismo voltado para a integração com outras categorias de trabalhadores. Como observado, tal prática política passou por uma mudança significativa a partir da década de 1980, com o surgimento das chamadas oposições sindicais.

⁶⁰ No boletim eletrônico do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, o presidente faz o seguinte comentário: “Nós, COMECIÁRIOS (AS), sabemos que o direito de GREVE está garantido na Constituição e é um direito justo e uma excelente arma, que nós, TRABALHADORES, temos para impedir abusos contra nossa categoria. Só não entendemos o porquê, de nós, POPULAÇÃO, sofrermos as consequências negativas das GREVES realizadas em nosso país. Quando existe GREVE nos transportes públicos, quem mais sofre somos nós, TRABALHADORES que somos impedidos de exercer nosso direito, direito este, também garantido na mesma Constituição Federal, que é o direito de ir e vir” Disponível em <http://www.secrj.org.br>. Acesso em: 18/03/2014.

⁶¹ Presidente Otton Roma. SECRJ - Há mais de 100 anos lutando pelos trabalhadores no comércio.

O comércio é uma das atividades da economia brasileira em que há uma ligeira predominância da mão-de-obra feminina, ou seja, é no comércio em que se encontra a maior concentração de trabalhadoras. Em nossa pesquisa constatamos que a exploração sobre as mulheres comerciárias que vai desde a boa aparência até o desvio de função, tem sido alvo de denúncias tanto na imprensa quanto na justiça do trabalho e civil, por parte dos dirigentes sindicais⁶².

Por não haver a necessidade de certa qualificação de mão-de-obra, visto que ainda predomina no setor de serviço o esforço físico, associado a utilização de serviços terceirizados, esta categoria tem apresentado um alto índice de rotatividade. São poucas as empresas que conseguem manter uma grande quantidade de funcionários por mais de dez anos no posto de trabalho. Este problema, também tem contribuído para a pouca quantidade de associados, visto que sem trabalho, ou quando muda para outro ramo de categoria, o trabalhador perde o direito de continuar associado ao seu sindicato.

Em alguns casos no comércio, existem funções que requer certa habilidade e até mesmo capacitação para que o empregado possa se manter no emprego. A função de operador de caixa e do comissionista, requer certa técnicas já que o operador de caixa é obrigado a manusear novos equipamentos eletroeletrônicos, e mentalizar os setores específicos de cada mercadoria, enquanto que o empregado comissionista, tem que ter técnica de vendas para atrair o freguês e garantir uma melhor remuneração no final de cada mês. É certo também que o comissionamento pode gerar grandes problemas na convivência entre os trabalhadores do comércio, visto que a forma salarial dos trabalhadores comissionados depende mais de sua habilidade no trato como o cliente, levando-o a pensar mais de forma individual do que coletivamente, o que certamente tem se constituído em um fator de desagregação, dificultando ainda mais na identidade de classe na categoria.

⁶²Sindicato denuncia supermercados por práticas abusivas contra empregados: As denúncias são de que funcionários que exercem a função de Operador de Caixa quando necessitam ir ao banheiro, esperam autorização dos responsáveis pelo setor. Além disso, são obrigados a exercerem também as funções de zeladores, serventes, empacotadores, repositores, atendentes e vendedores de eletro, caracterizando desvio de função, o que é proibido pela cláusula décima quinta da Convenção Coletiva. As operadoras de caixa também estariam exercendo a função de cozinheira.

De acordo com as denúncias que chegam ao sindicato, os empregados são obrigados a trabalharem de três a quatro domingos consecutivos sem folga, desrespeitando a Lei 11.603 de 05 de dezembro de 2007. Disponível em <http://www.ugt.org.br/> acesso em 10/03/2014.

Neste sentido, por ser uma categoria heterogênea onde predomina uma variedade de setores de serviços, muitos dos quais apresentando uma necessidade maior de um contato mais próximo com o cliente, nesta difícil arte de ser comerciário, ainda impera a ideologia da classe dominante quando se provoca a rivalidade entre os trabalhadores utilizando-se de práticas antigas no intuito de levá-los ao isolamento na própria empresa, e consequentemente a ideia de que é com esforço pessoal e individual que se pode melhorar o salário.

Atualmente, mesmo como cliente observamos na entrada de determinadas empresas, fotografias expostas de alguns funcionários destacando-os como os associados do mês. Este tipo de ideologia tem sido forte no subconsciente do trabalhador que abraça a empresa como se fosse realmente sua. No entanto, ele só há de se deparar com a realidade no momento da rescisão de contrato de trabalho no setor de homologações do sindicato. Com esta prática política que predomina principalmente em *magazines* concessionárias de automóveis e supermercados, tem se produzido um efeito de isolamento particular, visto que é com o esforço pessoal que o trabalhador passa a ter um salário maior do que o do colega de trabalho, o que pode levar ao estreitamento das relações sociais entre os trabalhadores de uma mesma categoria.

Neste caso, com tantos problemas existentes na categoria, a luta dos trabalhadores no comércio tenderia a ser unificada com outras categorias para que se pudesse aumentar o poder de barganha e não se resumir a denúncias nos periódicos locais como tem acontecido na maioria dos sindicatos denominados de pelegos. Por outro lado, observamos também que mesmo com as mudanças de comportamento na atividade sindical das novas direções que chegaram ao sindicato na década de 1980, quando estes dirigentes chegaram a fundar uma central sindical de comerciários cutista a CONTRACS⁶³, afastando-se da CNTC,

⁶³ Em 1993, o 2º Congresso do Departamento Nacional de Comerciários, realizado de 27 a 29 de janeiro, em Vitória – ES, inaugurou uma nova fase da instituição. Os participantes do congresso aprovaram uma alteração significativa na organização do DNC que avançou para o conceito de construção de ramo, aglutinando comércio e serviços e transformando o Departamento em Confederação, que passou a representar os trabalhadores no comércio e serviços. Nasce daí a CONTRACS – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT. João de Deus do SEC de João Pessoa – PB e Antonio Limberg do SEC Santo Ângelo – RS foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da entidade. Disponível em: <http://www.contracs.org.br/conteudo/33/historico>. Acesso em 10/03/2014.

mesmo assim, estes sindicalistas ainda têm encontrado dificuldades em formar uma identidade coletiva na categoria.

Por se tratar de uma categoria heterogênea, quanto à divisão dos serviços por setores, a situação de trabalho dos comerciários geralmente leva-os ao isolamento, só existindo certa identidade quando estes trabalhadores prestam serviços semelhantes em outros estabelecimentos comerciais. Mesmo divididos em inúmeros estabelecimentos como nos de supermercados a aproximação com patrões, gerentes e clientes tem sido maior até mesmo para com os companheiros de trabalho. Tal situação, além de criar nos trabalhadores do comércio certa expectativa de mudança de vida através do esforço pessoal, tem os levado também ao afastamento político-sindical, dado que o salário depende de seu esforço pessoal, e, a aproximação com o sindicato poderia criar um mal estar com os seus superiores, daí o sindicato permanecer ignorado como uma organização ou um local onde se discute os problemas da categoria.

Em nosso trabalho, constatamos que a dificuldade de se formar uma identidade coletiva na categoria comerciária tem uma forte ligação com a situação de trabalho no setor do comércio, devido a divisão por ramos de atividades como os de farmácias, automotivos, frigoríficos, lojas de conveniências, supermercados, *magazines*, bem como pelas formas de pagamentos dos salários da categoria: por comissão e piso salarial da categoria. Na verdade, o piso salarial atinge um contingente maior da categoria, já na forma salarial de comissão o comerciário precisa de um contato direto com o público, visto que é na dependência deste contato que ele faz o seu salário em contraste com os trabalhadores que percebem apenas o piso salarial da categoria. De acordo com Luzimar Barreto França Junior:

Salienta-se ainda que também dentro do hipermercado ocorreram processos de cisão e agrupamento dos trabalhadores em razão da função exercida para o capital, desconsiderando a categoria como um todo. Dentro de uma loja do Carrefour, seria então possível conviver indivíduos associados a diversos sindicatos. Por exemplo, os padeiros, os terceirizados (limpeza, manutenção, segurança), o açougueiro, etc. (JUNIOR, 2010, p. 103).

Estas características predominantes na categoria comerciária permanecem como obstáculos na formação de um sindicalismo autônomo mesmo depois dos avanços conquistados durante o contexto histórico do novo sindicalismo.

3.3 - Entre o medo e as incertezas: a primeira oposição comerciária

O golpe militar de 1964, provocou uma série de mudanças na política brasileira e o movimento sindical pode ser considerado com um dos segmentos políticos mais atingidos. Foram tempos de perseguições políticas com o fechamento, intervenções nos sindicatos e prisões de sindicalistas que tinham aproximação com partidos de esquerda, contribuindo em parte para a diminuição do número de associados nas entidades, uma vez que o medo de pertencer aos quadros associativos de uma determinada categoria, poderia configurar-se em desconfiança por parte da classe patronal.

FOTO 2 - CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIRIGENTES SINDICAIS. PELA DEFESA DA DEMOCRACIA E BEM-ESTAR DO TRABALHADOR. RIO DE JANEIRO, GB – DE JUNHO DE 1964.



FONTE: Arquivo do Sindicato dos Comerciários de João Pessoa.

Com a retomada do movimento sindical no final da década de 1970, diversas categorias de trabalhadores passaram a se organizar em oposições as diretorias “pelegas” das entidades sindicais a que pertenciam. Contudo, para se organizar uma chapa de oposição era preciso muita cautela devido à ameaça de desemprego, dado que na maioria das vezes os empregadores encontravam nos sindicalistas pelegos, um tipo de aliado capaz

de denunciar a presença de trabalhadores de suas empresas com interesses político-sindicais contrários à relação pacífica entre capital e trabalho.

As oposições sindicais, contavam também com uma série de exigências estatutárias que visavam dificultar o registro de chapas de oposição⁶⁴. Entretanto, do ponto de vista político a maior dificuldade dos sindicalistas de oposição era o de atrair os trabalhadores sindicalizados para sua causa, visto que a estrutura sindical mantinha uma base assistencialista em sua sede garantindo aos associados médicos, dentista, serviços de enfermagem, laboratório de análises, salão de beleza, dentre outros serviços. Para os associados, o medo de perder esse tipo de assistencialismo era visto com desconfiança, já que o Estado não os oferecia – estendendo a toda sua família -, com a mesma qualidade que o sindicato ao qual era associado lhes assegurava. Entretanto, a rigidez do estatuto elaborado conforme o que determinava o modelo de sindicalismo da Era Vargas, visava dificultar o registro de chapa de uma suposta oposição sindical. De acordo com o estatuto do SINECOM-JP, em seu artigo 35, fica estabelecido que:

O prazo para o registro de chapas é de 10 (dez) dias, a contar da publicação do aviso resumido do edital de convocação, excluindo-se o dia da publicação, encerrando-se no último dia útil.

Parágrafo Único – Os requerimentos de inscrição de chapa deverão ser instruídos com a seguinte documentação:

- a) – qualificação dos candidatos, com suas respectivas assinaturas, contendo tempo de sindicalização, número da Carteira Profissional e da Carteira de Identidade ou da Carteira de Estrangeiro;
- b) – declaração de residência;
- c) – comprovação da vinculação empregatícia na base territorial do sindicato;
- d) – prova de estar quite com suas contribuições sociais, de ter 2 (dois) anos vinculado a categoria e 6 (seis) meses de sindicalizado;
- e) – certidão negativa dos Cartórios das Varas Cíveis, Criminais e Protestos de Trabalho.

⁶⁴Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa estabelecido na Av. General Osório 199/201, realizada no dia 6 de junho de 1989 para a mudança do Estatuto do Sindicato. (...) uma vez lido e explicado, os associados presentes concordaram, unanimemente, deliberaram sua aprovação, porém a pedido de um dos associados presentes, com a participação de todos, foi introduzido no Estatuto aprovado dois itens: O primeiro: Que os candidatos a cargos de Diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, não poderiam ter título protestado, bem como nenhuma ação contra sua pessoa na Justiça Civil e Criminal, bem outros registros que venham abonar a moral do candidato, segunda: assegurar aos filhos menores na condição de adotado, os benefícios concedidos para os sócios do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, (...).

Como se observa o artigo trinta e cinco em seu parágrafo único faz uma série de exigências para o registro do candidato como componente de uma chapa. Nas eleições de 1986, a oposição comerciária teve o seu registro impugnado pela comissão eleitoral, tendo como alegação o não cumprimento das exigências do artigo acima citado, só conseguindo o registro através de uma ação na Delegacia Regional do Trabalho.

Uma das bandeiras de luta dos chamados sindicalistas “autênticos”, que deram origem ao novo sindicalismo, era a reestruturação dos sindicatos pela base. Ou seja, era necessário que houvesse uma grande mobilização de cada categoria de trabalhadores para se garantir as mudanças nos estatutos, ampliando a participação dos trabalhadores - sindicalizados ou não -, em todos os processos organizados pelas entidades, dinamizando a atuação sindical na luta pela dignidade, por melhores salários e condições de vida, afastando de vez o burocratismo que inibia a presença de grande parcela de trabalhadores em seus sindicatos.

Acreditamos que a principal razão da existência de um sindicato é a sua categoria, e esta se organiza necessariamente na luta por melhores condições de trabalho e salários. Entretanto, os sindicalistas denominados “autênticos” visavam o fortalecimento da luta sindical com uma roupagem nova, e, para isto era necessário à eliminação do modelo sindical burocrático, imposto pelo sindicalismo de Estado e que atrelava os sindicatos em sua forma à estrutura estatal.

Com base nos ideais do novo sindicalismo, era preciso que houvesse um movimento da classe trabalhadora no intuito de desburocratizar os sindicatos, retomando sua tradição de luta com a reestruturação dos sindicatos através da base por ele representado e centrado em um sindicalismo autônomo e independente com ampla participação de cada categoria.

Para a formação das oposições sindicais, uma importante contribuição pode ser encontrada na atuação da Pastoral Operária⁶⁵ e de outros seguimentos da chamada esquerda

⁶⁵ O intercâmbio realizado entre comunidades fez a semente se espalhar e outras experiências foram sendo realizadas. Muito contribuíram para isso o Concílio Vaticano II, o encontro de Medellín, o florescimento CEBs e da Teologia da Libertação. Esses quatro fatores deram ânimo aos que se engajavam nesse trabalho evangelizador a partir da vida de trabalho e suas contradições com o capital. Esse trabalho militante deu origem às Oposições Sindicais, experiência iniciada em São Paulo e que se espalhou pelo Brasil, contribuindo para a formação de centenas de militantes cristãos que se tornaram ativistas e dirigentes sindicais. As Oposições e os Sindicatos que passaram para a direção desses militantes deram importante contribuição para o ressurgimento das lutas operárias e para a formação da CUT, em 1983. Disponível em http://www.iiep.org.br/sistema/arquivos/docs/70_po.pdf. Acesso em 14 /03/2014.

brasileira formando novos quadros de lideranças – geralmente jovens operários com certo nível de politização e um discurso afinado com o processo de transição política –, que gradativamente vão derrotando os antigos dirigentes denominados de pelegos para ascender às direções sindicais⁶⁶.

Umas das críticas que a literatura especializada na história do sindicalismo brasileiro, tem levantado em relação ao novo sindicalismo, se dá em torno da profissionalização da militância, visto que tais mudanças provocadas no interior do sindicalismo teriam permitido a continuidade da burocracia da militância tanto no campo sindical quanto no campo político-partidário. De acordo com Rodrigues:

Os benefícios proporcionados pelo trabalho da representação profissional, de onde retiram a subsistência e usufruem benefícios superiores aos que auferiam na profissão original, levam os diretores de sindicatos a se esforçarem para continuar no meio sindical, se possível ascender ou passar para outro tipo de atividade mais vantajosa, porém sem retornar ao antigo emprego. E o campo profissional mais acessível aos sindicalistas que sobem na organização sindical é o campo vizinho da política. (RODRIGUES, 2006, p. 137).

Com a profissionalização da militância e a consequente saída da fábrica, estes dirigentes estavam convictos de que parte de sua trajetória profissional poderia se desenvolver no aparelho sindical. Contudo, pode-se verificar que essa trajetória política no movimento sindical nem sempre é voluntária. Muitas vezes, a atuação no nível de direção é um caminho sem volta, pela própria impossibilidade do retorno, e pelo desemprego, que funciona como consequência quase natural da opção pela ação organizativa.

Uma vez participando de um processo político na esfera sindical e chegando às instâncias de direção, há uma tendência de permanência - a carreira sindical possibilita aos dirigentes uma série de oportunidades em uma progressão ascendente, que passa das entidades primárias, os sindicatos, para as entidades de grau superior, no caso as Federações e as Confederações, ocupando cargos no interior das mesmas perfazendo um percurso que vai de delegado sindical até o posto de presidente. Entretanto, foi com o

⁶⁶A conjuntura política que iria se formar depois do regime de exceção (1964 – 1985), contribuiu para que parte dos trabalhadores que optaram pela militância sindical, atraídos pela possibilidade de uma atuação sindical mais efetiva naquela conjuntura de ascensão do movimento, pudesse fazer carreira no sindicalismo significando para alguns, certa mobilidade social.

esgotamento do regime militar⁶⁷ na segunda década de 1970, impulsionado pelas contradições entre o real e o fictício nas propagandas oficiais – milagre econômico –, que essas lideranças iriam se fortalecer, e, é nesta crise que o movimento sindical brasileiro “renasce” com todo vigor – no primeiro momento com os metalúrgicos do ABC paulista –, e, posteriormente com o sindicalismo de classe média, destacando-se categorias de trabalhadores como: bancários, professores do ensino público e privado, profissionais da saúde e outras categorias com pouca tradição de luta. Apesar de um período de forte agitação política no movimento sindical, nota-se, porém, a inexistência de luta dos trabalhadores comerciários nos movimentos reivindicatórios, o que só viria a ocorrer a partir da primeira metade da década de 1980.

O período de efervescência do movimento sindical, denominado de novo sindicalismo, também tem como característica o crescimento do número de sindicalizados e as mobilizações das oposições sindicais na tentativa de conquistar os sindicatos das chamadas direções pelegas cuja tradição de luta era fraca ou quase que inexistente, para transformá-los em sindicatos atuantes. As manifestações dos trabalhadores, muitas das quais organizadas pelas lideranças de oposição aos seus sindicatos, conseguiram de certa forma dar uma grande contribuição para desestabilizar o regime militar, iniciando-se assim, uma peleja política que iria se alastrar por todo território nacional, contribuindo significativamente para a transição em direção de uma democracia civil.

A harmonia entre capital e trabalho, lema constante na relação entre patrões e empregados no setor do sindicalismo comerciário, teve prosseguimento durante o regime militar imposto a partir do golpe de 1964, só passando a ter uma relação conflituosa quando do ressurgimento do novo sindicalismo. Enquanto o movimento sindical combativo que havia renascido nas greves dos metalúrgicos do ABC paulista, levantava bandeiras de lutas diversas, as entidades sindicais que representavam a categoria comerciária continuavam praticamente inertes em todo Brasil. Com raras exceções, havia mobilizações localizadas. Um caso bem específico desse marasmo é o do Sindicato dos Empregados no Comércio de

⁶⁷O esgotamento do regime militar brasileiro fez emergir inúmeros públicos, até então cerceados pela censura, repressão e também pela desarticulação social. A democracia trouxe à cena social públicos com demandas estratégicas de comunicação tais como os trabalhadores, consumidores, clientes, fornecedores, comunidade, imprensa, autoridades, sindicatos, acionistas, entre outros. Disponível em <http://www.aberje.com.br/antigo/clipping/clip14.htm>. Acesso em 14/03/2014.

João Pessoa, que por quase seis décadas deu origem a uma classe dirigente que manteve uma cultura política ligada ao sindicalismo de Estado⁶⁸, visto que os benefícios da estrutura sindical vigente lhes asseguravam um conformismo, impossibilitando a luta de classe e consequentemente a possibilidade de uma aliança entre capital e trabalho.

Afastados dos movimentos sindicais atuantes, ou seja, do sindicalismo em que predominavam os conflitos de classe, e, apresentando-se com um discurso “apolítico”, a direção do Sindicato dos Empregados no comércio de João Pessoa, mantinha com a categoria patronal uma aproximação que os levava a passividade, cujo slogan era: Capital e Trabalho, um não vive sem o outro. Este era o discurso defendido pela CNTC e a central sindical a qual o sindicato era filiado, a USI, demonstrando uma grande harmonia na prática conservadora de se fazer sindicalismo⁶⁹.

O motivo que levaria a categoria comerciária a manter-se pouco simpatizante aos movimentos grevistas e reivindicatórios, tem como uma das justificativas a prática que seus representantes nas direções dos sindicatos mantiveram durante décadas, levando uma clara ilusão aos trabalhadores no comércio de que sindicato ideal é aquele que oferece serviços assistencialistas – médicos, dentistas, salão de beleza, serviços laboratoriais, assessoria jurídica e outros - aos seus associados.

Filiado a CNTC e a FECONESTE, conforme a estrutura sindical vigente, o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, mantinha as diretrizes sindicais de acordo com as orientações estabelecidas pelas entidades superiores, chegando a participar da fundação da USI⁷⁰ -, central sindical criada no ano de 1985, com o propósito de combater os ideais defendidos pelas centrais sindicais já existentes e que vinham atuando no movimento sindical de forma ativa, mobilizando diversas categorias de trabalhadores.

⁶⁸BOITO JUNIOR, Armando: O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical, Editora da Unicamp/ Editora Hucitec, 312 páginas, 1991.

⁶⁹No caso dos comerciários de João Pessoa, os dirigentes do Sindicato que há décadas se revezavam no poder mantendo-se na resistência a mudanças e distante de todo e qualquer movimento que os levassem a integração com outras categorias de trabalhadores, predominavam as práticas do sindicalismo oriundos do sistema sindical da chamada era Vargas: corporativismo, assistencialismo aos associados e um conservadorismo político.

⁷⁰Sobre a fundação da USI, ver COSTA, Silvio. Tendências e Centrais Sindicais: o Movimento Sindical Brasileiro de 1978 a 1994. (p.221,222). São Paulo, editora Anita Garibaldi; Goiânia. Editora da Universidade de Goiânia, 1995. “Em 25 de setembro de 1985, alguns dirigentes sindicais ligados às confederações e federações fundam a União Sindical Independente, que é instalada publicamente dia 23 de novembro em um encontro de sindicalistas arquipielegos, sendo vários deles interventores nas entidades e nomeados no período da ditadura militar. São, principalmente ligados à área de trabalhadores no comércio”.

A partir do exposto, pode-se constatar que as direções dos sindicatos dos trabalhadores no comércio em sua grande maioria, têm se destacado pela rejeição a luta sindical em que haja confronto com a classe patronal, defendendo uma solução pacífica nos conflitos de classes entre capital e trabalho, acreditando nas negociações diretas e quando não resolvidos, os conflitos teriam um final feliz na Justiça do Trabalho.

O novo sindicalismo iria dar um grande impulso ao movimento sindical brasileiro na segunda metade da década de 1970. Entretanto, é a partir da década de 1980, que algumas lideranças de trabalhadores no comércio despertam para um sindicalismo combativo, criando as oposições e participando das eleições em suas bases. Os comerciários de Fortaleza, Natal, Salvador e Vitória do Espírito Santo, destacam-se como pioneiros nas conquistas das direções de suas entidades de classe, derrotando os chamados “pelegos” que há décadas presidiam aqueles sindicatos⁷¹. É com a ascensão desses novos dirigentes que surgem as primeiras greves de trabalhadores comerciários, muitas das quais contra grandes *magazines* e supermercados: o fato de que estes empreendimentos comerciais aglomerarem em seu interior um grande número de funcionários contribui para a organização dos movimentos paretistas, mesmo que de curta duração.

A ausência nas lutas, o afastamento político-sindical para com outras categorias de trabalhadores, o discurso ideológico contra as manifestações reivindicatórias e a prática de cunho predominantemente assistencialista da direção do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, iria se confirmar durante as paralisações nacionais organizadas pelas centrais sindicais principalmente nas greves gerais de 1986 e 1987, quando a oposição comerciária conseguiu mobilizar a categoria durante as assembleias do sindicato. Ao se manter afastados da luta por melhores condições de trabalho para a classe trabalhadora, aqueles dirigentes procuravam demonstrar para a classe patronal que o importante era a manutenção da aliança entre patrões e empregados.

Inconformados com o imobilismo predominante em seu sindicato, um grupo de comerciários orientados por partidos políticos como: o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), além de pessoas independentes conseguiram

⁷¹Em 1982, duas chapas disputaram a direção do sindicato dos comerciários de Vitória, a chapa 2 elegeu-se com mais de 80% dos votos. O Sindicato torna-se um dos precursores do Novo Sindicalismo no Espírito Santo. Os comerciários de Fortaleza formaram a primeira oposição comerciária no ano de 1983, entretanto só conseguiram chegar ao poder no ano de 1987, com a segunda oposição comerciária.

formar uma chapa de oposição – “uma senhora chamada Glorinelza resolveu fazer parte da chapa de oposição (...), nós perdemos as eleições e ela sumariamente foi demitida”⁷² -, para concorrer nas eleições do sindicato no ano de 1986. Entretanto o processo eleitoral foi marcado por denúncias e ações na Justiça para que a chapa 2, tivesse garantido o seu direito de concorrer ao pleito.

A oposição comerciária de João Pessoa, ao conseguir fazer o registro de chapa, mesmo recorrendo a Justiça do Trabalho, surge como um reflexo do novo sindicalismo, que já havia criado ramificações em todo território nacional e teria dado grande contribuição para a mudança de uma cultura política, na base da categoria. De acordo com a matéria *Comerciários elegem amanhã a nova diretoria com 2 chapas*, publicada no jornal *A União*:

Pela segunda vez, será realizada amanhã no período das oito às 17 horas, a eleição para a diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa. Na primeira, segunda feira passada, o pleito foi adiado em virtude da falta de quórum (...). Duas chapas concorrem à eleição sendo, sendo a primeira denominada “Progresso”, liderada por Wilson Galvão e a outra intitulada “Muda, Comerciário”, encabeçada por Wilson Quirino. Esta é apoiada pela oposição e a outra é defendida oficialmente pela direção da entidade.

A inscrição de duas chapas só foi conseguida após os componentes da Oposição “Muda, Comerciário”, terem se esforçado para mantê-la em condições de concorrer. É que os integrantes da 1, apoiada pela diretoria do Sindicato, entrou com recurso na Delegacia Regional do Trabalho na Paraíba requerendo a impugnação, sob o argumento de que existiam irregularidades que impediam o ato. Porém, a DRT-PB deferiu o pedido da chapa oposicionista. (*A União*, 07 set. 1986: 14).

Registrada a chapa, os oposicionistas tinham agora um grande desafio: convencer aos associados que o modelo de sindicalismo praticado pela direção da categoria já estava esgotado e que as mudanças políticas daquele período exigia um novo sindicalismo, classista e de luta. As eleições ocorreram mesmo que de forma conflituosa e como era de se esperar a chapa de oposição foi derrotada.

⁷² Entrevista com José Nilson, em 18/12/2013.

De acordo com a matéria publicada no Jornal A União, que tinham a seguinte chamada: Após doze anos sem eleição, comerciários escolhem nova diretoria do Sindicato dando vitória a chapa 1.

Depois de doze anos sem haver eleição, o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, contando com mais de quatorze mil associados elegeu ontem a Chapa Um encabeçada por Wilson dos Anjos Galvão com oitocentos e setenta e oito votos contra trezentos e quarenta e dois votos adquirido pela Chapa de número dois encabeçada por Wilson Quirino da Silva.

(...) De acordo com o pronunciamento do presidente eleito, ele fará um Sindicato livre, honesto e democrático e suas propostas de trabalho já estão fixadas, “Continuaremos com o trabalho que vinha sendo realizado, faremos uma luta maior em prol dos comerciários, criaremos mais assistência ao comerciário e acredito que juntos iremos fazer um novo sindicato”. (A União, 10 set.1986: 7).

Com relação à matéria publicada no referido jornal durante as eleições para a direção do Sindicato dos comerciários, é preciso que se façam algumas considerações. Primeiro: depois de doze anos sem haver eleição, o Sindicato dos Comerciários de João Pessoa, realizava uma nova eleição. É importante dizer que as eleições só ocorreram devido ao falecimento do presidente Francisco de Melo que há anos dirigia a categoria comerciária. Segundo: a matéria cita que o sindicato tinha quatorze mil associados e apenas 1220 associados participaram das eleições – somando-se 878, que votaram na Chapa 1 e 342 associados que votaram na Chapa 2. A confusão se dá pela inexistência de *quórum*⁷³ caso o sindicato tivesse mesmo o número de associados acima citado. Talvez a matéria fizesse referência ao número de trabalhadores na base territorial do sindicato na época⁷⁴. Terceiro: mesmo não conseguindo êxito a chapa de oposição conseguiu uma votação razoável, devido à dificuldade de se fazer oposição em uma categoria que apresentava baixo índice de politização. Quarto: no discurso do presidente eleito, há certa

⁷³Menor número de pessoas necessário para que haja uma votação. Disponível em http://www.dicio.com.br/quorum_2/. Acesso em 13/02/14.

⁷⁴Atualmente, o número de trabalhadores na base territorial do sindicato conta com aproximadamente 40 mil comerciários e o número de sócios tem uma alternância entre 5 mil à 6 mil sindicalizados. Informações prestadas pelo presidente da FETRACOM PB/RN, Sr. João de Deus dos Santos em 19/10/2013.

dúvida quanto às administrações anteriores – Sindicato livre, honesto e democrático -, contradizendo-se na continuação do discurso ao afirmar que daria continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado, inclusive ampliando o assistencialismo. O surgimento da oposição comerciária em João Pessoa acendeu um sinal de alerta na diretoria do sindicato levando à adesão a greve geral de dezembro de 1986, mesmo que de forma acanhada e puxada pelos oposicionistas.

Na Paraíba, a greve geral deflagrada em 12 de dezembro de 1986, que havia sido articulada pelas centrais sindicais CUT e CGT, contra o segundo plano econômico do Governo Sarney - o Plano Cruzado 2 -, contou a participação de quase todas as categorias de trabalhadores. A participação do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa se dá por dois motivos; a adesão a nível nacional da USI, central sindical a que estava filiado e as manifestações puxadas pela oposição sindical, que mesmo perdendo as eleições daquele ano, mantinha-se ativa no movimento. É verdade que houve a adesão do sindicato dos comerciários, no entanto não houve qualquer pressão para que a classe patronal fechasse as portas das lojas, o que ocorreu devido às mobilizações organizadas por outras categorias de trabalhadores.

A participação dos comerciários nos conflitos de classe até então, havia se caracterizado como de práticas sindicais quase sempre pacíficas: convocando assembleias específicas para celebrações de acordos coletivos; aprovação das contas dos anos anteriores; fazendo denúncias nos jornais de circulação local – não existia jornal ou panfleto, ou qualquer informativo no sindicato para informar os planos de luta para a categoria -; homenageando membros do parlamento e do poder executivo - visando chamar atenção da população e dos trabalhadores, como se aquelas homenagens tivesse grande importância para a categoria comerciária - e muitas vezes utilizava a sede da entidade para atos religiosos, organizando missas e cultos em memória de alguns dirigentes, datas comemorativas, e, ou contra as ameaças de desemprego durante qualquer período de crise econômica. Na sequência a seguir, as fotos comprovam como era o comportamento dos dirigentes do Sindicato dos Comerciários de João Pessoa. Alheia a luta de classe e ao envolvimento com outras categorias de trabalhadores, aqueles dirigentes procuram uma aproximação com as autoridades políticas, prestando-lhes homenagens, enquanto

realizavam cultos e missas na entidade para induzir os trabalhadores ao comportamento pacífico e conciliatório com a classe patronal⁷⁵.

Foto 3 - Homenagem ao Ministro do Trabalho Fernando Nóbrega/1959.



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Comerciários de João Pessoa.

⁷⁵ A prática conservadora dos dirigentes do Sindicato dos Comerciários pode ser sintetizada na fala da Socióloga Patrícia Viera Trópia, quando de uma manifestação dos empregados no comércio na cidade de São Paulo, ocorrida no final de maio de 1999. De acordo com a autora: “contra o fechamento de três grandes magazines e a consequente ameaça de desemprego, quando cerca de 500 comerciários reuniram-se no centro de São Paulo para orar pelo emprego e pedir a liberação de um empréstimo para salvar a rede Mappin da falência. (TRÓPIA, 2000, p. 87).

3.4 – Eleições de 1989: o fim de um longo período

As eleições do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa no ano de 1989 ocorreram de forma tumultuada. Não tão diferente do que ocorreu em 1986, os dirigentes que administravam a entidade fizeram de tudo para que a chapa de oposição não fosse registrada, contrariando os preceitos da Constituição Brasileira promulgada no ano anterior. Entretanto, bem mais articulada do que a oposição de 1986 e coordenada pela CUT, a segunda oposição comerciária consegue obter êxito nas eleições interrompendo várias décadas de um sindicalismo alheio a luta de classe e comprometida com os interesses da classe patronal.

“Naquela época representou um grande avanço. O Sindicato dos comerciários da Paraíba, a base territorial era todo estado, era comandado há muitos anos pelo mesmo grupo de pessoas, diretamente ligadas ao patronato, escolhidas a dedo por este, além da íntima ligação com os pensamentos da ditadura militar, que acabara de ser debelada. Houve a primeira e inédita mobilização grevista da categoria”.⁷⁶

Ainda de acordo com César Augusto Mello:

A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, as eleições sindicais deixaram de ser realizadas sob o controle do Ministério do Trabalho. Todo o processo eleitoral deverá estar previsto no Estatuto Social do Sindicato e, obviamente, deverá conter regras eleitorais democráticas, que possibilitem a ampla participação dos trabalhadores da respectiva categoria.

Qualquer mecanismo que iniba a inscrição ou participação no processo eleitoral de chapa opositora será nulo de pleno direito, podendo ensejar, por parte de quem for prejudicado, ação de anulação das eleições ou de cláusulas do Estatuto irregular. (MELLO, p.14).

Em setembro de 1989, essa relação pacífica entre a classe patronal e a classe trabalhadora começa a se distanciar a partir da eleição de uma nova diretoria para o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, posto que a mesma tinha raízes

⁷⁶ Entrevista com Paulo Rodrigues da Silva, em 12/03/2014. O entrevistado participou da oposição comerciária de 1986, foi militante da Causa Operária e hoje é simpatizante do PSTU.

ideológicas dentro do sindicalismo liderado pela CUT. O acirramento entre patrões e empregados no comércio da capital paraibana, pode melhor ser observado já nos primeiros meses de administração da nova diretoria e posteriormente com a greve dos comerciários no ano de 1990.

Com a posse da nova diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, a categoria começa a se fortalecer na luta contra a exploração a que estava submetida, chegando a atrair um grande número de filiados a partir da expansão da base territorial, uma vez que comerciários de outras cidades vizinhas e até mesmo do alto sertão da Paraíba, filiaram-se a entidade. Outra mudança importante pode ser constatada com a aproximação com outras diretorias de sindicatos combativos, resultando na articulação com o Sindicato dos Motoristas no Estado da Paraíba para planejar a greve de 1990.

Do lado patronal, esta nova conjuntura política que se estabelece a partir de outubro de 1989, cria uma série de mudanças em suas entidades de representação. Dirigentes sindicais que representavam essas categorias classistas são substituídos por novas mentalidades, os embates são acirrados desde o parlamento municipal, passando pelas mesas de negociações até chegar à justiça do trabalho e até mesmo a justiça comum.

As oposições comerciárias que se formaram a partir de 1986, para combater os sindicalistas que administravam a entidade da categoria na Grande João Pessoa, tinham como justificativa o combate ao não ativismo político-sindical daqueles dirigentes e a falta de comunicação para com os trabalhadores do comércio.

Ao falar sobre a oposição comerciária em João Pessoa, José Nilson faz a seguinte afirmação:

Eu era gerente das Lojas Aki Discos e senti que o sindicato aqui dos comerciários em João Pessoa, era uma direção que não vinha mais condizendo com os interesses dos trabalhadores comerciários. Então, saí sozinho no comércio, entregando um panfletozinho nas lojas tentando formar uma oposição comerciária, e conseguimos com muito sacrifício, com muita luta, conseguimos.⁷⁷

A justificativa pela ausência de greves no segmento do comércio, quase sempre tem sido atribuída ao comodismo dos dirigentes sindicais quando se compara com outras categorias de trabalhadores. Em relação a aproximação na lutas gerais da classe trabalhadora com outras categorias, o seguimento do sindicalismo comerciário mantinha-se afastado dos demais dificultando a integração com o sindicalismo combativo. Tal atitude justificava a concordância entre os novos sindicalistas de que o peleguismo sindical desta categoria se dava devido a estrutura sindical vigente, que possibilitou as diretorias destes sindicatos certa acomodação e consequentemente ao afastamento dos conflitos de classe.

O Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, tem sido um modelo de sindicalismo de Estado, alheio as lutas reivindicatórias, e, por mais de seis décadas apresentou-se como um sindicato voltado para o assistencialismo, com pouca e quase inexistente participação da categoria nas paralisações organizadas pelas centrais sindicais, o que teria levado ao conformismo e a relação pacífica entre capital e trabalho. Relação esta, que toma uma nova forma a partir da posse da nova diretoria em outubro de 1989, culminando com a greve dos comerciários de 1990.

Para que haja a deflagração de um movimento grevista, é preciso que inexista entre uma das partes em conflito a recusa em negociar. Foi o que aconteceu com os comerciários de João Pessoa na greve de 1990, que iria dar origem ao primeiro conflito de classe entre capital e trabalho na Grande João Pessoa, rompendo com a relação habitual de harmonia entre patrão e empregado, já que as reivindicações da classe trabalhadora não foram atendidas. As mudanças de atitudes dos novos diretores do sindicato nas mesas de negociações coletivas, deram respaldo para a categoria deflagrar a greve de 1990. No dizer do presidente do sindicato, João de Deus:

⁷⁷ Entrevista com José Nilson, em 18/12/2013.

A direção do sindicato chegou para fazer diferente, então com aquela subserviência da direção passada, chegando a direção nova, o patronal ficou um pouco, querendo se manter na sua arrogância, querendo impor posição e a direção do sindicato sentiu a necessidade de fazer a diferença nós temos que cortar o cordão umbilical, sindicato precisa disso cortar o cordão umbilical, então nós fomos para cima, primeiro tinha dois salários, a categoria tinha dois salários e aí a primeira luta foi derrubar esses dois salários e permanecer com um salário, e o salário maior, salário único para toda categoria porque todo mundo tem o mesmo bucho, todo mundo precisa ter o mesmo salário se você faz a mesma coisa, a mesma tarefa, o mesmo trabalho então como o patronal na época era muito arrogante, aí não teve outra alternativa foi a direção chamar uma greve e aí a direção, uma direção política, uma direção inteligente, fez uma articulação com o sindicato dos rodoviário, foi uma greve de dois dias, uma greve é, com muitas ameaças por parte do patronal, mas a direção do sindicato autônoma, leal ao que veio fazer comprou a briga, foi a luta, fez a greve e saiu vitoriosa a partir dali o sindicato passou a ser respeitado pela classe patronal e também pela classe trabalhadora⁷⁸.

Desde o surgimento do movimento sindical na Europa do século XIX, o movimento grevista, tem se constituído como uma forma encontrada pelos trabalhadores para barganhar direitos antes lhes negados pela classe patronal, tais greves se manifestaram como de curta ou de longa duração, dependendo basicamente da orientação do comando do movimento. No caso brasileiro, com raras exceções, o movimento grevista tem se apresentado como de longa duração entre os trabalhadores de órgãos públicos – talvez pela estabilidade no emprego -, enquanto que na iniciativa privada o movimento tende a ser de curta duração, com algumas exceções. Entretanto, quando tratamos da categoria comerciária percebe-se um comportamento particular predominante nas direções de suas entidades, o de que qualquer tipo de greve deve ser orientado como um movimento pacífico e ordeiro.

O evento ocorrido em João Pessoa no ano de 1990, pode ser considerado como um fato histórico no sindicalismo comerciário paraibano, em razão de que o mesmo nasce das transformações ocorridas no seio do novo sindicalismo, surgido na segunda década de

⁷⁸ Entrevista com João de Deus, em 19/10/2013.

1970, no ABC paulista pelos metalúrgicos daquele Estado. Duas décadas depois, com a posse de uma direção sindical ligada a Central Única dos Trabalhadores a categoria comerciária de João Pessoa consegue encerrar um longo período de administração de um modelo sindical iniciado ainda na Era Vargas, voltado para o assistencialismo e alheio a luta de classe.

As relações nas negociações coletivas entre os dirigentes do sindicato dos comerciários e os dirigentes do sindicato patronal durante as décadas anteriores, pouco ou em nenhum momento nos pareceu ser questionada, uma vez que, a fragilidade dos dirigentes em organizar a categoria comerciária, teria sido fruto de um processo histórico, originado no sindicalismo varguista, em que privilegiava-se uma harmonia entre patrões e empregados, tendo como base a colaboração de classe e como resultado a despolitização e falta de conscientização, entravando a lutar por melhores salários e melhores condições de vida para a categoria. No entanto, as mudanças provocadas com o “novo sindicalismo”, deram um grande impulso nos movimentos sociais, que de acordo com Giovanni Alves:

A ascensão do sindicalismo, o despertar da “sociedade civil”, dos “novos movimentos sociais”, se utilizarmos uma expressão tão cara na época, caracterizam o ocaso do bonapartismo militar. O resultado político imediato, num cenário de renascimento do movimento sindical e popular, é o “Movimento das Diretas Já” – um processo político que, apesar da participação operária e popular maciça, esteve sob a hegemonia de uma burguesia liberal insatisfeita com os rumos da crise do padrão de acumulação capitalista no país. (ALVES, 2000, p. 112).

Mantendo uma tradição de resistência à renovação e à integração sindical com outras categorias, os dirigentes que se revezaram no sindicato dos empregados no comércio de João Pessoa, fomentaram uma prática sindical restrita ao assistencialismo com uma forte tendência ao conservadorismo político, procurando distanciar-se da luta e dos sindicatos combativos. Entretanto, a mudança de cultura política com a posse da nova diretoria, pode ser observada a partir de posições tomadas já no primeiro momento com uma aproximação com outras categorias de trabalhadores, filiação a CUT, política de sindicalização em massa, expansão da base territorial, participação nos movimentos sociais, tentativa de

acabar com as práticas do assistencialismo no sindicato e divulgação de atividades junto a categoria, entrando em contradição com o comodismo político-sindical aparente das diretorias anteriores.

Em nosso trabalho, observamos que as diretorias dos sindicatos de comerciários que aderiram ao novo sindicalismo têm encontrado dificuldades de se livrar de uma prática herdada do sindicalismo varguista: o assistencialismo. Estes sindicatos tornaram-se verdadeiros mini-hospitais, substituindo o papel do Estado para com seus associados. As novas lideranças, desde o princípio pautaram suas ações na tentativa de fortalecer a conscientização de classe, procurando fomentar na categoria um ideal pela luta geral dos trabalhadores, na tentativa de pôr um fim na prática assistencialista desenvolvida nas entidades, tentando transformá-las em espaços de reivindicações e lutas da categoria.

Alheio a luta sindical e desprovida durante décadas, de lideranças que pudessem mobilizar seus companheiros e representantes de classe para o enfrentamento com a classe patronal, garantindo-lhes melhores condições de vida e de trabalho, os trabalhadores no comércio herdaram uma cultura do velho sindicalismo de que sindicato forte é aquele que fornece assistência médica, dentária e jurídica. Por isso é comum encontramos nos sindicatos de empregados no comércio, ambulatórios médicos, dentistas, pequenas cirurgias e até mesmo salão de beleza aos quais apenas os filiados têm acesso. No entender de Gilvandro Francisco da Silva:

[] até hoje a CLT tem onde deve ser investido o dinheiro da contribuição sindical urbana para o imposto sindical no mês de março, são obrigatórias até hoje diz, então a partir daí o que é que aconteceu o sindicalismo se tornaram oficiais, perderam a vertente de ser um sindicalismo de luta, de conquistas e defesa dos direitos dos trabalhadores para ser uma entidade assistencialista, para prestar assistência social, assistência funeral, assistência festiva, assistência médica-odontológica, tirando um pouco inclusive, tirando um pouco da obrigação do estado de fornecer saúde boa, de qualidade e barata, transferiu para os sindicatos A partir daí o que é que aconteceu o sindicalismo se tornaram oficiais, perderam a vertente de ser um sindicalismo de luta, de conquistas e defesa dos direitos dos trabalhadores para ser uma entidade assistencialista, para prestar assistência social, assistência funeral, assistência festiva, assistência médica-odontológica, tirando um pouco inclusive, tirando um pouco da

obrigação do estado de fornecer saúde boa, de qualidade e barata, transferiu para os sindicatos e aí não que não seja importante ter assistência, mas o assistencialismo é exatamente quando você substitui a luta, por direitos de conquistas sociais e econômicas, você substitui tão somente para prestar a assistência social à saúde ao lazer substituindo inclusive a própria obrigação do estado.⁷⁹

A construção dessa greve, assim como os antecedentes que levaram a mesma, só pode ser compreendida a partir de um estudo em que se busque entender a mudança de cultura política dos sindicalistas que se aproximaram do movimento sindical combativo, durante o contexto histórico do chamado novo sindicalismo.

3.5 – Os desafios do poder: entre as rupturas e as permanências

Quando analisamos a bibliografia recorrente a história do movimento sindical brasileiro, observamos que o mesmo só conseguiu retomar o fôlego como um sindicalismo combativo, a partir do final da década de 1970, passando a ser caracterizado como um movimento de renovação devido à forma de luta e combatividade diante da classe patronal e dos governantes, o que justifica a denominação de novo sindicalismo. No entanto, as mudanças introduzidas no novo sindicalismo não conseguiram romper de vez com o sindicalismo burocrático que se originou na primeira década de 1930, mantendo-se atrelado à estrutura sindical corporativista.

Apontaremos como reflexo das mudanças no cenário político sindical brasileiro, o surgimento de novas lideranças, que ao contrário dos dirigentes sindicais denominados de pelegos, participaram ativamente da vida política nas lutas gerais da classe trabalhadora, contrapondo-se aqueles sindicalistas – há exceções - que preferiam ficar nas salas dos sindicatos tratando de questões meramente burocráticas. Entre essas novas lideranças que começaram a desenvolver trabalhos de base passando a manter um contato mais próximo com a classe trabalhadora, fazendo discursos nas portas dos locais de trabalho, distribuindo panfletos, participando de cursos de formação sindical e travando uma luta mais organizada contra a classe patronal, destaca-se o ex-metalúrgico e ex-presidente do Brasil, Luís Inácio

⁷⁹ Entrevista concedida por Gilvandro Francisco da Silva, em 09/04/2014.

Lula da Silva. No entanto, as transformações sindicais que surgiram com o novo sindicalismo, não conseguiram romper com algumas práticas do sindicalismo varguista, e, dentre as permanências poderíamos destacar o assistencialismo que ainda é muito presente nos sindicatos, principalmente os da categoria comerciária.

A manutenção de uma tradição de resistência à renovação e à integração sindical com outras categorias de trabalhadores, prática comum entre as direções que se revezaram no Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, fomentaram uma cultura política restrita ao assistencialismo com uma forte tendência ao conservadorismo político, procurando distanciar-se da luta sindical e dos movimentos sindicais combativos.

Ao assumir a direção do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa em outubro de 1989, os novos dirigentes convocaram a categoria para discutir sobre algumas cláusulas existentes no acordo coletivo celebrado entre patrões e empregados. O que mais incomodava a categoria comerciária era o salário de ingresso. Havia no acordo coletivo dois pisos salariais: nos primeiros seis meses de carteira assinada, o trabalhador comerciário receberia um salário mínimo e só após completar o período estabelecido no emprego é que passaria a receber o salário do comércio. Em novembro do mesmo ano, a direção do sindicato iniciava uma negociação coletiva com a classe patronal para o fim do salário de ingresso, e, depois de algumas mesas redondas as duas partes chegam a um acordo, acabando de vez com a cláusula que estabelecia dois pisos salariais na categoria. No mesmo ano, inicia-se o processo de extensão da base territorial da categoria, passando o sindicato a incorporar em sua base social trabalhadores do comércio em cidades onde não havia sindicatos organizados.

Com esta iniciativa, o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa consegue estender sua base territorial, saindo da Grande João Pessoa para chegar até o alto sertão da Paraíba. No entanto, uma das atitudes tomadas pela nova direção e que se tornou bastante desgastante para a diretoria, foi a de tentar acabar com o assistencialismo. Na tentativa de diminuir os custos para tentar dar encaminhamentos voltados para a política sindical mais atuante junto aos trabalhadores, a nova direção do sindicato tomou a decisão de fechar o laboratório de análises clínicas e de extinguir o laboratório odontológico. No entanto, houve uma reação dos associados contrários às decisões da categoria. Tal reação iria provocar um entrave, devido à resistência dos sindicalizados e as ações na Justiça do

Trabalho provocada pelo sindicato dos odontólogos. Apesar de uma diretoria composta por militantes de diversos partidos de esquerda, havia um discurso contrário ao fim do assistencialismo, principalmente de militantes do PC do B, que se diziam contrários a demissão de companheiros trabalhadores. Outra discussão que os sindicalistas da categoria comerciária tem levantado, diz respeito a regulamentação da categoria comerciária como profissão. Durante décadas os trabalhadores do comércio a nível nacional têm lutado mesmo que de forma acanhada pela valorização e a regulamentação da profissão. Na conjuntura atual, a CONTRACS, entidade filiada à CUT, tem intensificado entre os seus sindicatos filiados uma luta contra as horas-extras e contra a flexibilização da jornada de trabalho.

Não é de hoje que os trabalhadores no comércio têm enfrentado em seu cotidiano uma quantidade alarmante de problemas que vão desde as péssimas condições de trabalho, o descumprimento da legislação trabalhista, a exploração expressiva da força de trabalho e em muitos casos o famoso caixa dois, quando são obrigados a assinarem em seus contracheques o recebimento de uma determinada quantia como salário, no entanto, o que recebem é uma quantia inferior ao assinado. Trata-se de uma irregularidade trabalhista difícil de ser solucionada, já que o próprio trabalhador ao assinar o contracheque dificulta a inspeção realizada pelos fiscais do trabalho e o acompanhamento dos dirigentes sindicais. São muitas irregularidades, que vão desde a função declarada para a ocupação de um cargo na empresa, e a forma de pagamento como as comissões que na maioria das vezes são declaradas em seus contracheques com valores superiores ao recebido na prática.

Os problemas encontrados pelos dirigentes sindicais no comércio de João Pessoa têm sido um empecilho na luta pelos direitos da categoria, visto que tais problemas têm sido encarados pela própria categoria como parte de seu cotidiano o que dificulta a mobilização em buscar seus direitos através do confronto com a classe patronal, mesmo no período da convenção coletiva.

A partir do exposto, observamos que ao assumir a direção do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa os novos dirigentes passaram a adotar uma postura de sindicalismo de luta, seguindo as orientações da CUT, contrastando com outros sindicatos da mesma categoria em grandes cidades brasileiras - que assistiam a um enfraquecimento da luta sindical, ou permaneciam alheios as lutas reivindicatórias -, estes

novos atores sindicais assumem uma postura de atuação política quando levam para a categoria comerciária, não só a resistência e as formas de exploração a que estavam submetidos pela classe patronal, bem como pelo fortalecimento das práticas grevistas e da participação efetiva nas lutas gerais dos trabalhadores, ou ao filiar a entidade a uma central sindical de luta à CUT, e engajar-se em movimentos políticos do chamado campo da esquerda, como na eleições para presidente de 1989, quando assumiram o apoio à candidatura do petista Luís Inácio Lula da Silva, a presidência da República.

As primeiras medidas tomadas pela nova diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, já mostrava que a partir daquele momento as relações com a classe patronal tenderiam a ser diferente daquelas mantidas em décadas anteriores – acabar com o salário de ingresso e expandir a base territorial da categoria -, medidas estas, que contemplaria um contingente maior de trabalhadores no comércio, visto que, apenas os comerciários da grande João Pessoa, tinham direitos às conquistas durante as negociações coletivas de trabalho, demonstra uma mudança de cultura política.

Por conseguinte, poderemos acrescentar que a expansão das atividades econômicas na cidade, com inaugurações de *shoppings centers*, e, em particular com o crescimento do setor terciário, deslocando-se do centro da cidade para grandes bairros – Mangabeira, Manaíra e Av. Epitácio Pessoa -, bem como para municípios vizinhos – Cabedelo, Bayeux e Santa Rita, tornar-se-ia um desafio a mais para esses sindicalistas na tentativa de consolidar a luta da categoria. A pressão exercida sobre a categoria comerciária os obrigava ao enfrentamento político com a classe patronal através de reivindicações trabalhistas contra a exploração a que estavam submetidos, o que resultaria em um novo redirecionamento das relações entre capital e trabalho, fruto de uma nova força organizativa desses trabalhadores.

Como um dos atos de mudança de cultura política entre os dirigentes comerciários de João Pessoa, podemos acrescentar um dado importante a presença constante desses novos dirigentes sindicais em atividades gerais convocadas por outras categorias. A luta pela reposição das perdas salariais, em virtude da política recessiva aplicada pelos últimos governos, bem como contra a flexibilização tanto do horário de abertura do comércio, quanto da jornada de trabalho, acrescido das demissões no setor, além de outras

irregularidades trabalhistas, tem mobilizado os dirigentes da categoria que reunidos em encontros e congressos da CONTRACS, procuram reagir a este tipo de exploração.

Outra grande dificuldade que os dirigentes sindicais da categoria comerciária encontram é a convivência com uma falta de identidade de classe entre os trabalhadores do comércio⁸⁰. A falta de uma identidade de classe na categoria comerciária se dá devido a uma grande variedade de fatores. O setor terciário é dividido por ramos de comércio – empregados em farmácias, *magazines*, supermercados, frigoríficos, concessionárias de veículos, lojas de conveniências e ainda lojas de pequenos e grandes portes, a rotatividade no emprego durante os períodos de pouca venda, o que causa demissões e as crises econômicas que atingem principalmente o setor terciário, responsável direto pela venda, visto que é neste ramo de atividade que o produto final chega às mãos dos consumidores o que provoca o fechamento de vários estabelecimentos comerciais, aumentando as irregularidades trabalhistas, o que favorece a precarização do trabalho e consequentemente diminui o poder de luta da categoria comerciária. Contudo, foi durante o período de maior refluxo do movimento sindical combativo que a categoria comerciária em algumas cidades brasileiras despertou para um sindicalismo combativo, aproximando-se de categorias de trabalhadores com tradição de luta e rompendo com uma cultura política que há décadas mantinha uma aliança entre capital e trabalho. A atuação política desses novos dirigentes do sindicato dos comerciários de João Pessoa, se dá através das manifestações políticas em favor dos movimentos sociais e das campanhas de sindicalização em massa, ações jurídicas, distribuição de panfletos em portas de lojas, expansão da base territorial e filiação a uma central sindical como a CUT, que durante aquele contexto histórico, apresentava-se como a mais representativa da classe trabalhadora. De acordo com a historiadora Isabel Aparecida Bilhão:

⁸⁰Ver Isabel Bilhão: Temos certa ilusão de que os oprimidos se unem independentemente das suas tensões e diferenças. Existem diversos trabalhos que mostram as rivalidades entre os escravos brasileiros. Aquela ideia um tanto novelesca, daquela massa homogênea de escravos que sofre e se une para lutar e fazer quilombo, isso também existe com o operariado e suas lideranças. Como se o simples fato de querer uma vida melhor elimine as tensões e rivalidades do dia-a-dia e isso não acontece. Primeiro: o que é uma sociedade melhor? Depende de como cada tendência ideológica enxerga essa sociedade do futuro. Existem diferenças de ponto de vista. Mais que isso: para se chegar a essa sociedade melhor, qual o caminho a seguir? Existe uma série de diferenças conforme a tendência ideológica desses grupos. Disponível em: <http://www.conexaociencia.jex.com.br/estante/historiadora> busca entender a formação da identidade de classe.

Os estudos mais recentes sobre o mundo do trabalho vêm demonstrando a necessidade de se pensar as vivências operárias com base não apenas no locus de produção, mas também em seus ambientes de moradia e de sociabilidade. Além disso, esses estudos apontam que é necessário trabalhar com noções como as de cultura, de tradição, de costumes e de comunidade... (BILHÃO, p. 219).

No novo cenário do movimento sindical brasileiro – (1986 – 1993) -, a direção do sindicato dos comerciários de João Pessoa se apresentava com uma nova feição, quando tenta manter uma aproximação com a base, isto fica claro quando da campanha de sindicalização. Para conseguir um maior número de comerciários filiados, a entidade passou a investir recursos em campanhas de conscientização da categoria, realizando seminários e cursos de formação político-sindical em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores.

Não ficando só no discurso panfletário, o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, pretendia convencer toda categoria de comerciários filiados ou não de que a sindicalização em massa poderia representar um maior poder de barganha durante as negociações coletivas com a classe patronal o que resultaria em ganhos concretos para os trabalhadores no comércio.

Dentre as principais reivindicações, durante as negociações com a classe patronal poderemos destacar o fim do salário de ingresso, quando os patrões pagavam o salário mínimo aos comerciários novos na empresa, durante os seis primeiros meses, isto facilitava a rotatividade, visto que o custo benefício para a classe patronal seria vantajoso quando da indenização trabalhista. A reposição de perdas salariais, em virtude das políticas econômicas recessivas aplicadas pelos últimos governos (Sarney e Collor de Mello), também fizeram parte do plano de luta do sindicato, assim como contra a flexibilização da jornada de trabalho, tanto na abertura do comércio sem negociação prévia entre patrões e empregados, quanto ampliação da jornada de trabalho.

Ao configurar-se como um sindicato atuante e combativo no início dos anos 1990, a categoria comerciária obteve consideráveis ganhos, tanto políticos quanto econômicos. Do

ponto de vista político o sindicato dos comerciários passou a ter um maior respeito pela classe patronal que via nos novos dirigentes um grupo de pessoas mais preparada durante as negociações coletivas de trabalho. Já no campo econômico os acordos coletivos trouxeram algumas conquistas para a categoria na década de 1990, quando os comerciários de João Pessoa, chegaram a ter o maior salário entre as capitais do Nordeste.

A retomada pela campanha da Semana Inglesa foi outro momento de conflito entre as classes patronal e de trabalhadores, posto que a abertura do comércio aos domingos e feriados gerou grande impasse. De um lado, os patrões tentavam convencer não só os comerciários, assim como a sociedade, o parlamento e o executivo sobre a necessidade da abertura do comércio aos domingos e feriados, argumentando sobre geração de empregos e o desenvolvimento da cidade. De outro, os trabalhadores que resistiam à medida denunciando a exploração trabalhista, argumentando contra o aumento da jornada de trabalho e os baixos salários, levando os sindicalistas a tentarem negociar uma forma de resolver o problema. O problema da abertura do comércio aos domingos e feriados, e da flexibilização do horário de trabalho gerou muita discussão e denúncias na imprensa escrita que circulavam na grande João Pessoa, cujo objetivo maior era conscientizar a população sobre a exploração capitalista, a qual os comerciários estavam submetidos, assim como pressionar os poderes públicos sobre o descumprimento das leis trabalhistas por parte da classe patronal.

Inaugurando uma nova forma de atuação sindical, os novos dirigentes do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, a partir da vitória nas eleições de 1989, passaram a administrar a entidade procurando uma maior aproximação com a categoria. A firmeza nas atuações políticas sindicais levou a categoria comerciária a ter uma maior aproximação com o sindicato, isto pode ser constatado com o aumento do número de associados presentes nas eleições. É relevante destacar que nas direções do Sindicato dos Comerciários praticamente inexistiu renovações de gestão durante o período em questão⁸¹.

⁸¹ Dos diretores eleitos nas eleições de 1989, apenas um (Jacinto Vitorino), continua na direção atual, contrariando o discurso de que há uma perpetuação no poder quando se chega ao sindicato. Mesmo conseguindo estabilidade enquanto diretor de uma entidade classista como o sindicato, a maioria dos antigos diretores optaram por outras atividades profissionais ao não permanecer como sindicalistas, enquanto outros ao conseguirem a aposentadoria se afastaram do movimento.

“O Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, historicamente Cutista, enfrentou em sua recente eleição dia 5 de setembro a oposição de uma chapa da Força Sindical. A chapa 1 – Avante Comerciários da CUT venceu a eleição com 78,5% dos votos mostrando o comprometimento do sindicato e de seu envolvimento com a base. Ao todo foram 1.716 votos para a chapa 1 contra 429 votos para a chapa opositora, da Força Sindical”⁸².

⁸²Comerciários da CUT vencem eleição em João Pessoa (PB). Chapa 1 derrotou Força Sindical com 78,5% dos votos. Disponível em <http://www.cut.org.br/destaque-central/53139/comerciarios-da-cut-vencem-eleicao-em-joao-pessoa-pb>. Acesso em 08/04/2014.

Capítulo IV – Patrões e Empregados: a mudança de uma relação no comércio de João Pessoa e os conflitos de classe.

4.1– A Luta pela Semana Inglesa e as novas relações de trabalho

Para que seja inserida em uma pesquisa, as ações que certos atores sociais desenvolveram durante um determinado contexto histórico, é preciso que o pesquisador faça uma transcrição de uma série de documentos que envolva o seu objeto de estudo. É a partir destes documentos deixados por esses atores sociais – transformados em fontes –, que depois de analisados, cabe ao historiador dar sentido para essas ações, ao observar sua relevância para a historiografia, e depois tirar conclusões para que possamos compreender o significado das mesmas durante o recorte temporal estudado. Entretanto, é por intermédio dos documentos produzidos que poderemos encontrar situações de aprendizagem de um grupo, o que contribui para a formação de certa cultura a partir da experiência humana compartilhada, ao confirmar ou instaurar novos símbolos, novos costumes, novos comportamentos e significados. Os documentos produzidos podem desvendar como as manifestações sociais tendem a ter diversos significados para o pesquisador quando analisados a partir da ótica de quem está pesquisando.

A importância de um trabalho científico tem a ver também com o trato que o pesquisador deve ter para com os documentos, na tentativa de se revelar como um determinado acontecimento pode se configurar em um fato histórico. Neste tratamento com o uso das fontes históricas, merece destaque: o uso dos documentos oficiais como as Atas.

De acordo com Nora (1981), nas Atas, poderemos encontrar um lugar da memória, visto que são elaboradas a partir de reuniões promovidas por entidades com participação coletiva, onde se revela a história de um grupo com registros formais de seus interesses. A utilização de documentos oficiais do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa em nossa pesquisa – Atas de Assembleias Gerais, fotografias, boletins informativos, convenções coletivas e outros –, tem um significado de grande importância para compreendermos a cultura política que conseguira dar um direcionamento nas lutas reivindicatórias do movimento sindical da categoria comerciária, no território paraibano

durante décadas, e, como essa mudança de comportamento, a partir de 1989, teve influência nas relações entre patrões e empregados deste importante setor da economia paraibana.

A partir do mês de outubro de 1989, as relações entre patrões e empregados no comércio de João Pessoa começam a passar por uma mudança radical. A classe patronal altera o seu comportamento em relação aos novos dirigentes sindicais representantes da categoria comerciária. As negociações coletivas⁸³, antes tidas como um simples acordo entre as partes e sem discordância dos antigos dirigentes, passam então por um processo de acirramento com ameaças de greves e mobilizações frequentes junto aos empregados no comércio. A relação amistosa entre patrões e empregados do comércio de João Pessoa durou décadas até que foi interrompida a partir daquele momento. No livro de Atas das assembleias gerais do sindicato dos comerciários pode-se confirmar a boa relação entre patrões e empregados:

[...] depois de feita a leitura pelo secretário o Presidente passou a palavra ao advogado do Sindicato Sr. João Fernandes de Carvalho, para melhor esclarecer as razões da assembleia, autorizar a Diretoria do Sindicato, a entrar em entendimento com as classes patronais para firmar acordo de aumento salarial, com a palavra o Sr. **Dr. João Fernandes de Carvalho, esclareceu que na conformidade do Art. 612 da CLT, o acordo firmado pelo sindicato e as classes patronais só tinha valor com a aprovação da Assembléia e era o que estava se fazendo no momento porque o aumento era baseado nos índices fornecidos pelo Departamento Nacional de Salários, o que tinha mais a fazer era aprovar o que todo ano se faz** as cláusulas que são formuladas para expor aos empregadores com isso adquirindo melhores condições de trabalho para nossos associados, **o relatório elaborado pela diretoria do sindicato era os mesmo dos anos anteriores que em vista de ser cláusulas aceita pelos empregadores e vários anos já se tornaram jurisprudência para a Justiça do Trabalho**⁸⁴, [...] (Grifo nosso).

83 Sobre as negociações coletivas ver artigo de Arnaldo Mazzei Nogueira. Disponível em www.ead.fea.usp.br/wpapers.

⁸⁴ Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, no dia 19 (dezenove) de junho de 1976 (Hum mil novecentos e setenta e seis) às 21:00 (vinte e uma) horas em 2ª (segunda) convocação).

Ao observar o esclarecimento do Sr. João Fernandes de Carvalho⁸⁵, advogado do sindicato, de que a Assembleia que havia sido convocada era para simplesmente confirmar um acordo entre as partes – patrões e empregados -, não havendo a necessidade de qualquer discussão, visto que o Departamento Nacional de Salários já havia estabelecido o índice a ser aplicado na correção dos vencimentos dos comerciários⁸⁶. A partir do exposto, observamos que a finalidade de uma Assembleia Geral na categoria, se dava necessariamente devido o Artigo 612 da CLT, que estabelecia apenas o “consentimento” dos trabalhadores na celebração do Acordo Coletivo de Trabalho, já em relação às cláusulas sociais, se estas já haviam se tornado jurisprudência, então para que rediscuti-la?

A nova direção do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa que toma posse no mês de outubro do ano acima citado, já nasce dentro do espírito do sindicalismo cutista, e, pela forte ligação com o sindicalismo combativo vai fazer com que as relações entre patrões e empregados antes tidas como harmônicas, a partir daquele momento, tenderiam a passar por uma série de mudanças e, em muitos casos chegando à radicalização. Estávamos passando por um período de redemocratização, e mesmo assim o ativismo político da CUT, era alvo de temor pela classe patronal devido sua capacidade em mobilizar os trabalhadores dos sindicatos a ela filiados.

Ao assumir a direção da entidade, os novos dirigentes do sindicato dos comerciários de João Pessoa, iniciaram uma campanha contra a extensão da jornada de trabalho no comércio da cidade, denominada de “Semana Inglesa”. Adormecida durante a década de 1970, a campanha coordenada pelos dirigentes do sindicato tinha como objetivo o fechamento do comércio aos sábados à tarde, domingos e feriados.

⁸⁵ O Sr. João Fernandes de Carvalho foi presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, entre 1969/1972. Atualmente é diretor do SESC Rio Branco no Estado do Acre.

⁸⁶ Na verdade, a Ditadura militar além de perseguir violentamente grande parte das lideranças sindicais de todo Brasil, depondo diretorias que não simpatizasse com o regime. Utilizou algumas medidas de controle sobre os sindicatos como a implantação de uma política salarial, em que passou a ditar anualmente qual o índice de reajuste salarial deveria ser repassado aos trabalhadores, proibindo que patrões e empregados pudessem selar acordos ou convenções coletivas que fossem contrárias ao índice estipulado pelo governo. Só em outubro de 1984, quando dava seus últimos suspiros foi decretada a Lei nº 7.238, que fixava o reajuste em 100% do INPC para os vencimentos de até três salários mínimos e de 80% do INPC para os acima desse patamar, sendo que a diferença de 20% poderia ser negociada entre empregados e patrões. Abrindo pela primeira vez a possibilidade, mesmo que limitada da livre negociação.

A implantação da chamada “Semana Inglesa” no comércio de João Pessoa, era uma reivindicação antiga da categoria profissional no município, cuja reivindicação culminou em vários pleitos na década de 1980, junto aos governantes que estiveram administrando a Prefeitura da Capital. No entanto, até aquele momento as tentativas haviam sido infrutíferas, e, já na década de 1990, a diretoria do sindicato através de uma grande mobilização junto aos trabalhadores, tentaram a implantação da mesma por meio de uma emenda popular a Lei Orgânica Municipal a ser elaborada naquele ano. Para se alcançar o sucesso da campanha em torno da emenda, era preciso que se fizesse uma grande movimentação junto ao Poder Constituinte, no propósito de que lhes garantiria a tão sonhada regulamentação do horário de abertura e fechamento do comércio da capital paraibana.

A campanha pela implantação da chamada “Semana Inglesa”, ganhou as ruas com a divulgação de panfletos⁸⁷ convocando os trabalhadores no comércio para a luta contra a exploração a que estavam submetidos, visitas as lojas, mesas de negociações com a classe patronal e um abaixo assinado para uma emenda popular junto ao parlamento municipal, durante a elaboração da Lei Orgânica do município e mesmo assim não conseguiram surtir os efeitos esperados. Os argumentos utilizados pela classe patronal, era o de que o crescimento do comércio em João Pessoa já não se sustentaria com uma campanha ultrapassada como a chamada “Semana Inglesa”, visto que a classe empresarial estava investindo na cidade com a construção de grandes supermercados, magazines e até *shoppings centers*⁸⁸. Vale salientar que a chamada “Semana Inglesa”, já havia sido instituída com o decreto municipal no ano de 1957 e jamais colocado em prática pelos empresários do comércio de João Pessoa.

A adoção no comércio da chamada “Semana Inglesa”, isto é, o fechamento dos estabelecimentos comerciais a partir do meio-dia dos sábados e nos domingos o dia todo, data de medidas tomadas pelo governo Vargas, que queria atrair os empregados do comércio para o seu projeto político populista. Entretanto, a classe patronal não cumpria,

⁸⁷ OLIVEIRA, Roberto Veras de. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da UFPB, com defesa em 1994. (A Experiência CUT e a Questão da Participação no Imaginário dos Militantes que atuam na Paraíba. Durante nossa pesquisa não encontramos as primeiras versões em preto e branco do referido jornal. O Jornal O Cochicho é trimestral com tiragem de 3 a 5 mil exemplares/ditado há 3 anos/panfletos. ANEXO 2.

⁸⁸ O Manaíra Shopping foi inaugurado em 1989.

obrigando os trabalhadores no setor do comércio a estenderem o seu expediente até o final da tarde e parte da noite durante os sábados, e aos domingos em Bairros em que predominava a tradição das feiras-livres. Tal atitude dos empresários, vai fazer com que a maioria dos dirigentes de sindicatos de empregados no comércio de todo Brasil passassem a utilizar-se de um discurso com matérias pagas nos periódicos locais, denunciando as lojas que não cumpriam o decreto. Era uma tentativa de se buscar uma punição por parte do gestor municipal para os que não cumpriam a lei. Em João Pessoa o discurso utilizado pelos dirigentes que estavam no sindicato da categoria há décadas não foi diferente daquilo que estava ocorrendo em outras cidades brasileiras, ou seja, as dificuldades para cumprir as obrigações fiscais e trabalhistas devido a diminuição das vendas durante o fechamento do comércio no horário estabelecido pela “Semana Inglesa”.

Na tentativa de combater a insistência da classe patronal em manter os seus estabelecimentos comerciais abertos depois do meio dia do sábado, os sindicalistas procuravam deixar claro que a reivindicação dos trabalhadores comerciários se fazia dentro da ordem e da lei. Isto é, dentro de grande espírito de harmonia com a classe patronal. Na capital paraibana, poucos estabelecimentos comerciais – apenas os de pequeno porte que comercializavam materiais de construção - haviam adotado o fechamento do comércio aos sábados após o meio-dia. Por essa razão, os dirigentes do sindicato, seguindo orientações da CNTC, passaram a distribuir panfletos na tentativa de estender a medida para todo o comércio varejista ou atacadista, cujo *slogan* era: sábado à tarde, domingos e feriados não. Entretanto, tal movimento não teve uma mobilização efetiva junto à categoria. O processo, se resumia aos dirigentes que estavam à disposição do sindicato, que além de inseguros quanto às reivindicações da categoria, ainda agiam de forma não transparente ao firmarem negociações paralelas com empresas de grande porte. Foi o que ocorreu com a empresa Bomprego S/A no ano de 1978, conforme o Livro de Atas:

[...] Continuando, mandou que o secretário fizesse a leitura do Edital para os presentes, que depois de lido esclareceu que a Assembléia ora em realização é para dar conhecimento a todos, do acordo de compensação de horas, proposto pela firma, [...] seguindo-se explicou ainda que conforme relação, os 110 (cento e dez) funcionários estava divididos em 3 (três) turmas, “A” “B” “C”, dizendo que a turma “B”, das segunda as

quartas – feiras, das 12:30 (doze e trinta) às 15:30 (quinze e trinta) e 16:30 (dezesesseis e trinta) às 11:30 (vinte e uma e trinta) horas, **de quintas aos sábados de 12:30 (doze e trinta) às 15:30 (quinze e trinta) e de 17:00 (dezesete) às 22:00 (vinte e duas) horas, [...]**⁸⁹ Grifo nosso).

Como se vê, enquanto o sindicato tentava mostrar para a categoria que havia um movimento em defesa da chamada “Semana Inglesa”, por outro lado, fazia negociações paralelas com empresas de grande potencial econômico, permitindo a extensão da jornada de trabalho até às 22h00min horas. O não ativismo político e a falta de uma liderança capaz de mobilizar a categoria comerciária, fez com que este tipo de campanha não surtisse efeito. Havia a falta de uma sintonia com a categoria para a causa, o que a deixava alheia quanto às reivindicações propostas pelo sindicato. Apenas os seus representantes, que estavam à disposição da entidade, se apresentavam para negociar com a classe patronal, e cobrar dos gestores públicos, através dos periódicos, ações para que houvesse o cumprimento da lei. No entanto, a partir de 1989, a campanha pela implantação da chamada “Semana Inglesa” volta para o palco das discussões com a classe patronal.

No ano de 1990, a Câmara Municipal de João Pessoa começa a elaborar a Lei Orgânica Municipal. Acreditando ser esta a hora de se concretizar o sonho de se implantar a chamada “Semana Inglesa” no setor do comércio, os dirigentes do sindicato dos comerciários de João Pessoa iniciam uma campanha junto à categoria e através de um abaixo assinado. Os comerciários conseguiram levar até o poder legislativo municipal uma emenda popular. Apesar de ser uma das poucas emendas apresentadas para apreciação dos vereadores durante a elaboração da Lei Orgânica Municipal, esta foi rejeitada pela relatoria da Comissão de Sistematização, como afirma a matéria do Jornal Correio da Paraíba.

A emenda é uma das poucas que foram enviadas por entidades populares, apenas duas chegaram na Câmara Municipal e foi subscrita por um total de 979 comerciários, quando para ser considerada emenda popular necessitava de 300 assinaturas. Apesar de representar pequena participação da população nos trabalhos dentro do processo de elaboração da nova Lei Orgânica do Município de João

⁸⁹ Ata da Assembleia Geral Extraordinária com os empregados da Firma: Bompreço S/A – a Av. Epitácio Pessoa 1450, realizada no Ginásio do SESC, a rua Dez. Souto Maior, 281, em 20 de agosto de 1978).

Pessoa, a proposta apresentada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio foi rejeitada pela relatoria da Comissão de Sistematização. (Jornal Correio da Paraíba, João Pessoa, 03 de Março de 1990, Grifo nosso).

A rejeição da emenda, serviu para aumentar ainda mais o acirramento das discussões entre patrões e representantes dos empregados no comércio da capital paraibana, tanto no plano judiciário, para que houvesse o cumprimento da lei, quanto no legislativo e, no executivo para que se pudesse chegar a um consenso. Um dos aspectos que deve ser levado em consideração, é que a implantação da chamada “Semana Inglesa” não significaria necessariamente em um aumento de encargos trabalhistas para a classe patronal. Além disso, não diminuía as horas trabalhadas pelos empregados, já que a diferença de horário que se verificava com o fechamento ao meio-dia de sábado, seria compensada com a extensão do horário nos demais dias da semana⁹⁰, em conformidade com as exigências estabelecidas nas leis que regulamentava as relações de trabalho. Tal medida visava apenas dar um descanso maior aos trabalhadores no comércio, desgastados com os esforços repetitivos durante a semana, não prejudicando em hipótese alguma os negócios deste setor econômico. Em matéria publicada no Jornal Correio da Paraíba, o presidente do Sindicato dos Comerciantes esclarece:

O Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, João de Deus, afirmou ontem que a implantação da “Semana Inglesa” na capital não trará prejuízos para a população e o comércio de João Pessoa. [...]

O líder sindical disse que a “Semana Inglesa” é uma campanha nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores no comércio e trata-se de um movimento contrário ao trabalho noturno, aos sábados à tarde, domingos e feriados.

[...] Francisco de Assis Ferreira, que trabalha como comissionado em um dos estabelecimentos comerciais da Capital concorda com o presidente do seu Sindicato. Segundo ele, quando a Semana Inglesa for implantada, os consumidores se acostumarão com o horário regulamentando até às 12 horas para o funcionamento do comércio. “A partir de então, eles irão fazer suas compras no sábado pela manhã ou durante a semana”. Disse o

⁹⁰ Neste caso, as portas do comércio não seriam fechadas entre 12h00minhs e 14h00minhs. Havendo a compensação das horas nos sábados a partir do meio dia.

comerciário. (Jornal Correio da Paraíba, João Pessoa, 07 fevereiro de 1990).

Já os representantes da classe patronal do comércio de João Pessoa se posicionavam contra a implantação da chamada “Semana Inglesa”, eles alegavam que o fechamento do comércio aos sábados à tarde, era um atraso e que deveria ser combatido até mesmo por outras categorias de trabalhadores, uma vez que grande parte da população, principalmente a de pessoas de menos recursos, dispunham apenas daquele horário para realizar suas compras. Ainda de acordo com aqueles dirigentes, a tentativa dos dirigentes do sindicato dos comerciários se tornaria impraticável, em face da alta tributação que estes empresários tinham que cumprir junto ao Estado, bem como para manter em dia os salários de seus empregados, o que resultaria na abertura de seus empreendimentos por um espaço de tempo maior no intuito de saldar seus compromissos.

[...] Para os presidentes da Federação dos Diretores Lojistas da Paraíba, Antonio Vicente da Silva e do Sindicato dos Lojistas do Comércio de João Pessoa, José Marconi Medeiros, a Câmara Municipal de João Pessoa, ao rejeitar as propostas que estabeleciam a chamada “Semana Inglesa”, agiu com sensatez e equilíbrio, preservando, sobretudo, direitos da classe comerciária e evitando que a capital paraibano sofresse um retrocesso de cinquenta anos. (Jornal Correio da Paraíba – João Pessoa, 05 de março de 1990).

Outra justificativa apresentada pelos representantes de sindicatos e associações da classe patronal, era de que a implantação da chamada “Semana Inglesa”, tenderia a ser altamente prejudicial para os empresários do comércio como um todo. Os empresários já vinham lutando com grandes dificuldades para cumprir os inúmeros encargos de toda ordem, o que dificultava o funcionamento normal de seus estabelecimentos.

A elaboração da nova Lei Orgânica Municipal, contou apenas com duas emendas populares, dentre as quais uma encaminhada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa através de um abaixo assinado com 979 assinaturas pela implantação da chamada “Semana Inglesa”. Esta tentativa foi frustrada no parlamento mirim da cidade, quando apenas doze vereadores dos dezenove que compunham a Casa, votaram a favor da

emenda, enquanto cinco, votaram contra, havendo uma abstenção. Ressalta-se, porém, para que a emenda fosse aprovada era necessário do voto de treze parlamentares favoráveis, dos dezenove que compunham a Casa. No entanto, apesar de ter a maioria dos votos a emenda não foi aprovada, visto que para atender aos interesses da classe patronal, os votos dos cinco vereadores contrários ao projeto e uma abstenção aniquilaram o sonho da categoria comerciária.

A atitude dos parlamentares contrários ao projeto dos comerciários de João Pessoa, levou a Câmara Municipal instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apurar as denúncias de que alguns desses vereadores teriam negociado com a classe patronal a obtenção de recursos para o projeto de reeleição dos mesmos. De acordo com matéria publicada no Jornal Correio da Paraíba:

Os trabalhos de elaboração da futura Lei Orgânica Municipal poderão ser suspensos por alguns dias, para que **a Mesa Diretora da Casa apure e esclareça as denúncias que dão conta da cooptação e corrupção de alguns vereadores situacionistas que teriam recebidos “propinas” objetivando a aprovação ou rejeição de dispositivos contrários aos interesses de setores da sociedade, entre eles os lojistas das Capital.** Ontem a oposição, por intermédio do vereador Potengy Lucena (PMDB), sugeriu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara, com poderes para punir os possíveis envolvidos até mesmo com a cassação do mandato. (Jornal Correio da Paraíba, João Pessoa, 22 de março de 1990. Grifo nosso).

Como se vê, conforme a matéria publicada no periódico acima citado, alguns vereadores da capital paraibana foram alvos de denúncias. Houve suspeita de que eles praticaram corrupção e receberam “propinas” dos empresários para inviabilizar os projetos de interesse da sociedade. No momento da retomada da campanha pela implantação da chamada “Semana Inglesa”, os dirigentes do sindicato dos comerciários haviam realizado uma grande mobilização, junto aos empregados no comércio, na tentativa de sensibilizar a maioria dos vereadores pela causa da categoria. Alguns vereadores chegaram a se comprometer na defesa do projeto. Entretanto, no dia da votação dos dezenove, apenas doze cumpriram o que haviam prometido enquanto os outros 7, mantiveram uma postura de atrelamento com a classe patronal votando contra os interesses dos trabalhadores.

A votação da emenda que implantava a chamada “Semana Inglesa” no comércio de João Pessoa, foi muito tumultuada desde o primeiro momento. A expectativa aumentou devido à data escolhida. Os vereadores escolheram o sábado à tarde para discutir e aprovar a emenda. Esta manobra visava diminuir a presença de comerciários nas dependências da Câmara e impedir que houvesse uma grande mobilização por parte do sindicato junto a categoria. Tal tentativa não surtiu os efeitos esperados por alguns membros do parlamento. O que se viu foi a presença de um grande número de comerciários naquela casa chegando a incomodar até mesmo o presidente da Câmara, que havia apresentado uma emenda para substituir a que havia sido enviada pelo sindicato. De acordo com matéria do Jornal Correio da Paraíba, constata-se o tumulto:

[...] A votação prevista para começar às 15 horas iniciou-se com mais de uma hora de atraso, encerrado-se duas horas depois. Toda a discussão em torno do dispositivo aconteceu sob clima bastante tenso, onde vereadores, representantes da classes lojistas e comerciários lotaram todas as cadeiras e corredores do plenário municipal.

Durante a discussão da matéria um dos representantes do sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, Francisco de Assis, foi expulso do plenário pelo presidente da Câmara Municipal, vereador Carlos Gláucio (PL). É que a Mesa Diretora da Casa concedeu um espaço na tribuna para que um representante do Sindicato dos Lojistas, o presidente Marconi Medeiros se pronunciasse quando consta no Regimento Interno da Assembléia Municipal Constituinte que apenas o autor da emenda e os vereadores é que podem usar a palavra. Francisco de Assis gritou que o Regimento estava sendo ferido, sendo então expulso pelo vereador. (Jornal Correio da Paraíba, João Pessoa, 05 de março de 1990. Grifo nosso).

Ao quebrar o Regimento Interno da Assembleia Municipal Constituinte, quando o presidente da Casa, cedeu espaço para que um representante dos lojistas fizesse esclarecimentos contrários à emenda popular dos comerciários, isto teria causado uma repercussão negativa para os trabalhadores ali presentes, e, ao tentar contestar o erro cometido pelo presidente da Câmara Municipal, o comerciário Francisco de Assis teve que ser retirado de um espaço público denominado de Casa do Povo. “(...) esse vereador, o

Gláucio, ele encampou a emenda, mas com um pé de um lado e outro pé do outro, só querendo agradar aos comerciários porque ele tirou votos da categoria”.

Mesmo com uma grande mobilização da categoria, inclusive com forte presença dos comerciários no dia da votação, para pressionar os vereadores, o movimento fracassou. Os comerciários ali presentes passaram a gritar palavras de ordem contra os parlamentares que ajudaram a derrotar a emenda da categoria.

[...] Estiveram em votação duas emendas onde era solicitada a “Semana Inglesa”, uma proposta popular, a do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa e a outra elaborada pelo parlamentar Carlos Gláucio. A primeira teve nove votos a favor e nove contra, enquanto que a segunda não foi aprovada pois, **cinco vereadores votaram contra, Fabiano Vilar (PDS), Durval Ferreira (PRN), Heraldo Teixeira (PFL), Nivaldo Manoel (PFL) e Severino Ramos (PDT). O vereador Paulo Gadelha (PFL) se absteve de votar.** Após a votação esses vereadores saíram do plenário diante dos gritos dos comerciários que os chamavam de “ratos”. (Jornal Correio da Paraíba, João Pessoa, 05 de março de 1990. Grifo nosso).

De acordo com a matéria acima citada, os vereadores: um do PDS, um do PRN, um do PDT e três do PFL, teriam prejudicado a emenda popular apresentada pelo sindicato dos comerciários. A categoria foi prejudicada e em contrapartida os interesses dos lojistas foram atendidos irritando os comerciários presentes que os chamaram de “ratos”. Derrotados no parlamento, os comerciários viam-se agora pressionados pela classe patronal pela abertura do comércio aos domingos e pela extensão do horário de trabalho em supermercados e magazines, visto que o decreto assinado pelo Presidente Collor beneficiava os empregadores⁹¹.

⁹¹ DECRETO No 99.467, DE 20 DE AGOSTO DE 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso IV, da Constituição e nos termos do art. 10, parágrafo único, da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, DECRETA:

Art. 1º Fica facultado o funcionamento aos domingos do comércio varejista em geral, desde que estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, respeitadas as normas de proteção ao trabalho e o art. 30, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Do ponto de vista econômico, a principal argumentação levantada pelos empresários se baseava na geração de emprego e renda para o estado e o município. Para os comerciários, os principais argumentos se baseavam no descanso das extensas horas trabalhadas e a necessidade do convívio com a família e o lazer.

Torna-se importante observar que no tocante a atividade econômica, a abertura do comércio no final de semana só traria benefícios para as grandes empresas. Para os proprietários de pequenos estabelecimentos, os custos operacionais aumentariam e isso provocaria incerteza nos respectivos lucros.

De acordo com a legislação brasileira, a proibição do funcionamento do comércio aos domingos havia sido aprovada no ano de 1949, mantendo-se inalterada até o ano de 1990. Foi quando o presidente Collor de Mello assinou uma nova lei permitindo o funcionamento do comércio aos domingos, desde que houvesse acordo estabelecido entre patrões e empregados, sendo necessário que houvesse a regulamentação através de uma lei municipal.

As mudanças provocadas pelo processo da globalização mudaram radicalmente as relações de trabalho, os *shoppings centers* se expandiram, grandes lojas ou *magazines* conseguiram se adequar a nova realidade comercial. Por sua vez, o consumidor passou a ter como positivo a abertura do comércio aos domingos e feriados. Enquanto isso, para os trabalhadores do comércio o aumento da exploração do trabalho, principalmente com as horas extras forçadas, se tornaram alvos de novas denúncias junto aos seus órgãos de classe.

A flexibilização dos horários de trabalho passou a ser moda nas mesas de negociações coletivas entre patrões e empregados, e, foi se impondo no mundo neoliberal. Esse processo foi sendo inserido pela pressão do livre comércio, do aumento do lucro das empresas e da concorrência entre si, e acabou inviabilizando a volta de uma nova campanha pela implantação da “Semana Inglesa”. Os trabalhadores passaram a encampar uma nova

luta, liderada pelas principais centrais sindicais, que visava à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

As primeiras eleições presidenciais após vinte anos de ditadura militar consagraram um presidente adepto do neoliberalismo. Poupanças foram confiscadas, salários foram achatados e a economia passava por um momento de incerteza. Geralmente, em toda crise econômica, os trabalhadores têm sido os primeiros prejudicados, com o aumento do desemprego, aumento das horas trabalhadas para suprir a necessidade do trabalhador demitido, péssimos salários e precárias condições de trabalho. Ao sindicato cabe a mobilização da categoria para o fortalecimento nas negociações coletivas.

Com as novas transformações no mundo do trabalho, uma das categorias que têm apresentado dificuldades nas negociações coletivas é a dos comerciários. Isso ocorre, principalmente, pela presença de trabalhadores terceirizados exercendo atividades que antes pertenciam aos empregados das empresas. Além disso, com a chamada flexibilização do horário de trabalho, muitos trabalhadores têm se queixado dos chamados bancos de horas⁹². Sendo assim, restaram aos trabalhadores o aumento da exploração com excessiva carga horária e aos sindicatos continuarem reivindicando durante as negociações coletivas, melhores condições de trabalho e remuneração para os seus representados.

Foi neste contexto histórico de mudanças e incertezas, e que para alguns estudiosos o novo sindicalismo já apresentava uma acentuada crise⁹³, que a direção do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa passou a realizar uma série de mesas de negociações com a classe patronal para celebrar um acordo coletivo de trabalho,

⁹² O chamado Banco de horas é um sistema de flexibilização da jornada de trabalho diária que possibilita a posterior compensação de horas trabalhadas a mais ou a menos, é uma possibilidade admissível de compensação de horas, vigente a partir da Lei 9.601/1998. Informação obtida através do site: <http://www.hagah.com.br>.

⁹³ Na contramão da crise em que a literatura especializada discorria sobre o novo sindicalismo, a categoria comerciária em alguns estados, iniciava um processo em direção ao sindicalismo combativo. Em 09 de setembro de 1987, a Secretaria de Política Sindical da CUT reuniu os sindicatos de comerciários do Piauí, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina para formar uma comissão provisória com o objetivo final de criar o Departamento Nacional de Comerciários, o DNC, embrião da Contracs/CUT. A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT (Contracs) realizou de 7 a 10 de novembro de 2011 seu 8º Congresso Nacional com o lema “Reafirmando a história de luta em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio e serviços” em Guarapari, no Espírito Santo. Participaram dos três dias de congresso sendo 156 mulheres (38,5%) e 249 homens. Disponível em <http://www.contracs.org.br/conteudo/33/historico>. Acesso em 18/05/2014.

extinguindo o piso de ingresso e ampliando às cláusulas sociais. Ao tratar da crise do novo sindicalismo (FRANÇA, 2013), faz o seguinte comentário:

No entanto, o que quero salientar de antemão é que quando a literatura especializada caracteriza a década de 1990 como uma década de crise do sindicalismo brasileiro, o faz tendo em mente aqueles sindicatos que conseguem minimamente organizar a sua categoria, a influencia e conseguem - quando assim desejam – mobilizar, ao menos, parte de sua base. Enfim, a tão propalada crise de que se fala é a crise daquilo que ficou conhecido como *novo* sindicalismo, que de forma arrebatadora fez parte do cenário brasileiro nos anos 1980. (FRANÇA, 2013, p. 12).

Tendo como data base o mês de julho de 1990, os comerciários de João Pessoa não conseguiram obter êxito nas negociações. A classe patronal utilizava um discurso – apropriado para a data-base –, de que o comércio passava por dificuldades econômicas devido à implantação do Plano Collor, e que não poderia atender as reivindicações dos trabalhadores. A data base dos comerciários coincidia com a dos empregados em transporte rodoviários do Estado da Paraíba, ambos filiados à CUT.

Os rodoviários que também receberam uma resposta negativa dos empresários de transportes coletivos de João Pessoa, mobilizaram-se para pressionar seus patrões e articulados com os comerciários deflagram uma greve conjunta em represália às atitudes da classe patronal⁹⁴. A recusa em atender as reivindicações dos trabalhadores ali representados por sua entidade de classe, no caso o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, iria levar os comerciários ao acirramento dos ânimos e consequentemente à greve de 1990. A Ata de Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato apresenta as seguintes justificativas para a declaração da greve:

Ata: Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e noventa, na sede deste sindicato, à Av. General Osório, nº 199/201, realizou-se uma Assembléia Geral Extraordinária em segunda convocação

⁹⁴ OLIVEIRA, Roberto Veras de. (Op. Cit) Em 90 houve uma articulação entre rodoviários e comerciários que resultou na condução conjunta de suas Campanhas Salariais e na realização de uma greve unificada. (Por 2 dias). p. 362. ANEXO 2.

às 20:00 horas, já que a primeira não houve Quorum legal, convocada por Edital publicitário no Jornal Correio da Paraíba do dia 23 de Junho de 1990, com a seguinte ordem do dia: 1º) Apresentação e discussão da contraproposta patronal, instauração de Dissídio Coletivo no TRT, com ou sem greve; 2º) Encaminhamento da Campanha Salarial /90. [...] o Presidente iniciou os informes lamentando a não celebração de acordo na DRT o qual foi malgrado coma **intransigência dos patrões representantes das suas entidades sindicais que não apresentaram propostas concretas às nossas reivindicações, simplesmente provocaram a categoria obreira com a proposta de adiamento das negociações para o dia 05 de julho de 1990.** [...] Nos encaminhamentos foi aprovada a proposta de que a greve seria iniciada no dia 02 de julho do corrente caso os patrões não apresentassem propostas convincentes até o dia 1º de julho antes da Assembléia Geral a se realizar as 20:00 horas, convocada por esta Assembléia. [...]. (Grifo Nosso).

4.2 – Comerciais em Greve

Ao longo dos séculos, a greve tem sido utilizada como um dos recursos para aqueles que quando veem seus direitos negados, se voltam contra os exploradores, depois que suas reivindicações deixam de serem atendidas, depois de vencidas todas as tentativas de negociação. É bem verdade que a greve, em si, pode causar alguns transtornos, seja em qual instância for. Do ponto de vista econômico, pode significar em perdas, tanto para a classe patronal quanto para o Estado, que pode ter diminuída a sua arrecadação. Já em relação aos trabalhadores, quando não atendidas suas reivindicações, correm o risco de ter descontos em seus salários dos dias parados, assim como, a ameaça do desemprego. De acordo com Noronha:

No seu conjunto, as greves dificilmente contêm apenas um significado. No Brasil elas revelam um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político, explosão de demandas reprimidas durante os anos de autoritarismo e estratégias de consolidação de novas lideranças sindicais (NORONHA, 1991, p, 96/97).

Como se sabe, a maioria das reivindicações do movimento sindical, tem sido na busca da recuperação das perdas salariais, em função das evidentes perdas salariais durante as últimas décadas. No entanto, algumas dessas reivindicações também têm sido contra as más condições de trabalho, a intensificação do ritmo de produção ou pela redução da jornada de trabalho. De todo

modo, as elaborações dessas pautas tende a expressar demandas relativas ao mundo do trabalho como um todo.

Nas últimas décadas a participação de diversas camadas da sociedade brasileira nos movimentos sociais, pode ser compreendida como um processo de conscientização em busca de uma sociedade mais justa. Isto também aponta que, salvo algumas exceções, grande parte da sociedade já não considera a greve como “coisa de desocupados”. Porém há de se ressaltar que nos meios de comunicação ainda existem aqueles que continuam a fazer comentários inclusive depreciativos contra o movimento grevista.

Hoje, apesar de comentários distorcidos de algumas figuras que compõem a mídia brasileira, grande parte da sociedade entende quando a luta é justa. Isto se comprova no apoio recebido por diversos seguimentos de trabalhadores entre os quais alguns setores do funcionalismo público estadual, em particular a categoria dos professores. No entanto, há de se entender que o movimento grevista ainda não é aceito por uma parcela da sociedade brasileira e, até mesmo por alguns seguimentos da classe trabalhadora, partidários de um ideal de que não precisaríamos de greves⁹⁵. Contudo, quando esgotada as possibilidades de negociação e a greve torna-se necessária, é preciso que a mesma seja levada a sério expondo para todos, os verdadeiros motivos que têm levado os trabalhadores a decretar o movimento paredista.

Não diferente do que ocorria com outras categorias de trabalhadores, principalmente aos que aderiram ao sindicalismo cutista, a categoria comerciária passou a ter um sindicato mais atuante, o que iria gerar conflitos de classe entre patrões e empregados. Estes conflitos se estendem por toda base da categoria representada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, fazendo com que a classe patronal passasse a articular a criação de sindicatos nas principais cidades do brejo e do sertão paraibano. No entanto, o acirramento mais representativo foi sem dúvida a greve dos comerciários que ocorreu em João Pessoa no ano de 1990. A foto a seguir, mostra o momento decisivo da categoria comerciária reunidos em assembleia para deflagrar a greve histórica de 1990.

⁹⁵ Cultura política adquirida através do sindicalismo varguista, em que predominava a harmonia entre capital e trabalho.

Fotografia 4 - Assembleia para decidir sobre a greve de 1990.



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Comerciantes de João Pessoa.

A greve dos comerciantes, realizada conjuntamente com a categoria de motoristas de ônibus do Estado da Paraíba, torna-se um marco histórico. Há um rompimento na harmonia entre capital e trabalho costurado pelo sindicalismo de Estado há várias décadas. E foi a partir das atitudes tomadas pela nova diretoria do sindicato dos comerciantes, que se observa uma mudança de cultura política entre a velha e a nova classe dirigente da categoria, dado que depois de várias décadas em que capital e trabalho seguiam seu rumo harmoniosamente, agora, com as transformações em curso no novo sindicalismo, tal harmonia deixara de existir. Para os comerciantes, a greve foi de curta duração, pois durou apenas dois dias. Quando em uma mesa de negociação no Tribunal Regional de Trabalho (TRT), patrões e empregados chegaram a um acordo, que satisfazendo ou não as reivindicações da categoria, esta passou a ter um ganho político, pois conseguiu modificar as relações de trabalho do comércio de João Pessoa.

Essa nova conjuntura política, rompendo com a colaboração de classe se deu a partir da chegada dos novos dirigentes no Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, que tomou posse em outubro de 1989. A posse da nova diretoria do sindicato dos comerciantes levou a classe patronal a realizar uma série de mudanças em suas

organizações de classe, quando antigos dirigentes sindicais que representavam essas categorias classistas, são substituídos por novas mentalidades na tentativa de endurecer os embates políticos. De acordo com o Jornal O Norte que tinha como manchete: CDL empossa os seus novos dirigentes.

O empresário Josélio Paulo Neto, presidente da Associação Comercial da Paraíba, entregou o cargo de diretor social do Clube de Diretores Lojistas de João Pessoa, anteontem, em solenidade realizada no hotel Tambaú, ao também empresário Lindemberg Vieira. [...]

Na ocasião, foi empossado também, o empresário Assis Junior na Presidência do CDL de João Pessoa, que substitui no cargo, o Sr. Antonio Passos. (Jornal O Norte, 12 de fevereiro de 1990).

A mudança de diretoria nesta importante associação, visava fortalecer a classe patronal nas discussões políticas com os dirigentes do sindicato dos comerciários, visto que tendia a aumentar a partir daquele momento. Há de se considerar, que a maioria dos dirigentes que assumiram a direção do sindicato dos comerciários já haviam participado de cursos de formação sindical, sejam eles promovidos pela CUT, e ou, pela Corrente Sindical Classista (CSC), central sindical ligada ao (PC do B).

4.3 – A repercussão da greve dos comerciários na imprensa escrita

Os meios de comunicação de massa, têm desempenhado um papel de suma importância para com a sociedade brasileira, visto que as informações noticiadas por estes veículos de comunicação – escrita, radiofônico e televisada -, têm se constituído como algo rotineiro no cotidiano das pessoas. No entanto, por se tratar de empresas que geralmente são controladas por grupos econômicos, o poder ideológico exercido no meio jornalístico em sua maioria tem se apresentado contrário aos movimentos sociais, posto que para manter-se como empresa competitiva, esta depende do capital da classe patronal na divulgação das propagandas de seus estabelecimentos comerciais. Nas palavras de Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins:

Jornais, revistas, rádios e televisões são empresas e, portanto, também buscam lucros. De outra parte, negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, des(estimular) comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público. (DE LUCA; MARTINS, 2006, p. 11).

Em se tratando da utilização de matérias publicadas em periódicos como fonte de pesquisa histórica, existe uma grande discussão entre os pesquisadores, visto que muitos dos quais continuam acreditando que tais fontes não seriam apropriadas para o trabalho no campo historiográfico. Contrapondo-se a esta versão, podemos citar Maria Helena Capelato, que afirma: “o periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valiosa para o estudo de uma época”, (CAPELATO, 1988, P. 13). No entanto, utilizar as matérias de jornais como fonte de pesquisa, cabe ao historiador ter certa precaução visto que, tais matérias na maioria das vezes poderão ser direcionadas. De acordo com (Luca, 2005, p.116) por trás dos periódicos estão uma “instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos”. De acordo com Montenegro:

Ainda sobre as fontes estudadas, a análise da imprensa revela uma intensa luta pelo domínio daquilo que se poderia denominar história do presente, assinalando as dimensões que as experiências adquirem na perspectiva de um combate pelo futuro da história. Assim, a disputa que se apresenta nos jornais de diferentes tendências político-ideológicas pela hegemonia do sentido ou do significado que é atribuído ao fazer miúdo dos acontecimentos cotidianos torna-se o palco em que parece estar sendo definido o futuro do país e, da sua história. (MONTENEGRO, 2010, p. 15).

Com a virada historiográfica das últimas décadas, em que as fontes históricas ampliaram seus horizontes os periódicos têm sido de grande importância principalmente para aqueles que trabalham com a história do tempo presente. Ao longo dos séculos, os

periódicos têm sido responsáveis em levar informações para uma grande parcela da sociedade, cuja matéria-prima principal é a notícia e, nela poderemos encontrar opiniões dissonantes ou confluentes. Observar estes discursos em um período de transição democrática, mesmo quando o movimento sindical brasileiro ganhava credibilidade junto à classe trabalhadora, requer cautela, visto que tal discurso possa nos parecer tendencioso levando ao leitor uma visão distorcida dos fatos.

Trabalhar com as fontes extraídas dos periódicos como parte de um processo de construção do discurso da história, não tem sido uma tarefa da mais simples na medida em que os preceitos estabelecidos pelo jornalismo não tem sido este, e, sim de levar ao público leitor um leque de informações variadas utilizando-se de recursos linguísticos próprio do jornalismo para que possa atrair o seu alvo.

Em sua maioria, o discurso utilizado no meio jornalístico tem procurado induzir o público leitor a compartilhar com os ideais de quem escreve, subestimando a capacidade crítica dos leitores. Em periódicos controlados pela iniciativa privada, há de se destacar que os interesses econômicos se sobrepõem aos interesses de grande parte do público leitor, neste caso, as informações jornalísticas tendem a agradar aos interesses comerciais.

Enquanto os trabalhadores no comércio de João Pessoa, mobilizavam-se para que houvesse a greve da categoria - realizando assembleias, distribuindo panfletos, utilizando carros de som e fazendo corpo a corpo nas portas das lojas -, nos chamou a atenção para uma matéria publicada em um matutino local durante a mobilização da categoria. “Hoje o Serviço Social do Comércio vai estar promovendo o animadíssimo São Pedro do comerciário. O forró e a lambada vão tomar conta da granja do SESC” (Jornal A União, 30/1/06/07/1990). Tendenciosa ou não, a matéria tinha como objetivo desmobilizar o movimento paredista da categoria comerciária posto que, a atividade festiva organizada pela classe patronal mesmo que no último sábado do mês de junho, tentava desviar a atenção da categoria, sobre o movimento paredista. Segundo Giannotti (2013), “A questão da neutralidade é piada. Não existe jornalismo neutro. Jornal tem dono, dono tem classe e interesse de classe⁹⁶”. A cobertura da mídia, mas especificamente a escrita no tocante aos conflitos entre patrões e empregados no comércio de João Pessoa, durante o movimento

⁹⁶ Entrevista com Vito Giannotti. Disponível em http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE_junho_2013.pdf.

paredista apresenta-se ora tendencioso, ora com imparcialidade. Sobre este aspecto, diz Jairo Sanguiné Junior:

Afinal, os veículos de comunicação existentes são, antes de tudo, empresas e, como tal, entendem a informação como um produto a ser consumido. Logo, a imprensa atua sob regras capitalistas, desde a escolha dos temas a serem abordados, passando pelo tratamento a ser dado a esse assunto, até a produção final do material a ser divulgado (destaque dado, localização na página do jornal ou tempo no noticiário da TV ou rádio). Os veículos assumiram uma concepção de informação que é tida como a definitiva, onde não há espaço para idéias divergentes. (JUNIOR, 1998, P. 21).

Durante nossa pesquisa, verificamos que entre as principais empresas de jornalismo impresso, responsáveis pela publicação dos matutinos na grande João Pessoa - o Jornal A União, de propriedade da esfera pública, o Jornal “O Norte” e o Jornal “Correio da Paraíba”, de propriedade da esfera privada -, deram destaque as greves dos comerciários de João Pessoa. O jornal “Diário da Borborema”, com sede em Campina Grande, mas em circulação na capital paraibana publicou apenas uma matéria relacionada ao movimento paredista, no dia 02 de julho do corrente ano cuja manchete era: Greves paralisam transportes e comércio em João Pessoa. Já o “Jornal da Paraíba” sequer noticiou sobre o movimento, ignorando-o completamente, no tocante ao jornal “O Momento”, não foram encontrados arquivos com matérias publicadas naquele importante periódico.

Não é de se estranhar que o comportamento de alguns segmentos da mídia brasileira tem sido de rechaçar os movimentos sociais. Como os meios de comunicação de massa, pertencem aos detentores de capital, estes passam a transmitir aos demais setores sociais e com uma força de opressão ideológica que tais movimentos desagregam os sistemas sociais, político e econômico, impossibilitando a harmonia entre capital e trabalho e consequentemente um maior desenvolvimento do país. É comum observarmos uma parcela de profissionais dos grandes veículos de comunicação atuar de acordo com os interesses dos que detém o poder econômico. Nas palavras de Jairo Sanguiné Junior:

A discussão acerca da questão ideológica dos meios de comunicação já foi assunto de acirrados debates, teses e mais teses na academia, nas redações e nos botequins. Mesmo o Brasil estando vivendo uma “democracia”, a manipulação de determinadas informações ainda é uma brutal realidade, que choca aqueles que têm um mínimo de sensibilidade. É fácil perceber a superficialidade com que os Meios de Comunicação Social tratam determinados temas, sobretudo os que possam gerar alguma polêmica, como as privatizações de empresas estatais ou a reforma agrária, só para citar dois temas da atualidade (JUNIOR, 1998, p.21).

O contexto histórico envolvendo o final da década de 1970 e 1980⁹⁷, pode ser considerado como um marco significativo na história do movimento sindical brasileiro, uma vez que é neste período que o novo sindicalismo reacende a luta reivindicatória no interior da classe trabalhadora. Foi a partir de uma série de greves nos setores públicos e privados, que o país vivenciou neste período uma movimentação sem precedentes na esfera das relações entre capital e trabalho, movimento este chamado de novo sindicalismo.

Os espaços ocupados pela classe trabalhadora na esfera política, passaram a ser reconhecido depois que estas greves se expandem e começaram a ganhar destaque na mídia nacional. Se observarmos que em décadas anteriores, quando do golpe militar de 1964, o governo autoritário havia instaurado a censura, intimidando até mesmo os órgãos de imprensa que lhes haviam dado apoio, ter contato com informações a respeito da luta desses movimentos sociais, só era possível através de publicações restritas aos sindicatos, muitas das quais de forma clandestina⁹⁸. Entretanto, foi a partir da última década de 1970, quando os metalúrgicos do ABC paulista, iniciaram os primeiros movimentos, resultando em greves de grandes proporções, atraindo outras categorias de trabalhadores, esses agentes

97 Ver entrevista com Vito Giannotti. Durante o período de explosão das greves no Brasil, no final dos anos 1970, a polícia reprimiu violentamente os movimentos. Somente em 1979, matou seis operários em piquetes. O exemplo mais famoso é o de Santo Dias da Silva, em São Paulo, mas há outros, Orocílio Gonçalves, da construção civil de Belo Horizonte, e Benedito Martins, metalúrgico de Divinópolis (MG). Hoje a repressão é maior no campo e contra os moradores de favelas e bairros pobres. [...]. Disponível em [HTTP://www.espaçoademico.com.br](http://www.espaçoademico.com.br). Acesso 11 de abril de 2014.

98 Com mais ou menos intensidade, a grande imprensa brasileira apoiou o golpe de 64. Depois de um período de entusiasmo com o novo governo, os jornais - uns cedo, outros tarde - passaram a criticar a ditadura e, após duas décadas, nos estertores do regime, tiveram papel relevante na redemocratização. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed791> imprensa apoiou ditadura antes de ajudar a derrubá-la. Por Oscar Pilagallo. Acesso em 25/03/2014.

políticos passaram a ocupar o centro das atenções sendo destaques em matérias escrita e televisada na mídia brasileira.

Na segunda metade dos anos de 1980, o movimento sindical denominado de novo sindicalismo, continuava como um modelo ser copiado por outras categorias de trabalhadores, que tinham nos metalúrgicos do ABC paulista, o seu maior expoente. Na Paraíba o quadro sindical começa a ser reestruturado pelo movimento dos funcionários públicos, especialmente a categoria do magistério, alastrando-se por outras categorias de trabalhadores da iniciativa privada, como os têxteis e os trabalhadores da construção civil, que reunidos em oposições sindicais ligadas à CUT, apresentavam características mais combativas em comparação com as antigas associações de funcionários públicos e sindicatos dirigidos há décadas por sindicalistas denominados de pelegos.

A maioria dos sindicalistas que compunham as oposições sindicais, já haviam passado por uma formação político-sindical nos movimentos de esquerda, e, comprometidos com um novo modelo de se fazer sindicalismo, passaram a se confrontar com antigas lideranças sindicais oriundas do sindicalismo corporativista e assistencialista. As ações desses novos dirigentes sindicais iria inquietar um modelo de sindicalismo que já vinha apresentando sinais de estagnação. Em relação à cobertura das greves que se desenvolveram no país durante a década de 1980, torna-se importante destacar que a mídia brasileira estava se adequando à situação de transição democrática que o país ainda estava passando, fazendo com que se tivesse certo cuidado na cobertura desse tipo de evento.

Em Julho de 1990, quando os comerciários de João Pessoa entraram em greve pela primeira vez na história do movimento sindical desta categoria em nosso Estado⁹⁹, contava a grande João Pessoa com a cobertura de seis periódicos de circulação diária – jornal “O Norte”, jornal ‘Correio da Paraíba’, “Jornal da Paraíba”, “Diário da Borborema”, Jornal “A União” e o jornal “O Momento”. Durante nossa pesquisa, observamos que não fugindo dos padrões da imprensa nacional, a maioria dos periódicos que circulavam na grande João Pessoa – principalmente os de iniciativa privada, trataram o movimento paredista dos comerciários como algo insignificante. Entretanto, é de se destacar que em algumas

⁹⁹ Existem informações - não confirmadas – que no ano de 1902 houve uma greve dos caixeiros (comerciários da época), contra o trabalho aos domingos.

matérias nos jornais “Correio da Paraíba” e o Jornal “A União”, chegaram a dar voz aos dirigentes da categoria comerciária.

A greve dos comerciários de 1990, foi a primeira da categoria desde a fundação do sindicato. A paralisação aconteceu no dia 2 e 3 de julho daquele ano, e, nesta data alguns jornais chegaram a destinar mais de uma página na cobertura da mesma – ouviram representantes dos trabalhadores e das entidades patronais -, procurando saber que avaliações aquelas entidades faziam sobre o movimento paredista. A maneira de como a imprensa tem lidado com as informações sobre os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, pode ser entendido como uma forma de discriminação ou de desqualificação junto ao seu público leitor. Vejamos algumas matérias publicadas pelos periódicos durante a paralisação da categoria comerciária. Em matéria publicada pelo Jornal “A União”, destacamos:

Prisões, ônibus depredados e caminhões com pneus furados, foi o saldo do movimento grevista dos rodoviários, em seu primeiro dia na capital. (...) O centro da cidade esteve praticamente parado, com muitas lojas fechadas, por conta da greve dos comerciários. Os comerciantes, temendo invasão, fecharam as portas, enquanto outros acionaram a Polícia para garantir o direito de quem quisesse trabalhar. (A União, 03 jul. 1990).

A matéria publicada no referido periódico, mostra claramente uma visão de que o movimento paredista da categoria comerciária, foi conflitante. Comerciantes fechando as portas de seus estabelecimentos por temer invasões e até o acionamento da polícia para conter o movimento e garantir o direito de quem quisesse trabalhar. Na verdade, o estopim da greve dos comerciários de 1990, foi à recusa patronal em negociar com a categoria obreira o que levou ao acirramento dos ânimos e consequentemente ao conflito de classe. Na verdade, a maioria dos trabalhadores quando sentem que seus direitos não são atendidos pela classe patronal procuram no sindicato a solução para seus problemas, posto que o sindicato é o seu instrumento de luta. De acordo com José Nilson, a intransigência patronal em não negociar com os trabalhadores levou a categoria a decretar a greve. No seu relato, ele afirma:

Foi o salário injusto né, como eu já disse o comerciário era quase um escravo, não tinham direitos, os patrões negociavam ao modo deles a outra diretoria realmente baixava a cabeça e os patrões deitavam e rolavam esta é que é a grande verdade, né. Mas com a mudança, os patrões também cederam um pouco, porque o movimento foi muito forte, né, mas infelizmente a categoria dos comerciários não tem assim como se mobilizar, faz uma assembleia só, mas mesmo assim muitos com medo de não ser conhecidos e perder o emprego essa é que é a verdade¹⁰⁰.

O movimento reivindicatório da categoria comerciária de João Pessoa, pode ser atribuído aos baixos salários e a situação de exploração a que estavam submetidos os trabalhadores no comércio, como afirmou José Nilson, um dos líderes da greve. Entretanto, outros fatores também contribuíram para que ocorresse o movimento paredista. Fatores como: o fim do atrelamento dos dirigentes sindicais a classe patronal e a quebra da relação harmoniosa entre capital e trabalho, o que resultou no fim da imposição dos patrões nos assuntos do sindicalismo dos trabalhadores no comércio da capital.

No dia 31 de julho de 1990, as páginas do Jornal “A União” publicava as seguintes matérias: “comerciário faz assembleia para decidir se entra em greve”, “lojas vão buscar servidor em casa”, “Semana Inglesa descartada novamente”. Como se vê na primeira chamada, a greve dos comerciários ainda era dada como incerta e em resposta, a classe patronal não evitaria esforços em fazer com que o comércio da capital permanecesse aberto, de modo que, estavam dispostos a buscar seus empregados em casa. Contudo, ao descartar a negociação pela implantação da chamada “Semana Inglesa” e negar qualquer reajuste a categoria obreira, a classe patronal dava demonstração de que a relação entre as entidades representativas – econômica e obreira -, a partir daquele momento passaria a ser conflituosa. No mesmo matutino, o jornalista Giovanni Meireles destacava:

Os incidentes entre comerciários e seguranças das Lojas já começaram a ocorrer, antes mesmo do início da greve marcada para a próxima segunda-feira.

¹⁰⁰ Entrevista concedida por José Nilson em 18 de dezembro de 2013.

O primeiro problema ocorreu na portaria da Lobrás (Lojas Brasileiras), quando um vigilante partiu para a agressão dos sindicalistas, que convocavam os comerciários a aderir a greve. (A União, 31 julho. 1990).

O movimento paredista da categoria comerciária foi marcado por constantes incidentes entre os trabalhadores no comércio representados por seus dirigentes e grupos de pessoas ligadas a classe patronal – gerentes, encarregados de lojas e vigilantes –, que partiram para agressões até mesmo físicas no intuito de conter a manifestação e mobilização dos dirigentes sindicais junto à categoria, como afirma a matéria acima citada. No entanto, os dirigentes sindicais do sindicato dos comerciários de João Pessoa, em qualquer momento se intimidaram com as ameaças e mantiveram uma mobilização constante em defesa da greve que iria ocorrer em conjunto com os trabalhadores no transporte público.

Na verdade, os conflitos durante as negociações coletivas entre patrões e empregados na maioria dos casos - quando há intransigência de uma das partes -, tendem a levar para um movimento paredista, posto que geralmente causa insatisfação no segmento dito mais franco em virtude da correlação de forças, ou seja, a classe econômica que visa o aumento nos lucros e a classe trabalhadora que luta contra os vários tipos de exploração a que está submetida. Neste caso, os trabalhadores se rebelam de forma coletiva, fazem protesto, manifestações e greves, partindo para o acirramento ideológico e em muitos casos pode-se transformar em ações violentas chegando a agressões físicas.

Em nossa pesquisa observamos que o comportamento da mídia que circulava na grande João Pessoa, com raras exceções transcorreram de forma imparcial, principalmente quando alguns jornalistas externaram suas opiniões, principalmente no Jornal A União, periódico oficial do Estado. Ao analisarmos algumas matérias publicadas no jornal oficial do Estado da Paraíba, algumas colunas nos chamaram a atenção principalmente ao enaltecer a luta dos trabalhadores no comércio da capital paraibana. No citado jornal, algumas manchetes como “Greve pode parar o comércio e o transporte coletivo segunda-feira”, “lojas vão buscar servidor em casa” ou ainda “Comerciário comemora o São Pedro em granja”, podem ter sentidos diferenciados segundo a leitura de quem está recebendo-as.

No mesmo jornal, mais precisamente no dia 6 de julho, o jornalista Oduvaldo Batista, publicava em sua coluna um artigo que tinha como título: “as greves e os sindicatos”:

As greves recentes dos comerciários e dos trabalhadores nos transportes coletivos urbanos (motoristas, cobradores e fiscais), refletem o progresso do movimento sindical em todo País e, particularmente em nosso Estado.

Merece registro a parada do pessoal assalariado do comércio, cuja categoria profissional há várias décadas não tomava uma posição concreta em defesa de seus interesses jurídicos e econômicos, tarefa específica do sindicato.

(...) Agora, o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, com base territorial em outros municípios do Estado, tem uma diretoria, eleita pela classe, que luta pelos interesses da categoria, cumprindo o verdadeiro objetivo de todo sindicato de empregados: defender os direitos econômicos e jurídicos do trabalhador. (A União, 06 julho.1990. Grifo nosso).

A posição ideológica do jornalista é bastante clara, ele defende os interesses dos trabalhadores e faz uma exaltação à greve como um sinal de novos tempos na relação entre empregados e empregadores do comércio em suas representações sindicais. Na matéria de autoria do jornalista Oduvaldo Batista, há uma clara alusão à mudança de comportamento dos dirigentes sindicais da categoria comerciária ao afirmar que os comerciários “têm uma diretoria, eleita pela classe, que luta pelos interesses da categoria, cumprindo o verdadeiro objetivo de todo sindicato de empregados”. Neste caso, a partir da opinião do citado jornalista, pode-se constatar que a greve dos comerciários de João Pessoa, só ocorreu devido a mudança de uma cultura política atribuída aos novos dirigentes ao se afastar do imobilismo característico nas direções sindicais desta categoria de trabalhadores.

Em matéria que tinha como título “Comércio também sofre com a greve”, o jornal A União destaca:

Mesmo com o segundo dia de greve, ontem, **algumas lojas como os grandes magazines, voltaram a abrir suas portas normalmente e, algumas, como as Lojas Americanas, por exemplo, com a ajuda de**

um efetivo policial militar na entrada para evitar problemas. Mas muitos estabelecimentos tiveram de manter-se fechados, porque o movimento seria – como foi – fraco na capital, porque os operadores do sistema de transporte coletivo deflagraram sua greve simultaneamente, ambos por razões econômicas.

Na segunda-feira passada – primeiro dia da greve conjunta, algumas portas de estabelecimentos comerciais amanheceram com a palavra “greve” grafitada em vermelho. **O movimento paredista surtiu efeito principalmente na parte baixa da capital onde funcionam muitas lojas de material de construção e ferragens e auto -peças, a maioria de portas cerradas.** (Jornal A União, 4/07/90). (Grifo nosso).

A matéria publicada pelo citado jornal apresenta um duplo sentido. No primeiro parágrafo existe uma afirmação de que as lojas voltaram a abrir suas portas normalmente – mesmo precisando de um aparato policial militar na entrada para evitar problemas. Já no segundo parágrafo, a matéria afirma que o movimento paredista surtiu efeito principalmente na parte baixa da capital.

O jornalista Otávio Sintônio Pinto, também colunista do mesmo jornal em matéria publicada no mesmo dia e, que tinha como título: Adivinhe quem veio para o jantar, faz o seguinte comentário:

Foi um sucesso a greve dos comerciários e dos motoristas. A cidade parou, o comércio fechou. Ninguém nos bancos das praças, ninguém nos bancos da praça. [...]. A população recusou-se a comprar, em solidariedade aos comerciários, tão explorados como eles, os fregueses.

Dessa vez, a imprensa deu cobertura à greve. Mesmo contrariando o interesse de seus anunciantes, a imprensa noticiou a greve nas manchetes de primeira página. A TV, o rádio, botaram as imagens e as palavras de ordem dos grevistas no ar. Até o camarada Luiz Otávio deu apoio a greve, protestando contra a prisão de alguns trabalhadores. O xará entrou no ar e disse que só terminaria o programa quando fossem localizados os trabalhadores presos. Eu sabia que um dia o xará virava comunista, sem medo de ser feliz. Oitenta e dois anos depois de sua primeira e única greve, os comerciários fecharam as bodegas e saíram vitoriosos. (Jornal A União, 04 de junho de 1990. Grifo nosso).

Como se pode observar, o jornalista também faz uma avaliação positiva sobre a greve dos comerciários, destacando a cobertura que a imprensa deu ao movimento paredista e citando até mesmo o comportamento de um companheiro de categoria – o jornalista Luiz Otávio –, que sempre combateu os movimentos sociais, desta vez, o referido jornalista passa a ser alvo de elogios ao admitir que só iria terminar a transmissão de seu programa quando os trabalhadores que haviam sido presos, fossem localizados.

O Jornal “Correio da Paraíba” fazia uma alerta a população sobre uma possível greve conjunta entre motoristas e comerciários com a seguinte matéria: Greve conjunta dos motoristas poderá paralisar todo estado. Na verdade, a greve foi conjunta. Motoristas e comerciários da grande João Pessoa fizeram uma mobilização e conseguiram obter êxito na luta. Entretanto, o movimento paredista se resumiu a grande João Pessoa e não a todo Estado como a manchete noticiava. No mesmo jornal, outra matéria nos chama atenção: Empresários querem negociar.

O Presidente do Clube dos Diretores Lojistas, Severino Assis Junior disse, ontem que “há um desejo de negociação”, por parte dos empresários tanto assim que na mesa redonda realizada no dia 27 de junho último eles compareceram a DRT e se dispuseram a discutir as 60 cláusulas sociais do dissídio coletivo. No entanto, **as seis cláusulas econômicas, segundo Assis Junior, os empresários pediram um prazo para negociarem porque “os assessores ainda não tinham analisado inteiramente a Medida Provisória 193, que queira ou não o Presidente do Sindicato dos Comerciários é uma lei”.** Argumentou, ontem, pela manhã o empresário.

Até ontem o presidente do CDL disse que não havia por parte dos empresários nenhuma contra-proposta salarial para ser apresentada aos comerciários, embora tenha reiterado o desejo de negociação do patronato. (Jornal Correio da Paraíba, 01/07/1990. Grifo nosso).

Na matéria, o citado jornal expõe a opinião de um dirigente da classe patronal o qual afirma categoricamente que os patrões estavam dispostos a negociar com o sindicato dos trabalhadores. No entanto, o interesse da classe patronal era de apenas negociar as cláusulas sociais. Quanto as seis cláusulas econômicas, o argumento deles em não elaborar

uma contraproposta, se dava na impossibilidade de analisar a Medida Provisória 193, que havia sido editada em 25 de junho do mesmo ano.

No dia 03 de julho de 1990, ainda o jornal “Correio da Paraíba” dando destaque ao movimento grevista, publica a seguinte matéria: Duas reuniões decidem o destino das greves hoje. As reuniões que iriam decidir o futuro da greve aconteceram no Tribunal Regional do Trabalho em mesas de negociações em que patrões e empregados poderiam celebrar acordo coletivo. Depois de longas horas de discussões, os representantes dos comerciários e dos patrões só conseguiram fechar o acordo coletivo no dia 04 de julho. No mesmo jornal, ao analisar o movimento dos comerciários foi publicado a seguinte matéria: 80% das lojas acabaram fechadas.

Ruas vazias, poucas lojas abertas, agitação dos grevistas. Esta foi a situação do Centro da cidade no dia de ontem, atingido com a greve dos comerciários e pela paralisação dos transportes coletivos. Na avaliação do Sindicato dos Empregados no Comércio, 80 por cento das lojas fecharam suas portas, enquanto Marconi Medeiros, do Sindicato dos Lojistas afirmou que apenas 10 por cento do comércio lojista e cinco por cento do comércio de alimentos foi atingido pela paralisação – inicia amanhã, às 8 horas, a primeira negociação entre patrões e comerciários, no Tribunal Regional do Trabalho. (Jornal Correio da Paraíba, 03/07/1990. Grifo nosso).

Mesmo admitindo que as ruas estivessem vazias e havendo poucas lojas abertas em consequência das agitações dos grevistas, a matéria do jornal atribui ao sindicato dos comerciários uma avaliação positiva de 80% das lojas fechadas, enquanto que para os representantes da classe patronal, tal paralisação só teria sido um fracasso ao atingir apenas 10% do comércio lojista e 5% do comércio de alimentos. Desse modo, na matéria citada acima, observa-se uma posição de imparcialidade do referido jornal.

Na verdade, o jornal “Correio da Paraíba” fez uma grande cobertura da greve dos comerciários. Publicou matérias relatando os fatos, postou fotos das ações dos militantes e tentou ouvir os dois lados envolvidos no conflito de classe, e, em alguns momentos tirou a sua própria conclusão a respeito do desenvolvimento do movimento paredista. Em uma de

suas matérias publicada com a manchete “Comando de greve fecha as últimas lojas”, o periódico faz a seguinte declaração:

Depois de 88 anos sem realizar uma greve, os comerciários de João Pessoa conseguiram fechar o setor logístico em mais de 90 por cento. Munidos de faixas e cartazes, o Comando de Greve saiu pelas ruas do Centro ontem pela manhã fechando as poucas lojas que ainda permaneciam abertas.

Acompanhado de um pelotão de mais de 20 policiais militares e um camburão que se postavam na frente de cada loja para as quais eles se dirigiam, os comerciários saíram do Terminal Rodoviário logo cedo em direção as principais ruas do Centro fechando lojas ou obrigando as que já estavam fechadas a abrirem suas portas e retirarem alguns comerciários que permaneciam no interior.

Um exemplo foi nas Lojas Brasileiras. Ali, o Comando chegou, desconfiou que havia comerciários escondidos e depois de muita negociação conseguiu fazer com um dos gerentes abrisse as portas e desse ordens para que os comerciários saíssem. (Jornal Correio da Paraíba, 03/07/1990.) (Grifo nosso).

Durante a cobertura do movimento, nota-se que o reporter encarregado de noticiar os fatos procurou transcrever para o periódico que estava presenciando sem que houvesse pressão de qualquer parte dos envolvidos no movimento paredista, admitindo que os grevistas em alguns casos, chegaram a negociar com os gerentes a liberação dos funcionários que se encontravam escondidos, mesmos com as lojas fechadas. No entanto, no mesmo periódico, em matéria que tinha como título “Anísio assegura” que “os meninos estão aí”. A reportagem tenta mostrar que entre os grevistas haviam pessoas, que para a imprensa estavam infiltradas no movimento, sem que tivesse qualquer motivo para estar nos piquetes.

[...] se você não apresentar a sua identificação, a gente não se responsabiliza por você, porque, você sabe, os meninos estão aí. A afirmação em tom de ameaça foi feita ontem por Anísio Maia, da direção regional do PT, à repórter Ana Trajano do Jornal CORREIO, quando ela fazia a cobertura ontem da passeata que os comerciários realizaram pelo Centro de João Pessoa.

O fato aconteceu por volta das 10 horas quando o arrastão se aproximava do 1º Batalhão de Polícia Militar na Padre Azevedo. A reporte vinha um pouco atrás do carro de som, com caderno e lápis para as suas anotações e não se sabe porque o senhor Anísio Maia cismou que ela estava acompanhando o movimento com outro objetivo que não fosse o de cumprir o seu papel profissional [...]. (Jornal Correio da Paraíba, 03/07/1990. Grifo nosso).

De acordo com a matéria, o dirigente do PT¹⁰¹ ao se infiltrar no movimento paredista dos comerciários, estava ali por questões políticas partidárias e não por ter vínculo empregatício no setor do comércio. Estávamos vivenciando um período recente de uma disputa eleitoral para presidente da república, e, em 1990 ocorreriam às eleições estaduais, neste caso, atribuir aos líderes dos partidos políticos de esquerda as infiltrações nos movimentos para deles tirar proveitos, era uma constante na imprensa brasileira.

4.4 – O sindicato na visão dos diretores e ex-diretores.

Para alguns estudiosos do movimento sindical brasileiro, a década de 1990, tem sido apontada como um período de crise e ou refluxo desse novo modelo de se fazer sindicalismo no Brasil. Nosso trabalho não visa fazer uma análise aprofundada sobre os motivos que levaram a tão propalada crise em que se encontra o movimento sindical brasileiro na atualidade, que outrora havia sido denominado de sindicalismo autêntico. Nossa proposta volta-se para o estudo do comportamento dos dirigentes sindicais de uma categoria de trabalhadores durante o contexto histórico do novo sindicalismo.

As décadas de 1980 e 1990, marcam um período de transição na sociedade brasileira culminando com grandes transformações na organização econômica, social e política, o que iria repercutir nos movimentos sociais, principalmente no sindicalismo brasileiro. O novo sindicalismo, consegue se consolidar durante este contexto de mudanças. No entanto, na medida em que diversos seguimentos do movimento sindical da iniciativa pública e privada se engajavam na luta, alguns dirigentes procuravam manter-se afastados

¹⁰¹ Anísio Maia, além de dirigente do Partido dos Trabalhadores, também era empresário. O mesmo era proprietário da Clínica veterinária Olho do Dono e da loja de produtos veterinário e rações animais, a Nutridog. Sempre defendeu os movimentos sociais, inclusive dando apoio logístico a chapa 2, de oposição comerciária.

das mobilizações sociais evitando um embate maior com a classe patronal. Em nosso trabalho procuramos registrar alguns aspectos da memória desse movimento, tendo como foco o caso do sindicalismo comerciário de João Pessoa. Nossa fundamentação tem como base as matérias publicadas em periódicos locais, nas Atas da entidade sindical e na memória oral de diretores e ex-diretores sindicais daquela categoria de trabalhadores que nos concederam entrevistas durante o andamento da dissertação.

A importância da utilização da memória oral na história do tempo presente, se dá em colocar esses agentes sociais que vivenciaram o recorte temporal estudado em contato com os fatos que marcaram sua atuação política, no sentido de manter viva e transmitir para as gerações seguintes as experiências vividas. No entanto, quando procuramos estudar sobre fatos que ocorreram no passado, isto não significa dizer que estamos tentando reproduzi-lo assim como ele foi, visto que é a partir do presente que as pessoas podem fazer uma nova elaboração, e ou, dar um novo significado ao passado. De acordo com Halbwachs, (1990). De acordo com o autor é a partir de uma situação do presente que a lembrança individual é acionada.

A grande parte dos historiadores brasileiros, que utilizam a fonte oral em seus trabalhos tem procurado demonstrar que o resgate da memória não tem como finalidade fazer viver mais uma vez no inconsciente. O resgate da memória pode ser um ato de reconstrução do que foi vivido no passado, a partir da utilização de elementos do hoje, incluindo-se aí não só imagens e ideias como representação do período. No entender de Marieta de Moraes Ferreira, “o passado é reconstruído segundo as necessidades do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado”, (FERREIRA, 2016, p. 16). No entanto, são as práticas sociais que nos instigam a uma reconstrução da memória a partir das representações do presente. Quando tentamos resgatar o nosso passado, o fazemos através da memória, neste caso, as lembranças só ocorrem na medida em que os outros ou a situação do presente nos fazem lembrar. Ao utilizarmos a memória para resgatar fatos passados, não estamos procurando reviver, refazer ou reconstruir através de imagens, ideias e conceitos de hoje as experiências vividas no passado. Em nosso trabalho, ao utilizarmos as entrevistas com diretores e ex-diretores sindicais da categoria comerciária, procuramos resgatar a história política-sindical desta categoria através da memória de seus dirigentes. O

historiador Antônio Torres Montenegro, tem utilizado os recursos da história oral em seus trabalhos. Sobre a história oral ele faz a seguinte afirmação:

[...] procuro apontar o quanto as experiências históricas, tecidas nos relatos orais, devem romper com os sentidos instituídos com base em análises que desconhecem as condições de sua produção, suas estratégias e ordenamentos discursivos. Acredito que colocar questões como essas, centrais aos debates, possibilita pensar a escrita da história contemplando a pluralidade dos sentidos. Por essa trilha, aproximo-se da micro-história, reconhecendo o plano narrativo, as múltiplas formas de conta-la e as estratégias culturais que inscrevem os relatos nas experiências dos atores sociais. (MONTENEGRO, 2010, p.14).

As mudanças provocadas pelo novo sindicalismo, fez surgir nos movimento social brasileiro, um sentimento de luta pelo resgate da cidadania, o que iria contribuir de forma direta ou indiretamente para o desmoronamento do regime ditatorial instaurado no Brasil, a partir de 1964. Foi neste contexto histórico que muitas categorias de trabalhadores – tomando como exemplo os metalúrgicos do ABC paulista -, transitaram de um sindicalismo mais acomodado, para um sindicalismo de luta. No caso da Paraíba, tomamos como exemplo os trabalhadores em educação, bancários, têxteis e da construção civil. Entretanto, os dirigentes da categoria comerciária de João Pessoa, procuravam manter-se afastados dos movimentos reivindicatórios procurando manter um sindicalismo de conciliação com a classe patronal.

No sentido mais amplo, o afastamento desses dirigentes poderia ter certa ligação com a repressão política aos movimentos sociais a partir do golpe militar de 1964, culminando em perseguições, prisões e assassinatos, o que de certa forma iria difundir entre aqueles sindicalistas um medo. Entretanto, observamos que outros fatores geraram um comodismo e na ausência de luta do sindicalismo comerciário. A cultura política voltada para um sindicalismo de Estado criado durante a era Vargas, em que o Estado passa a conceder direitos aos trabalhadores, impõe a esta categoria uma relação harmônica com o patronato. Posto que, a partir de uma cidadania concedida, a luta de classe perde sentido na

visão dos dirigentes do sindicalismo comerciário que há décadas administravam o sindicato dos comerciários de João Pessoa¹⁰².

Ao utilizarmos as entrevistas daqueles que estiveram envolvidos de uma forma ou de outra com o movimento sindical dos trabalhadores no comércio de João Pessoa, não buscamos fazer um resgate da verdade dos fatos e dos eventos relacionados ao sindicalismo da categoria comerciária, e, sim, a partir das visões e interpretações dessas pessoas procuraremos observar a mudança de cultura política através do comportamento desses dirigentes em relação à classe patronal. No entender de Augras, “A memória das pessoas está circunscrita em suas subjetividades e posições sociais e políticas”, (AUGRAS, 1997, p. 32/33). Neste sentido, entendemos que o uso das entrevistas como resgate da memória desses agentes sociais não significa a expressão da totalidade dos fatos, porém, a sua importância se dá quando comparados com outras fontes visto que, quando narramos sobre o tempo passado, corremos o risco de selecionar apenas aspectos que nos favorece e silenciar sobre outros que possam nos trazer constrangimento, neste caso, é preciso que o historiador mantenha-se atento para com as informações prestadas pelos entrevistados ao evitar a utilização de palavras não ditas.

Em 1989, a chapa 2 de oposição comerciária encabeçada pelo comerciário João de Deus dos Santos, venceu as eleições para a direção da categoria. A vitória da chapa 2, não seria possível sem a construção de uma forte oposição aos dirigentes que há décadas administravam o sindicato dos comerciários de João Pessoa. A organização dessa oposição, o seu fortalecimento, sua relação com outras categorias de trabalhadores teve início no ano de 1986, quando a primeira oposição comerciária resolveu desafiar a classe patronal e os dirigentes da categoria denominados de pelegos para disputar as eleições daquele ano. A importância do movimento na construção de um sindicalismo autônomo pode ser compreendido a partir da fala de alguns agentes sociais que estiveram envolvidos durante e

¹⁰² Teresa Sales, define a cultura da dívida a partir de sua relação com o mando e a subserviência cuja origem se dá a partir do domínio territorial que configurou a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação. Do mesmo modo, a cidadania concedida foi bem utilizada pelo Estado o que iria contribuir para uma política de mando e subserviência. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs>. Acesso em 26/04/2014.

após a sua formação. No que diz respeito ao uso das entrevistas em um trabalho acadêmico, estamos certos de que, as mesmas possam nos dar uma compreensão maior de uma experiência vivida pelo entrevistado. Nas palavras de Alberti, “A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento”, (ALBERTI, 2004, p.22).

Em nosso trabalho, procuramos entrevistar diretores, ex-diretores e pessoas que fizeram parte da oposição sindical a partir do ano de 1986, para que pudéssemos transcrever os seus relatos. Sobre as eleições de 1986, o sindicalista João de Deus afirma:

Nossa participação de 86, é a minha participação foi apenas no sentido de, por exemplo, o candidato a presidente daquela chapa, foi indicação minha, só que o candidato a presidente era mais ruim do que o dirigente do sindicato, quando eu indiquei eu fui fazer uma reflexão sobre a pessoa que eu tinha indicado e me arrependi mas já era tarde, né, é que o sindicato estaria numa situação pior do que na direção anterior, mas foi bom que perdeu e nós a partir daí começamos a fazer um trabalho para as eleições de 89.¹⁰³

O sindicalista José Nilson, teve uma participação mais ativa e o seu relato se dá da seguinte forma:

Olha, a minha participação foi o seguinte, eu sai sozinho aqui em João Pessoa, é, distribuindo panfletos nas lojas devagarinho, com calma, a gente tinha se reunido, se reunia lá no sindicato dos médicos né, com muita dificuldade, com muito esforço, tivemos a felicidade de formar uma chapa, mas foi muito difícil, foi uma luta muito forte para formar essa oposição¹⁰⁴.

Questionado sobre a oposição sindical de 1986, o comerciário Francisco de Assis faz a seguinte revelação:

¹⁰³ Entrevista com o sindicalista João de Deus dos Santos, concedida em: 19/10/2013.

¹⁰⁴ Entrevista com o sindicalista aposentado José Nilson da Silva, concedida em: 18 de dezembro de 2013.

A minha participação foi ativa como a de todos os outros companheiros que participaram comigo, apesar de naquela época até a empresa em que eu trabalhava os gerentes que hoje até não são mais vivo e me perdoem a ausência, mas eles me ameaçaram muito, que eu se participasse poderia perder o emprego, mais eu sentia a necessidade de a gente fazer alguma coisa para mudar aquela realidade que eu achava muito dura e muito cruel com os trabalhadores, eu participei, participei correndo o risco até de perder o meu emprego¹⁰⁵.

Formado em Ciências Contábeis, com escritório próprio, Paulo Rodrigues da Silva foi comerciário até o ano de 1987. Em 1986 ele militava na Causa Operária e fez parte da chapa de oposição do sindicato dos comerciários. Ele nos fez o seguinte relato:

Participei desde o início da formação da oposição sindical junto com outros companheiros, inclusive compondo a primeira chapa que concorreu às eleições naquele ano. Trabalhava no Pão de Açúcar à época e foi uma experiência importante. A arrancada para uma vitória na eleição seguinte¹⁰⁶.

Gilvandro Francisco da Silva é graduado em direito e, dirigente de assuntos jurídicos e negociações coletivas da Federação dos Trabalhadores no comércio da Paraíba e Rio Grande do Norte, ele compôs a direção do sindicato na gestão de 1989 como tesoureiro, perguntado sobre o seu envolvimento na oposição sindical de 1986, ele nos fez o seguinte relato:

Em 86, eu ainda não era comerciário, eu era professor, [] como professor tomei conhecimento, sabia que tinha uma chapa de oposição, pela primeira vez no comércio porque como professor conhecia muitos comerciários, muito comerciários eram meus alunos lá de Bayeux, ensinava a noite também, era o que comentavam, tinham amigos meus de militância nas causas populares como João de Deus que eu tive o prazer de conhecê-lo no final de 1985 na luta em Mangabeira para baixar as prestações das casas, quando nós nos conhecemos, eu era da luta, criamos lá a associação dos moradores de Mangabeira II e III, foi exatamente no

¹⁰⁵ Entrevista com o sindicalista da oposição comerciária Francisco de Assis Ferreira, concedida em: 16 de abril de 2014.

¹⁰⁶ Entrevista com Paulo Rodrigues da Silva, concedida em 12/03/14.

final de 1985, João de Deus era comerciário na época e comentava sobre as eleições, dessa oposição, mas não tive nenhuma participação direta nem indireta, apenas tomei conhecimento, como militante da causa eu tomei conhecimento¹⁰⁷.

No que consiste a atuação do sindicato naquela época, existe uma concordância entre os entrevistados que participaram da oposição na época. Eles achavam que havia certo comodismo por parte dos dirigentes, o que enfraquecia a categoria durante as negociações coletivas. De acordo com João de Deus:

O nosso sindicato era um sindicato sem prestígio, sem o reconhecimento da classe, era um sindicato mais ligado ao patronal, eu, por exemplo, eu assisti, **eu e outras pessoas assistimos, é o presidente patronal, é ele apontar o dedo para o presidente e fazendo afirmativas fortes e o presidente ficava se tremendo lá com medo da fala do patrão, tanto o presidente do sindicato quanto, quanto o seu assessor jurídico, e a partir daí, tínhamos vergonha daquilo ali.**¹⁰⁸(Grifo nosso).

No tocante as intimidações aos dirigentes sindicais da categoria comerciária pelos dirigentes patronais, observamos que esta cultura se dava devido à forte influência adquirida ainda durante a administração do usineiro Renato Ribeiro Coutinho na Federação do Comércio do Estado da Paraíba. Além de dirigir a Federação, ele também comandava as direções do SESC e SENAC. Nestes órgãos, os trabalhadores do comércio geralmente têm uma forte ligação, visto que, os mesmos fornecem cursos e atividades de lazer aos sócios e seus dependentes.

O comodismo dos dirigentes sindicais da categoria comerciária, teve certa influência na tomada de posição do comerciário José Nilson, este, mesmo sendo gerente de loja procurou mobilizar alguns comerciários na tentativa de se formar uma oposição. De acordo com sua fala:

¹⁰⁷ Entrevista concedida pelo Assessor Jurídico da FETRACOM - PB/RN, Gilvandro Francisco da Silva em:09/04/2014.

¹⁰⁸ Entrevista com o sindicalista João de Deus dos Santos, concedida em:19/10/2013.

Eu era gerente das Lojas Aki Discos e senti que o sindicato aqui dos comerciários em João Pessoa, era uma direção que não vinha mais condizendo com os interesses dos trabalhadores comerciários. Então, saí sozinho no comércio, entregando um panfletozinho nas lojas tentando formar uma oposição comerciária, e conseguimos como muito sacrifício, com muita luta, conseguimos¹⁰⁹.

José Dionízio de Oliveira, foi presidente do sindicato dos comerciários na gestão de 1966/1968, ao falar de sua militância política-sindical nos dá o seguinte relato:

Comecei como associado, em 1961 do Sindicato dos Empregados do Comércio de João Pessoa, participando ativamente das Assembleias Gerais e de todas as atividades do Sindicato. Fui candidato da oposição e eleito Presidente do Sindicato pelo período de 1966 a 1968, tempo em que fui conselheiro do SESC e SENAC, na representação da categoria dos comerciários, delegado representante junto a FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO NORTE E NORDESTE, bem como fui eleito para o Conselho da CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. Participei de vários cursos, quando dirigia o sindicato.¹¹⁰(Grifo nosso).

A ascensão do entrevistado no sindicalismo comerciário nos parece que foi um pouco meteórica, visto que, com apenas 5 anos de sindicalizado conseguiu chegar ao cargo máximo da diretoria deste órgão de classe. José Dionízio, também foi Juiz Classista¹¹¹ representante dos trabalhadores nas Juntas de Conciliação e Julgamento entre 1971/1978 e posteriormente do Tribunal Regional do Trabalho entre 1991/1997, assim como, foi assessor jurídico do sindicato dos comerciários até o ano de 1989.

¹⁰⁹ Entrevista com o sindicalista aposentado José Nilson da Silva, concedida em: 18 de dezembro de 2013.

¹¹⁰ Entrevista concedida pelo ex-presidente do Sindicato dos comerciários de João Pessoa (1966-1968), José Dionízio de Oliveira, em:05/05/2014.

¹¹¹ Juízes classistas eram juízes não togados, não necessariamente formados em direito, escolhidos pelos sindicatos de trabalhadores e de empregadores para representá-los na Justiça do Trabalho, durante um mandato temporário. A Medida Provisória 1.523, de 11 de outubro de 1996, que acabou com a aposentadoria dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho. O cargo de juiz classista foi extinto pela Emenda Constitucional nº 24 /1999.

Sobre a atuação do sindicato dos comerciários, José Dionizio faz a seguinte afirmação:

Não obstante o Regime mantido pela Revolução de 1964 **era um sindicalismo eficiente e autêntico, inclusive contava com o apoio sincero do Ministério do Trabalho e incentivo do Governo Federal.** Houve atualização na legislação Trabalhista e Sindical no Governo Castelo Branco, sob a orientação e coordenação do Ministro Arnaldo Sussekind, o qual com 24 anos de idade, foi chefe de gabinete do então Ministro do Trabalho e participou da comissão especial da CLT, quando o Ministro era Lindolfo Collor, criador da Justiça do Trabalho, no Governo Getúlio Vargas¹¹². Grifo nosso. (Grifo nosso).

No entender do sindicalista acima citado, mesmo com o Regime mantido pela “Revolução” de 1964, este sindicato era eficiente e autêntico, contando inclusive com o apoio sincero do Ministério do Trabalho, assim como, com os incentivos do Governo Federal. Sua visão de sindicalismo vai de encontro com o pensamento dos oposicionistas, que afirmavam e combatiam o comodismo dos dirigentes da entidade pela ausência nas lutas sociais.

Em 1989, a segunda oposição comerciária ganhou as eleições, João de Deus assumiu a presidência do sindicato. Sobre as eleições daquele ano, ele nos faz a seguinte afirmação:

Aquela eleição de 89, é, foi assim uma revolução para o movimento sindical aqui do estado da Paraíba, **nós fizemos um trabalho especialmente com a categoria comerciária e também fizemos junto aos outros setores da sociedade, movimento social, os movimentos partidários, então porque era fundamental.** Essa reviravolta é do setor de fato dos trabalhadores porque eu sou originário mesmo da classe trabalhadora, nunca participei de outro movimento, esse foi o primeiro movimento que eu participei e aí veio exatamente uma candidatura de base né, e reconhecido por todos, pela Central Única dos Trabalhadores. Foi a partir daí que nós tivemos essa proximidade, então foi um trabalho assim muito bonito **e aí quem participou daquela atividade, quem**

¹¹² Entrevista com o ex-presidente do Sindicato dos comerciários de João Pessoa (1966-1968), José Dionizio de Oliveira, em: 05/05/2014.

conheceu o sindicato naquele momento em 89 e vê ele hoje, então você pode afirmar sem nenhum demérito que tinha um sindicato de antes de 89 e um sindicato pós 89, a diferença está aí¹¹³. (Grifo nosso).

Dois aspectos nos parecem importante no relato de João de Deus. Primeiro, a aproximação com outros setores da sociedade, movimento social e partidários. Em nossa pesquisa, observamos uma neutralidade dos dirigentes sindicais da categoria comerciária durante décadas, configurando-se como uma cultura política voltada para o comodismo alheia a luta de classe; segundo, a posição assumida pelos novos dirigentes da categoria ao se aproximarem de outros movimentos, apontava para uma mudança de cultura política. José Nilson, militou nas duas oposições, em relação as eleições de 1989, ele diz:

A euforia foi muito grande né, porque foi uma frente que mobilizou praticamente toda sociedade pessoense, né, ela ultrapassou os limites da categoria dos comerciários, eu me lembro que quando nós estávamos lá no dia da apuração, a vantagem dos votos da gente já ia mostrando claramente que a gente ia ser vitorioso, então o que é que ocorre né, **a sociedade em peso, os partidos políticos, todos, é, as pessoas envolvidas, nos movimentos sociais, né, o PT, PC do B, enfim, tudo, tudo, tudo, estavam lá, na porta do sindicato e quando saiu o resultado da vitória, saímos em passeata em praça pública né, já de noite comemorando é, a vitória, foi realmente uma questão muito importante essas eleições**¹¹⁴. (Grifo nosso).

As palavras de José Nilson, confirmam a afirmação de João de Deus. As eleições do sindicato dos comerciários de João Pessoa, conseguiu mobilizar um grande número de pessoas ligadas aos movimentos sociais, principalmente aos militantes e simpatizantes de esquerda, liderados pela CUT e CSC.

Nas eleições de 1989, Gilvandro Francisco da Silva era gerente de uma livraria e também fez parte da chapa que ganhou as eleições, no seu dizer:

¹¹³ Entrevista com o sindicalista João de Deus dos Santos, concedida em: 19/10/2013.

¹¹⁴ Entrevista com o sindicalista aposentado José Nilson da Silva, concedida em: 18 de dezembro de 2013.

[] a primeira mudança se deu no próprio dia da eleição que foi no dia salvo engano, 11 de setembro, depois tu confirma aí, salvo engano foi no dia 11 de setembro a eleição e **ali mesmo na eleição a gente já declarava apoio, a gente não, o grupo todo, mas o nosso grupo do PT já estava fazendo, o grupo do PT e também o PC do B nessa época fazia campanha para Lula, apoiava Lula para a eleição presidencial e tinha um grupo vinculado a esse pessoal dos armazéns do norte, grupo que era vinculado a João de Deus que se achava que era independente, mais inclinado a apoiar Fernando Collor de Mello, João não se manifestou nesse primeiro momento, mas várias lideranças ligadas a ele fazia campanha para Collor de Mello, o Isaias, ficava um pouco, mas calado, mas depois veio para apoiar Lula, isso já aconteceu isso na própria eleição, fizemos uma grande marcha.** Houve também as eleições do sindicato dos vigilantes quando o pessoal ganhou as eleições também lá dos vigilantes e nós saímos em passeata após a apuração saímos em passeata do sindicato dos comerciários até o bairro de Jaguaribe onde era a sede do sindicato dos vigilantes para juntos celebrar essa vitória¹¹⁵. (Grifo nosso).

Conforme a afirmação de Gilvandro Francisco da Silva, os membros que compunham a chapa de oposição comerciária se dividia em dois grupos, quando o assunto era as eleições presidenciais daquele ano. A maioria posicionava-se em direção no apoio ao candidato petista Luís Inácio Lula da Silva, enquanto um grupo menor simpatizava com a candidatura de Collor de Mello. É importante ressaltar que, ao assumir suas posições ideológicas quanto as eleições presidenciais, esses grupos acreditavam que havia a necessidade de uma mudança na diretoria do sindicato da categoria.

A fundação do sindicato dos comerciários ocorreu no ano de 1932, a partir daquele ano a relação com a classe patronal foi sempre de harmonia, caracterizando-se pelo afastamento daqueles dirigentes para com outros segmentos de trabalhadores, principalmente durante os períodos de greves conjuntas. No entanto, em 1990, os comerciários de João Pessoa, fizeram a primeira greve da categoria, sobre esta greve o sindicalista João de Deus tem como justificativa as seguintes causas:

¹¹⁵ Entrevista concedida pelo Assessor Jurídico da FETRACOM - PB/RN, Gilvandro Francisco da Silva em:09/04/2014.

Então, **como o patronal na época muito arrogante**, aí não teve outra alternativa, foi a direção chamar uma greve e aí a direção, uma direção política, uma direção inteligente, fez **uma articulação com o sindicato dos rodoviários**, e fizemos essa articulação, foi uma greve de dois dias, uma greve, é, com muitas ameaças por parte do patronal, mas a direção do sindicato autônoma, leal ao que veio fazer, comprou a briga, foi a luta, fez a greve e saiu vitoriosa a partir dali o sindicato passou a ser respeitado pela classe patronal e também pelo classe trabalhadora¹¹⁶. (Grifo nosso).

No contexto geral, os sindicatos conseguiram conquistar um espaço político mais amplo após inserir nos mesmos, algumas decisões em que se aprofundaram boa parte das questões sociais. A atuação política dos sindicalistas autênticos, pode ter sido responsável pela transformação do sindicato em um instrumento de intervenção política, econômica e até cultural ao interferir no comportamento dos dirigentes sindicais na busca de um sindicalismo autônomo. Na fala de João de Deus, dois aspectos para a eclosão da greve devem ser analisados. Primeiro, a arrogância do patrão. Essa arrogância é parte de uma cultura de subserviência dos dirigentes da classe obreira que, ao dever favores se sentiam retraídos no enfrentamento com o patrão; segundo, a articulação com o sindicato dos rodoviários. Ao conseguir articular a luta com outra categoria de peso, o sindicato dos comerciários conseguiu fazer a primeira greve da história da categoria na capital paraibana. O sindicalista José Nilson, acredita que o principal motivo da greve foi:

O salário injusto né, como eu já disse o comerciário era quase um escravo, não tinham direitos, **os patrões negociavam ao modo deles, a outra diretoria realmente baixava a cabeça e os patrões deitavam e rolavam esta é que é a grande verdade**¹¹⁷. (Grifo nosso).

Na verdade, a maioria dos grevistas têm apresentado como justificativa as causas econômicas e principalmente os baixos salários para a deflagração de um movimento paretista. No caso dos comerciários de João Pessoa, além dos baixos salários, um outro fator que tanto incomodava a categoria era a inoperância dos dirigentes durante as

¹¹⁶ Entrevista com o sindicalista João de Deus dos Santos, concedida em: 19/10/2013.

¹¹⁷ Entrevista com o sindicalista aposentado José Nilson da Silva, concedida em: 18 de dezembro de 2013.

negociações coletivas. Era preciso mostrar para a classe patronal que um novo momento começava a surgir nas relações capital e trabalho. Já Francisco de Assis, destaca a importância da greve da seguinte forma:

Foi um desafio para a gente, para os diretores e, é foi uma coisa que ficou marcada foi inédita, **foi a primeira vez que os comerciários foram às ruas e fizemos uma greve, e paramos o comercio muito embora tenha sido em parceria com os rodoviários que nos deu uma força muito grande, deu uma força grande, a gente parava o comercio, eles paravam os transportes** e com essa junção desses sindicatos a gente obteve êxito porque marcou, marcou **dali para frente eles não duvidavam mais que a gente poderia fazer uma greve, que fizemos quando ninguém imaginava que o sindicato dos comerciários tinha condição de fazer uma greve, nós realizamos uma greve, eu avalio como positivo**¹¹⁸. (Grifo nosso).

No relato de Francisco de Assis, observamos que ele concorda que o sucesso da greve também pode ser atribuída a articulação entre os sindicatos dos comerciários e o dos rodoviários. Entretanto, o ponto mais positivo, no seu entender foi o respeito que o sindicato adquiriu junto a classe patronal, visto que, ninguém imaginava que o sindicato tinha condição de fazer uma greve, e, contrariando os interesses patronais, a greve obteve sucesso.

Para José Dionizio, o sindicalismo do qual ele fez parte tinha uma boa relação com a classe patronal o que inviabilizava o conflito de classe.

A relação com a classe patronal, no Sindicato dos Comerciários, era relativamente normal, apesar de ser a classe patronal ser dirigida por gerente de empresa, reacionário, e queria fazer mais do que o dono. Os empresários do comércio de João Pessoa ficaram mais atenciosos com o Sindicato depois da gestão do entrevistado, José Dionizio de Oliveira.¹¹⁹(Grifo nosso).

¹¹⁸ Entrevista com o sindicalista da oposição comerciária Francisco de Assis Ferreira, concedida em: 16 de abril de 2014.

¹¹⁹ Entrevista com o ex-presidente do Sindicato dos comerciários de João Pessoa (1966-1968), José Dionizio de Oliveira, em: 05/05/2014.

No entender do sindicalista, os problemas entre o sindicato patronal e os trabalhadores no comércio se dava pela arrogância dos gerentes das empresas, que queriam ser mais que os donos. Os empresários eram atenciosos com o sindicato dos empregados, principalmente depois de sua gestão. Em seu depoimento, observamos que o mesmo tenta isentar a classe patronal da culpa na exploração de seus empregados, o que só ocorre por culpa dos chefes que ocupam lugares de destaque na empresa, principalmente os gerentes. Ao falar sobre as negociações coletivas, José Dionizio faz o seguinte relato:

Eram celebradas após deliberações das Assembleias Gerais, geralmente por acordo coletivo entre o Sindicato da categoria profissional e o Sindicato correspondente a categoria econômica. **Houveram vários movimentos para as negociações, nunca houve paralisação ou greve¹²⁰.** (Grifo nosso).

Na fala do entrevistado, observamos que as Assembleias Gerais tinham autonomia para deliberar o acordo coletivo entre patrões e empregados, se havia a deliberação dos comerciários presentes nas assembleias do sindicato, então não havia motivos para que a categoria deflagrasse uma greve, o que de fato nunca ocorreu durante a época em aqueles dirigentes administraram o sindicato dos comerciários de João Pessoa.

Isto posto, podemos perceber que houve mesmo uma mudança significativa no movimento sindical da categoria comerciária, isto se dá em comparação ao período compreendido entre 1932 até o ano de 1989. Esta mudança pode ser percebida através das práticas e ações desenvolvidas a partir das eleições de 1989, quando os novos dirigentes do sindicato dos trabalhadores no comércio de João Pessoa, ao assumir o sindicalismo cutista passaram a ter uma relação de respeito nas negociações coletivas entre patrões e empregados.

Na verdade o novo sindicalismo não conseguiu avançar em diversas ações em que haviam estabelecidos como bandeiras de lutas, como acabar com a estrutura oficial ou mesmo com o imposto sindical, contribuindo para que muitos desses dirigentes tenham se

¹²⁰ Entrevista com o ex-presidente do Sindicato dos comerciários de João Pessoa (1966-1968), José Dionizio de Oliveira, em: 05/05/2014.

aproveitado da estrutura sindical herdada do sindicalismo varguista, para a manutenção de um *status* político e social, o que justifica a ausência de um movimento mais acirrado em torno de uma verdadeira reforma sindical. Todavia, não há de se negar que o ressurgimento do movimento sindical a partir das ações do novo sindicalismo teve, inegavelmente, como principal mérito a capacidade de ter recolocado a classe trabalhadora no cenário político brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, propusemos discutir sobre a importância do movimento sindical denominado de novo sindicalismo, na contribuição para a mudança de cultura política dos dirigentes sindicais da categoria comerciária de João Pessoa. Durante nossa pesquisa, observamos que o contexto histórico entre o final dos anos 1970 e por toda década de 1980, pode ser compreendido como o de um período de grande efervescência social e política – principalmente no sindicalismo - em todo Brasil, com novas práticas de atuação política no meio sindical, que iriam causar impactos na cultura política do “velho sindicalismo”. Toda essa mobilização política que se iniciou no ABC paulista, e, se estendeu por outras partes do território brasileiro, influenciando significativamente nas ações de novas lideranças em algumas entidades sindicais, que há décadas se mantinham nas direções de seus sindicatos, apresentando-se como figuras sem qualquer tradição de luta e defendendo uma convivência pacífica nas relações de classe entre patrões e empregados.

Em nosso trabalho procuramos analisar como as manifestações iniciadas pelos metalúrgicos do ABC paulista, ao se expandir por todo território nacional, contribuíram para a mudança de cultura política no sindicalismo comerciário, principalmente na cidade de João Pessoa, quando esses novos dirigentes passaram a ocupar espaço no sindicalismo paraibano e com representação nas entidades de classe a nível nacional. Foi a partir do surgimento da oposição comerciária organizada em 1986, e, com ênfase maior para o primeiro mandato da nova diretoria daquele sindicato entre 1989 à 1993, que esses novos dirigentes ganharam a direção da categoria, projetando-se nacionalmente ao dirigir a CONTRACS.

Procurando compreender como se deu essa mudança de cultura política, utilizamos como metodologia não só recursos da história oral, assim como informações contidas em periódicos locais, atas da entidade sindical, fotografias e informativos do sindicato. A importância de revisarmos estas fontes se justifica, visto que através das mesmas foi possível perceber como se deram as mudanças e se persistiram algumas relações com o passado até o período estudado. Para que pudéssemos entender o eixo central dessa problemática foi necessário contextualizar não só o sindicalismo do passado - sindicalismo varguista -, com as transformações ocorridas no final da década de 1970, e sua influência

no movimento sindical de todo Brasil, cujos fatores em nosso entender contribuíram significativamente para uma mudança na configuração dos movimentos políticos e sociais não só durante o Regime Militar, assim como na transição para uma democracia civil.

Focamos nossa pesquisa, em um estudo voltado para o comportamento político dos dirigentes sindicais – pelegos e autênticos – durante o governo dos militares e após a transição democrática e como os dirigentes sindicais da categoria comerciária enxergavam essas transformações político-sindicais, durante o contexto histórico do novo sindicalismo.

Quanto ao uso das fontes, além da história oral procuramos fazer uma análise mais aprofundada nos documentos oficiais do sindicato, das fotografias existentes nos arquivos da entidade dos comerciários, nas matérias publicadas nos principais periódicos em circulação na grande João Pessoa, no intuito de tirarmos conclusões acerca das mudanças de comportamento dos novos dirigentes sindicais e como estes ao fazer sua adesão ao novo sindicalismo, conseguiram consolidar uma nova forma de se fazer política-sindical na Paraíba. Ao utilizarmos as matérias publicadas nos principais periódicos em circulação local como fonte de pesquisa, procuramos fazer uma interação com outras fontes acima citadas para compreender como se deram tais mudanças dentro do processo histórico relacionado ao recorte temporal estudado.

Em nosso entender, ao fazer suas constatações acerca de seu objeto de estudo, o historiador deve acima de tudo ter ciência de que tentou estar o mais próximo possível do recorte temporal ao qual escreve. No entanto, ele também deve conscientizar-se de que como ser humano, é movido por uma ideologia e que isto, baseado em seus estudos, poderá afetar inegavelmente as suas análises e conclusões.

Durante o contexto então estudado, observamos que havia no movimento uma forte tendência na tentativa de se romper com as práticas sindicais existentes até aquele momento, no intuito de que a classe trabalhadora pudesse avançar em sua luta sem ser tutelada pelo Estado.

Os sindicalistas autênticos, tinham como um dos alvos de suas críticas à chamada CLT, que havia sido colocada em execução no sistema sindical brasileiro durante a Era Vargas, sendo esta, no entender daqueles sindicalistas, considerada como um entrave para a reorganização do movimento sindical. Na tentativa de respaldar o movimento até então em expansão, observamos que ao se tentar confrontar as práticas do velho com as do novo

sindicalismo, o movimento sindical iria criar uma nova identidade coletiva, separando-se das formas de “atuação” do sindicalismo anterior. Em nosso trabalho, não procuramos aprofundar as discussões entre o surgimento do novo sindicalismo com o sindicalismo de diferentes períodos da história do movimento sindical brasileiro, e, sim fazer um comparativo entre as práticas até então utilizadas pelo sindicalismo de Estado oriundo da Era Vargas – durante a Ditadura Militar -, com a do sindicalismo emergente naquele momento.

Neste caso, observamos que o velho sindicalismo, aquele estruturado dentro da legalidade conforme as determinações da CLT e dirigido por antigas lideranças de partidos políticos como o PTB e o PCB, mantinham como característica uma prática de harmonia entre capital e trabalho para não se confrontar com os interesses do Estado. Em linhas gerais, as atitudes das lideranças sindicais vinculadas aos partidos políticos acima citados, durante o contexto histórico do novo sindicalismo, teriam que ser combatidas, posto que suas práticas entravavam a luta dos trabalhadores pela autonomia e liberdade sindical, já que, eram adeptos de um sindicalismo conciliador e colaboracionista com o governo e a classe patronal prejudicando os avanços da classe trabalhadora com decisões equivocadas.

Toda essa mobilização política que se iniciou no ABC paulista estendeu-se por outras partes do território brasileiro influenciando significativamente na mudança de cultura política em algumas entidades sindicais, que há décadas mantinham nas direções de seus sindicatos dirigentes políticos sem qualquer tradição de luta e defendendo uma convivência pacífica nas relações de classe entre patrões e empregados. Desta forma, foi possível estabelecermos uma comparação entre o movimento sindical denominado de novo sindicalismo com sua repercussão no sindicalismo paraibano, assim como, com o sindicalismo comerciário alheio às mudanças político-sindicais que o país estava passando, até o movimento da chapa oposicionista iniciado em 1986.

Para que pudéssemos entender o eixo central dessa problemática foi necessário contextualizar não só o sindicalismo de Estado, com as transformações ocorridas no final da década de 1970, e sua influência no movimento sindical de todo Brasil, cujos fatores em nosso entender contribuíram significativamente para uma mudança na configuração dos movimentos políticos e sociais, não só durante o Regime Militar, assim como na transição para uma democracia civil, persistindo também nos dias atuais. O novo sindicalismo, pode

ser considerado como um movimento que provocou mudanças significativas nas ações dos sindicatos, resultando na luta por melhores condições de trabalho, tanto no setor público quanto no setor privado.

Desse modo, foi a partir do advento do novo sindicalismo, que fez surgir entre os comerciários de João Pessoa uma oposição sindical que mesmo na possibilidade de perderem seus empregos, conseguiram desafiar a estrutura até então consolidada para marcar sua participação nas manifestações sociais, ao romper com uma tradição de isolamento para com outras categorias de trabalhadores.

Ao analisarmos o comportamento cultural de um determinado grupo político, devemos levar em consideração que os conflitos existentes entre as classes sociais antagônicas, é parte de uma disputa em que as correlações de forças são desiguais. No caso dos comerciários de João Pessoa, a convivência pacífica entre patrões e empregados durante décadas pode ser compreendido como uma cultura política de subserviência. Contudo, é preciso compreendermos que a formação de uma identidade coletiva na categoria comerciária tem sido dificultada pela complexidade da divisão social do trabalho no setor do comércio. Assim, entendemos que não convém afirmar que todos os sujeitos inseridos em uma mesma classe social compartilham de uma mesma identidade coletiva. Os trabalhadores no comércio, por exemplo, têm apresentado características culturais diferentes visto que, neste setor econômico coexistem diferentes ramos de atividades, causando interesses diversos.

Torna-se importante observar que os impactos causados pelo novo sindicalismo, não só conseguiu impor uma fragilidade mesmo que momentânea ao velho sindicalismo, assim como contribuiu para abalar a arena política já em decadência do regime militar. No entanto, ao tentar se distinguir das velhas práticas sindicais e utilizando formas de lutas com caráter reivindicatórias bem precisas e mais atuantes, estes novos atores sociais estavam de uma forma ou de outra contribuindo para uma mudança de cultura política. Deste modo, o novo sindicalismo passava a causar um incômodo ao governo ao apresentar algumas demandas consideradas intoleráveis pelo poder público.

Com discursos acirrados e muitas vezes inflamados, os representantes do novo sindicalismo viam na estrutura sindical vigente um grande entrave para as lutas gerais da classe trabalhadora. Do mesmo modo, no conflito com a classe patronal, era necessário que

houvesse a ampliação da luta no combate as intransigências dos representantes do poder econômico culminando com melhores condições para a classe trabalhadora.

Os ativistas do novo sindicalismo se diferenciavam na prática política em relação aos dirigentes sindicais do velho sindicalismo, ao combater a estrutura corporativa conforme o que estava estabelecido na CLT, visto que, os mesmos mantinham as práticas do passado. Em relação à mudança de cultura política ela pode ocorrer devido às desconfianças, aos descréditos e pela participação nas ações políticas. No caso dos novos dirigentes do sindicato dos comerciários, podemos observar que houve um novo posicionamento político, considerando o comportamento da direção anterior. Tal posicionamento assumido por esses novos agentes sociais, tem uma conexão com as novas ações sociais e políticas presentes no contexto histórico do novo sindicalismo. As descrenças atribuídas aos dirigentes que há décadas se encontravam na administração do sindicato, fez surgir outro modelo de comportamento e participação política, fazendo com que o sindicalismo da categoria comerciária de João Pessoa, antes voltado para a colaboração de classe, se transformasse em um sindicato de luta e capaz de mobilizar a categoria nas lutas gerais da classe trabalhadora.

O período de exceção instituído pela ditadura militar, conseguiu restringir o espaço dos movimentos sociais combatendo-os através de atos violentos com intervenções nas entidades de classe, o que iria contribuir em alguns casos, para a redução das mobilizações da classe trabalhadora contra a exploração a que estava submetida. Observamos que, contrastando com as mobilizações ocorridas antes do golpe, este período, pode ser responsável pelo alinhamento político de lideranças pelegas nas direções de sindicatos com as práticas utilizadas pelos agentes da ditadura em eliminar dos quadros sociais os sindicalistas ditos combativos. Ao se aproximar dos patrões e mentores do golpe no Estado da Paraíba, os dirigentes do sindicato dos comerciários de João Pessoa conseguiram adequar-se aos interesses do período ditatorial.

A importância do movimento sindical denominado de novo sindicalismo, se dá em conseguir agregar diversas categorias de trabalhadores em uma central sindical, a CUT. A CUT, seria portanto o embrião de um sindicalismo organizado pelas bases, dentro de um processo que seria respaldado pela conquista da liberdade sindical e o início de uma nova

fase do sindicalismo brasileiro cuja justificativa maior se dava em torno da luta pela emancipação da classe trabalhadora.

A demarcação entre o novo e o velho sindicalismo se daria a partir das diferenças existentes nas práticas entre os sindicalistas ditos combativos e os sindicalistas corporativistas, burocráticos, chamados de pelegos devido sua ligação com os interesses da classe patronal. Em nossa proposta, concordamos com o pensamento de alguns estudiosos que têm utilizado a literatura para discorrer sobre o novo sindicalismo, assim como os sindicalistas autênticos, na afirmativa de que existia uma contradição entre as práticas adotadas pelo chamado sindicalismo de Estado e as novas práticas políticas utilizadas durante o contexto histórico denominado de novo sindicalismo. Em nosso trabalho, não propusemos discorrer sobre os descaminhos tomados por algumas entidades sindicais depois de consolidada o acesso de diversos dirigentes ao poder. Nosso objetivo, voltou-se para analisar o comportamento dos dirigentes sindicais do sindicalismo comerciário em João Pessoa, utilizando como parâmetro as práticas político-sindicais dentro do “velho” e do “novo” sindicalismo.

No caso do sindicalismo comerciário, há de se reconhecer que os dirigentes desta categoria de trabalhadores transformaram-se em agentes importantes desse modelo de sindicalismo, que ficou caracterizado como “velho sindicalismo” devido à forma de organização sindical em que predominavam as negociações com a classe patronal e o governo, de forma pacífica e ordeira.

No sentido mais abrangente o chamado velho sindicalismo, seria visto como um sindicalismo mais preocupado em manter uma conciliação constante com os representantes do capital ao invés de procurar organizar a luta e as ações da classe trabalhadora. Em nossa pesquisa, observamos que o sindicato dos comerciários de João Pessoa desde sua fundação até a segunda metade dos anos 1980, mantinha-se alheio a luta de classe enquanto representante de um importante segmento da economia paraibana. No entanto, é a partir de 1989, que uma nova cultura política passa a sistematizar a política sindical daquela categoria de trabalhadores partindo de uma premissa de que essa nova cultura política tem sua formação dentro do sindicalismo cutista, caracterizado pelo acirramento da luta de classe.

Durante o processo de expansão dos ideais do novo sindicalismo, muitas categorias de trabalhadores conseguiram se afirmar enquanto entidades de classe, a partir da identidade coletiva adquirida no enfrentamento com os representantes do capital. Essa identidade coletiva pode ser associada às ideias de Thompson, para quem uma classe existe quando um grupo de homens compartilha experiências comuns, apreendendo essas experiências em termos políticos e culturais e materializando-as em tradições e sistemas de valores. Contudo, quando se fala da categoria comerciária essa identidade coletiva tem dificuldade de se firmar devido a heterogeneidade existente culminando com interesses diversos. Isto posto, a afirmação de Thompson, de que as identidades se constrói de acordo com os interesses da mesma, ao nosso ver não se adequa a categoria dos trabalhadores no comércio.

Neste sentido, é possível deduzir, que as características de atuação dos dirigentes do sindicato dos comerciários de João Pessoa a partir de 1989, se identificam, e não por acaso, com as propostas do novo sindicalismo, apregoada e notabilizada nacionalmente pelos metalúrgicos do ABC paulista, a partir das greves do final da década de 1970. A identificação com essa proposta foi assumida pelos comerciários de João Pessoa, não apenas pela influência que sofreram, mas pelo próprio engajamento com outras categorias de trabalhadores na formação sindical de seus dirigentes. O Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, foi um dos principais propagadores da expansão do sindicalismo cutista no movimento sindical paraibano na base da categoria, ao apoiar a criação de novos sindicatos em cidades de grande porte comercial e fortalecer às oposições de entidades sindicais de outras categorias.

A partir do recorte temporal estudado, observamos que os comerciários de João Pessoa, conseguiram estabelecer uma estreita relação com várias categorias de trabalhadores, militantes dos movimentos sociais e até organizações políticas, o que torna evidente que as bandeiras de luta deste sindicato não se resumiam na defesa apenas dos interesses de sua própria categoria. A atuação dos dirigentes que assumiram a direção do sindicato no ano de 1989, contribuiu para reforçar a luta de outras categorias de trabalhadores nas greves gerais decretadas pelas principais centrais sindicais. A importância desta luta articulada não revela apenas a ampla rede de contatos com outras categorias organizadas, mas, deixa evidente a existência de solidariedade com as lutas e mobilizações

das categorias as quais têm uma maior proximidade, principalmente com os sindicatos filiados à CUT. As experiências de luta da categoria comerciária da capital paraibana a partir de 1989, contrasta com o imobilismo característico de décadas anteriores, visto que, ao tentar se apresentar como apolíticos para a categoria, os dirigentes que lá estavam sentiam satisfação em prestar homenagem para chefes políticos locais, enquanto os novos dirigentes procuraram manter uma solidariedade de classe com outras categorias.

Ao concluirmos nosso trabalho, queremos ressaltar que tentamos dar uma contribuição sobre a trajetória de luta de uma categoria de trabalhadores tão pouco estudada pela historiografia brasileira, assim como, não pretendemos e nem propomos que se encerrem os debates sobre o tema ou que se coloque um ponto final nesta discussão. Nesse propósito, esperamos que mesmo de forma mínima, possamos ter acompanhado e analisado a trajetória de luta dos comerciários da capital paraibana a partir de um recorte temporário – 1986-1993 - refletindo sobre as experiências de luta, a mudança de cultura política através das experiências adquiridas com o sindicalismo autêntico, ou novo sindicalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

ALBERTI, Verena. Ouvir Contar: textos em História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

_____. Manual de História Oral. 3ª Ed: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”. In Sociedade e Política no Brasil pós – 64. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. O novo sindicalismo, São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.

AUGRAS, M. História oral e subjetividade. In: VON SIMSON, O. R. M. (Org.). Os desafios contemporâneos da história oral. Campinas: Unicamp, 1997.

BARROS, José de Assunção. O campo da história especialidades e abordagens. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BARELLI, Valter & CASTRO, Maria Silvia Portella. Questões para o sindicalismo dos anos 90. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

BATALHA, Cláudio H. M. “A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências”. In FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto. 1998, p. 145 – 158.

BERSTAEIN, Serge. A Cultura Política. IN: Para uma História Cultural. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (ORG). Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

BOITO JR, Arnaldo ... [et AL.}. O Sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

_____. O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: Editora da Unicamp; HUCITEC, 1991.

BURKE, Peter. A Escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CANÊDO, Letícia Bicalho. A Revolução Industrial, col. Discutindo a História. São Paulo: Editora Atual, 1987.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A Imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria L. O Bravo Matutino. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

CARR, Edward Hallet. O que é história? 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 10ª reimpressão, 2011.

CASTRO, Hebe. “História Social”. In CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, Sílvio. Tendências e centrais sindicais: O Movimento Sindical Brasileiro de 1978 a 1994. São Paulo: Editora Anita Garibaldi: Goiânia. Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.

CHARTIER, Roger. A história ou a Leitura do Tempo. (Tradução de Cristina Antunes), 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHAUVEAU. A.; TÉTARD, P. Questões Para a História do Presente. Bauru: EDUSC, 1999.

CITTADINO, Monique. Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945 – 1964). João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998.

CUNHA, Luiz Antonio Constant Rodrigues. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo, Editora Unesp, 2005.

DE CERTEAU, M. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

FEITOSA, Josenilton dos Santos. Lutas Sociais e Partidos Políticos nas Eleições de 1982 na Paraíba. João Pessoa: Sal da Terra Editora, 2003.

FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Vol. 4. O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA JR, Amarílio & BITTAR, Marisa. Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964 – 1985). São Paulo: Editora Terras do Sonhar: Edições Pulsar, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral e tempo presente. In: MEIHY, José Carlos Sebe. (Org.). (Re)introduzindo a História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos & abusos da História Oral. 8ª edição: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FRANÇA, Teones. Novo Sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução. São Paulo, Cortez, 2013.

GIANNOTTI, VITO. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GONTIJO, Rebeca. (Org.). Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária*. Tradução de Waldea Barcelos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *Mundos do Trabalho*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Sobre História*; Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 7ª reimpressão, 2005.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*; Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2011.

Jornal A União. João Pessoa, sábado/domingo, 30/01 de junho/julho de 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro. *Contratempo*. Ed. PUC – Rio, 2006.

LEAL, Murilo. *A Reinvenção da classe trabalhadora (1953 – 1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

LIMA, Venício A de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. (in): PINSKY, Carla Cassanezi. (in). “Fontes históricas”. Org. Carla Bassanezi Pinsk. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

Livro de Atas de Assembleia Geral do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, com abertura das atas em janeiro do ano de 1975.

MACMILLAN, Margaret. *Usos e Abusos da História*. (Tradução Carlos Duarte e Anna Duarte). Rio de Janeiro: Record, 2010.

MARX, K, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins fontes, 1989.

MATOS, Carolina. *Jornalismo e política democrática no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2008.

MATOS, Marcelo Badarós. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, editora Expressão Popular, 2009.

_____. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MELLO, Cesar Augusto. *Eleições Sindicais passo a passo*. São Paulo: Editora Madras, Ano de publicação n/d.

MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Os brasileiros e a democracia. Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo, Contexto, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. O Regime Militar Brasileiro (1964-1985). São Paulo: Atual, 1998.

NASCIMENTO, Amauri Marscaro. Direito Sindical. São Paulo: Saraiva, 1989.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p.155-194.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. A Liberdade Desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. 2ª edição. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011 (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

PINSK, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de. (Org). O historiador e suas fontes, São Paulo; Contexto, 2011.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro. Estudos históricos. APDOC, v. 2, N. 3. 1989.

_____. “Memória e identidade social”. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 5, nº 10, 1992.

REIS, José Carlos. Escola dos Annales: A inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Aluisio. O Estado e o sistema sindical brasileiro. São Paulo: LTr, 1981.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Mudanças na classe política brasileira. São Paulo, Publifolha, 2006.

_____. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia política. São Paulo: Editora Ática, 1990.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte, 2009.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

ROSSI, Waldemar & GERAB, William Jorge. Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Ariosvaldo. Unicidade Sindical: uma questão tática para os trabalhadores. Pegada, v. 4, nº 2 novembro/2003.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Vol. 1, 2ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001

TRÓPIA, Patrícia Vieira. Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

TRAVANCAS, Isabel. O mundo dos jornalistas. São Paulo: Summus, 1993.

VIEIRA, Agamenon. Caminhos da Construção: movimento sindical e organização política dos trabalhadores na Paraíba. João Pessoa, Colina da Primavera Editora, 1986.

MONOGRAFIAS

NOGUEIRA, Maria Júlia Reis. AS PROPOSTAS DA CUT PARA A REFORMA SINDICAL: democratização das relações de trabalho? 2010. Trabalho de Monografia apresentado ao Curso de Especialização: Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para aprovação.

DISSERTAÇÕES

TRÓPIA, Patrícia Vieira. Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo. 1994. 180 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de Campinas.

OLIVEIRA, Roberto Veras de. A Experiência CUT e a Questão da Participação no Imaginário dos Militantes que atuam na Paraíba. 1994. 404 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Paraíba.

OBRAS DE REFERÊNCIA

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 11. ed. Coordenação da Tradução de João Ferreira. Brasília: Editora da UnB, 1998.

ARTIGOS

ANTUNES, Ricardo. Caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil, Pegada, vol. 7, n. 2, novembro/2006.

AQUILES, Affonso Cardoso. Estrutura sindical e mundo do trabalho: alguns dilemas contemporâneos do sindicalismo brasileiro. Revista Perspectivas Sociais Pelotas, Ano 1, N. 1, p. 4-15, março/2011.

BARROS, José D' Assunção. "A história Social: seus significados e seus caminhos" In LPH – Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Nº 15, 2005.

BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local). Revista Mundos do Trabalho, v. 2, n. 4, agosto/dezembro 2010, p. 218-234.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. Saeculum, João Pessoa, 16 de janeiro/junho, 2007.

JUNIOR, Jairo Sanguiné. A imprensa e o processo de redemocratização do Brasil. Sociedade em Debate, Pelotas, 4(3): 19-35, novembro/1998.

KONRAND, Gláucia Vieira Ramos. Luta de classes pelo espaço da lei e do direito: os comerciários reivindicam seus direitos no Estado Novo do Rio Grande do Sul (1937 – 1945). Aedos – ISSN 1984 – 5634, nº 4, vol. 2, novembro 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca. Brasília, ANDES, Lutas Sociais 5, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. "A estratégia do novo sindicalismo". In Revista de Cultura e Política nº 5/6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MORAIS, Jorge Ventura de. Assistencialismo, "Burocracia" e Novo Sindicalismo: Caderno CRH 19, Salvador, 1993.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. A História Política e o conceito de cultura política. Anais do X Encontro Regional de História. Mariana: 1996.

NORA, Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP. (Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo) São Paulo, SP, Brasil, 1981. P. 7 – 28.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. O Surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista. Saeculum 4/5 dezembro/janeiro, 1998/1999.

HENRY, Rousso. Entrevista com o historiador. Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. UDESC. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009.

SANTOS, Ariosvaldo. Unicidade Sindical: uma questão tática para os trabalhadores. Pegada, v. 4, nº 2 novembro/2003.

SILVIA, Márcia Pereira da & FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil; considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista História em Reflexão: Vol. 4 nº 8 – UFGD – Dourados jul/dez, 2010.

TRÔPIA, Patrícia Vieira. Sindicalismo comerciário: Retaguarda e conservadorismo político. Cad. AEL, v. 7, n.12/13, 2000.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Atas de Assembleias Gerais do Sindicato

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

MOLINA, Helder. História do sindicalismo no Brasil: da escravidão ao século XXI. SINTET – UFU, 2011. Artigo publicado em 01/06/2011. <http://www.sintetufu.org/2012/historia.php>. Acesso em 12/03/14.

SALES, Teresa. RAÍZES DA DESIGUALDADE SOCIAL NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs>. Acesso em 13 de janeiro de 2014.

ENTREVISTAS

FERREIRA, Francisco de Assis. (Depoimento). João Pessoa, 2014.

OLIVEIRA, José Dionizio de. (Depoimento). João Pessoa, 2014.

SANTOS, João de Deus dos. (Depoimento). João Pessoa, 2013.

SILVA, Gilvandro Francisco da. (Depoimento). João Pessoa, 2014.

SILVA, José Nilson da. (Depoimento). João Pessoa, 2013.

SILVA, Paulo Rodrigues da. (Depoimento). João Pessoa, 2014.

JORNAIS

Jornal A União. João Pessoa. (1986-1993). Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba/Fundação Casa de José Américo.

Jornal Correio da Paraíba. (1986-1993). João Pessoa. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba/Fundação Casa de José Américo.

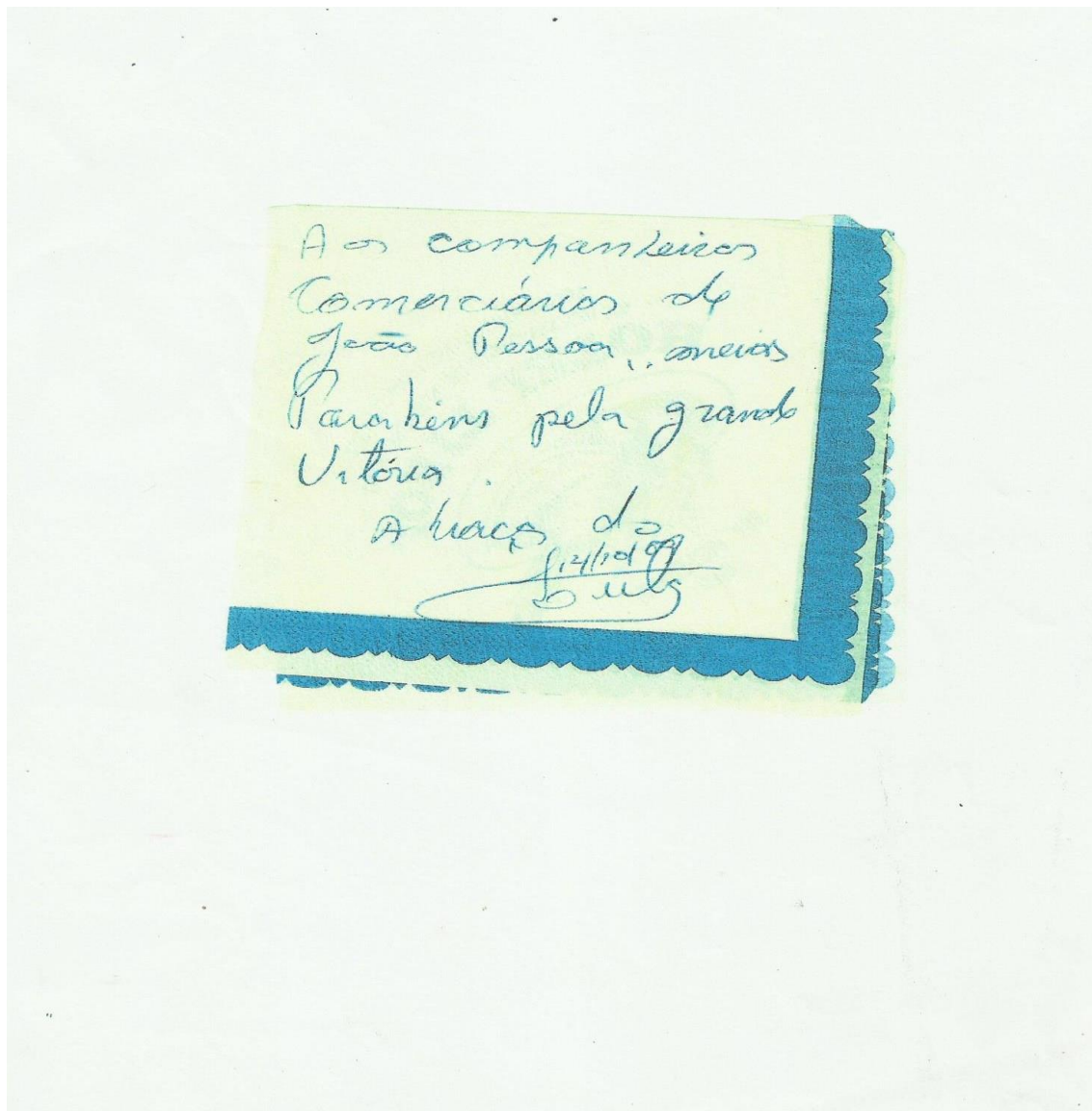
Jornal da Paraíba. (1986-19893). Campina Grande. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba/Fundação Casa de José Américo.

Jornal Diário da Borborema. (1986-1993) Campina Grande. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba/Fundação Casa de José Américo.

Jornal O Norte. João Pessoa. (1986-1993). Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba/Fundação Casa de José Américo.

ANEXO - I

**MENSAGEM DO CANDIDATO A PRESIDENTE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA,
PARABENIZANDO A VITÓRIA DA CHAPA 2 EM 1989**



FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE GIVANDRO FRANCISCO DA SILVA

ANEXO - II

CAPA DO ESTATUTO DO SINDICATO COM A EXPANSÃO DA BASE TERRITORIAL

OSCAR DE BRITO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL CERTIDÃO DE REGISTRO

Certifico a pedido da pessoa interessada que revendo o Livro A nº 21 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nele verifiquei constar o registro de nº 54.987 em 24/01/1990 que trata de uma 'Reforma Estatutária', cujo teor é o seguinte:

Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa
SEDE PRÓPRIA
FUNDADO EM: 1-7-1932
Reconhecido pelo M.T.J.C. de acordo com o dec. 1402 de 5-7-1939 - Carta Sindical nº 71 de 8-5-1941
AV. GENERAL OSÓRIO, 199 a 201 - FONES: 221-5106 e 221-9726
End. Teleg. "SINECOM" - João Pessoa - Paraíba

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

Por deliberação da Assembléia-Geral Extraordinária convocada para alteração estatutária, realizada no dia 18 de janeiro de 1990, às dezenove horas, na Sede do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, os artigos 1º e 16 do Estatuto do Sindicato passam a ter a seguinte redação:

Art. 1º- O Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, com Sede e foro em João Pessoa, é a organização representativa da categoria profissional dos empregados na base territorial dos Municípios de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Conde, Pitimbu, Cagaporã, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto, Baía da Traição, Mataraca, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Itapororoca, Pedras de Fogo, Pilar, Jurema, Salgado de São Félix, Mogeiro, Itabaiana, Cajá, São Miguel de Taipu, Gurinhém, Mari, Sapé, Mulungu, Alagoa Grande, Juarez Távora, Alagoinhas, Guarabira, Cuité, Pilões, Pilõeszinho, Arara, Serraria, Borborema, Araçagi, Píripituba, Belém, Duas Estradas, Serra da Raiz, Lagoa de Dentro, Jacarau, Caiçara, Dona Inês, Bananeiras, Solânea, Cacimba de Dentro, Araruna, Tacima, Mãe D'água, Santa Tereziinha, Cattingueira, Pombal, Paulista, São Bento, Brejo do Cruz, Belém do Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Riacho dos Cavalos, Brejo dos Santos, Jericó, Bom Sucesso, Lagoa, Santa Cruz, Souza, Lastro, São José da Lagoa Tapada, Coremas, Emas, Imaculada, Olho D'água, Serra Branca, Juru, Santana dos Garrotes, Piancó, Boqueirão dos Cochos, Itaporanga, São José de Caiana, Serra Grande, Aguiar, Carrapateira, Nazarezinho, Antenor Navarro, Uirauna, Triunfo, Santa Helena, Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, São José de Piranhas, Monte Horebe, Bonito de Santa Fé, Diamante, Ibiara, Conceição, Curral Velho, Santana de Mangueira, Manaíra, Princesa Isabel, Nova Olinda, Tavares, Com Jurisdicção nesta Base Territorial para fins de coordenação, orientação, defesa e legal representação da categoria junto às autoridades legislativas, executivas, judiciárias e administrativas e entidades privadas, tendo como princípio básico a liberdade e autonomia, preservando a unidade sindical e a solidariedade profissional regendo-se pelo presente Estatuto.

Art. 16- A Assembléia-Geral que for convocada para aprovar proposta de Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo de Trabalho, fixará a contribuição dos integrantes da categoria, que será descontada em folha de pagamento, a título de desconto Assistencial.

João Pessoa, 19 de janeiro de 1990

João de Deus dos Santos
PRESIDENTE

O referido é verdade e no arquivo do Serviço de Registro de Títulos e Documentos

ASSISTÊNCIA MÉDICA
ASSISTÊNCIA DENTÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES
FEZE - URINA - SANGUE
BOLSAS DE ESTUDOS
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
E TRABALHISTA
BARBEARIA
MANICURE
PASSEIOS
COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
JOÃO PESSOA - PB

FONTE: ARQUIVO DO SINDICATO DOS COMERCÍARIOS

ANEXO - III**PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONSTITUINTE NA CASA DE NAPOLEÃO LAUREANO EM JOÃO PESSOA NO ESTADO DA PARAÍBA, EM 2 DE ABRIL DO ANO DE 1990.**

- CARLOS GLAUCIO SABINO DE FARIAS - Presidente
- GENIVALDO FAUSTO DE OLIVEIRA - Vereador
- CARDIVANDO CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Vereador
- DELOSMAR DOMINGOS DE MENDONÇA JÚNIOR - Vereador
- DURVAL FERREIRA DA SILVA FILHO - Vereador
- FABIANO SALES VILAR - Vereador
- FRANCISCO DE ASSIS GAMA - Vereador
- FRANCISCO DELRY PEREIRA - Vereador
- FRANCISCO DE PAULA BARRETO FILHO - Vereador
- HERALDO TEIXEIRA DE CARVALHO - Vereador
- LUIZ DA SILVA - Vereador
- NIVALDO MANOEL DE SOUZA - Vereador
- PAULO FERNANDO NOGUEIRA GADELHA - Vereador
- POTENGI HOLANDA DE LUCENA - Vereador
- PEDRO ALBERTO DE ARAÚJO COUTINHO - Vereador
- RENÓ TORRES DE ARAÚJO COUTINHO - Vereador
- RICARDO LOPES BURITY - Vereador
- SEVERINO RAMOS DO NASCIMENTO - Vereador

ANEXO - IV

Questionário de pesquisa para o Mestrado em História da UFPB

Comerciários de João Pessoa: novo sindicalismo, cultura política e conflitos de classe.

- 1 – Me fale um pouco sobre você:
- 2 – Quando começou sua militância no Sindicato?
- 3 – Quais funções o Sr. assumiu no sindicato?
- 4 – Como era as negociações coletivas na época em que o Sr. foi dirigente do Sindicato?
- 5 – Como era o sindicalismo em sua época como diretor?
- 6 – Durante a Ditadura Militar houve alguma intervenção no sindicato?
- 7 – Como era a relação com a classe patronal?
- 8 – Como eram as eleições em sua época de sindicato?
- 9 – Qual a sua opinião sobre o fim da representação classista na Justiça do Trabalho?
- 10 – Qual era a função do Juiz Classista?
- 12 – O que o Sr. acha do sindicalismo hoje?

ANEXO - V

INFORMATIVO DO SINDICATO ATÉ 2013 SE CHAMAVA COCHICHO, EM 2014, PASSOU A SE CHAMAR AVANTE

AVANTE

INFORME



SINECOM
Cidadania a gente Faz!

Filiado a



ANO 21 - EDIÇÃO 1 - 2014 | INFORMATIVO DO SINDICATO DOS COMERCÍARIOS DA GRANDE JOÃO PESSOA

Um ano da Regulamentação da Profissão de Comerciante

Lei 12.790/2013, que regulamenta a profissão de comerciante, sancionada pela presidente Dilma Rousseff e publicada na edição do dia 15 de março de 2013, do Diário Oficial da União. Reivindicação antiga dos trabalhadores do comércio, a nova legislação garante a jornada de **8 horas diárias ou 44 horas semanais de trabalho**, que só podem ser alteradas a partir de convenção ou acordo coletivo. A jornada de seis horas é permitida para atividades realizadas em turno de revezamento, desde que não haja perda de remuneração. Com oito artigos, a lei é decorrente do PLS 115/2007, do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovado no Plenário do Senado no dia 20 de fevereiro de 2013.

Conforme a legislação, o piso salarial dos trabalhadores será definido em convenção ou acordo coletivo de trabalho. Além disso, a data de 30 de outubro foi oficializada como o Dia do Comerciante. No caso específico da Região Metropolitana de João Pessoa, é comemorado, como se feriado fosse, a (terceira) segunda-feira do mês de outubro, conforme estabelecido na Convenção de Coletiva de Trabalho.







Rogério Braz, fala sobre a Regulamentação da Profissão de Comerciante, os avanços e os projetos para 2014.
Página 2



Presidente do SINECOM-JP, Rogério Braz, protocola ofícios na Prefeitura de João Pessoa, com solicitações em favor da família comerciante.
Página 3

EVENTOS



Página 4



Página 4



Página 4



Página 4

1º de Maio

- VENHA COMEMORAR O DIA DO TRABALHADOR CONOSCO -

Dia 1º de Maio - no SESC Gravatá - a partir das 8hs

FONTE: INFORMATIVO DO SINDICATO DOS COMERCÍARIOS